



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第二立法會期 (二零一零—二零一一)
IV LEGISLATURA 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA (2010-2011)

第一組 第 IV-33 期
I Série N.º IV-33

Data: 23 de Novembro de 2010
24 de Novembro de 2010

(Início e termo da reunião do dia 23 de Novembro)

Início da reunião: 15 horas
Termo da reunião: 19 horas e 55 minutos

(Início e termo da reunião do dia 24 de Novembro)

Início da reunião: 15 horas
Termo da reunião: 19 horas e 58 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

(Deputados presentes e ausentes na reunião do dia 23 e 24 de Novembro)

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Melinda Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

(Convidados presentes na reunião do dia 23 e 24 de Novembro)

Convidados: Florinda da Rosa Silva Chan, Secretária para a Administração e Justiça;
Grace Cheong Chui Ling, Chefe do Gabinete da SAJ;
José Chu, Director dos SAFF;

André Cheong Weng Chon, Director dos SAJ;
Lai Ieng Kit, Director dos SI;
Patrícia Ferreira, Coordenadora do GADI, Subst^a;
Manuel Marcelino Escovar Trigo, Director do CFJJ;
Chu Lam Lam, Coordenadora do GRJ;
Raymond Tam Vai Man, Presidente do Conselho de Administração do IACM;
Alberto Leão, Administrador Subst^o da Imprensa Oficial;
Joe Tou Chi Man, Subdirector dos SAFF;
Lo Veng Tak, Vice-Presidente do Conselho de Administração do IACM;
Maria Tchiang Van Kei, Assessora do GSAJ;
Sofia Ku Mei Leng, Assessora do GSAJ;
Eddie Kou Peng Kuan, Chefe do Dept. de Modernização Administrativa dos SAFF.

(Ordem do Dia da reunião do dia 23 e 24 de Novembro)

Ordem do Dia: Debate das Linhas de Acção Governativa para 2011 – área da Administração e Justiça.

Sumário: Debate das Linhas de Acção Governativa para 2011 – área da Administração e Justiça.

Acta:

Presidente: Srs. Deputados:

Declaro aberta a Sessão Plenária!

Da ordem do dia consta o debate das Linhas de Acção Governativa na área da Administração e Justiça. Sim, tenho... esta folha já diz tudo. Agora podem começar a carregar no botão. A última vez também foi assim. Antes de mais, convido a Sra. Secretária Chan a fazer uma apresentação.

Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan:
Obrigada Sr. Presidente.

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Exmos. Srs. Deputados:

Permitam-me apresentar-vos agora a retrospectiva das principais

acções desenvolvidas na área da Administração e Justiça em 2010 e as prioridades políticas desta área para 2011.

Ao longo deste ano, as acções na área da Administração e Justiça têm prosseguido sob a égide do princípio “ter por base a população”, impulsionando a fundamentação das decisões políticas em estudos científicos e a construção de um Governo transparente, o que permitiu a concretização das acções governativas de forma ordenada.

No domínio da *Administração Pública*, foram elaboradas as Orientações Normativas para a Consulta das Políticas Públicas, após pleno estudo, análise e auscultação de opiniões, com vista a regulamentar a consulta das políticas e elevar a eficácia das consultas.

No que diz respeito ao reforço do diálogo com a população, auscultámos amplamente as opiniões dos cidadãos das diversas zonas, através dos colóquios comunitários do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, e da integração dos Conselhos Consultivos dos Serviços Comunitários no Centro de Prestação de Serviços ao Público, bem como envidámos esforços para ajudar os cidadãos a resolver as questões relacionadas com os assuntos cívicos e municipais e com a vida da população, mediante a colaboração interserviços.

Alargámos o âmbito da prestação de serviços públicos pelo Centro de Serviços da RAEM, e elevámos a qualidade dos serviços. Actualmente, o número do tipo de serviços integrados no programa da Carta de Qualidade, que atingia 48% do número total de serviços em 2008, aumentou para 70%.

Desenvolvemos os serviços públicos electrónicos. O Centro de Dados do Governo já entrou em funcionamento, o que contribui para o impulsionamento da gestão da segurança da informação e da partilha de recursos nas redes nos organismos públicos. Aperfeiçoámos os sistemas de aplicação do serviço *One Stop* de actualização de dados de contacto, disponibilizámos ao público via *online* formulários electrónicos, e o recurso a meios como os certificados electrónicos, o *ePass* e páginas electrónicas dos organismos, o que contribui para facilitar a vida da população no tratamento das formalidades administrativas, como também para o reforço da implementação da medida de protecção ambiental que visa a redução do recurso ao papel.

Com o apoio e colaboração da Assembleia Legislativa, foram aprovados e implementados todos os regimes das carreiras gerais e especiais e, na sequência da revisão dos regimes das carreiras, foi posto em execução o novo Estatuto de Pessoal do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, proporcionando aos funcionários públicos melhores perspectivas de desenvolvimento e garantias na sua vida profissional.

Os trabalhos preparativos para a gestão centralizada de pessoal foram implementados de forma ordenada. Criámos a base de dados relativos a testes para o recrutamento centralizado de pessoal, concluímos a exploração do sistema de informações sobre concursos, bem como procedemos à formação de uma equipa de apoio ao recrutamento centralizado. O diploma sobre o Regime dos concursos para trabalhadores dos serviços públicos já entrou em processo legislativo. Concluímos a ampliação do Centro de Avaliação dos Quadros da Administração Pública, com vista a providenciar uma fundamentação científica e objectiva para a gestão integrada de pessoal.

Na sequência da implementação do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, o Chefe do Executivo criou a Comissão de Ética para a Administração Pública e, após ouvida a mesma, elaborou princípios e critérios de apreciação dos pedidos de autorização do pessoal em causa para o exercício de actividades privadas após a cessação de funções. Além disso, vai ser publicado até final do corrente ano o Estatuto dos Titulares dos Principais Cargos do Governo, as normas de conduta conexas e o documento explicativo, visando a regulamentação do regime de responsabilização política dos titulares dos principais cargos.

No domínio da *Justiça*, com a coordenação central da reforma jurídica e a cooperação e participação positiva dos respectivos serviços do Governo, foram publicados até meados de Novembro do corrente ano 20 regulamentos administrativos e, de entre as 17 propostas de leis que foram entregues à Assembleia Legislativa, 11 foram aprovadas na especialidade pela Assembleia Legislativa, publicadas e implementadas, aperfeiçoando assim o sistema normativo da RAEM.

As leis e os demais diplomas que foram aprovados, publicados e entraram em vigor, abrangem vários domínios dos assuntos da RAEM, incluindo os assuntos cívicos, a assistência social, o desenvolvimento económico, o funcionamento do Governo e o regime dos funcionários públicos, entre outros.

Em relação à recensão e à adaptação legislativas, estamos actualmente a promover as acções, estável e metodicamente, garantindo a conclusão de todas elas dentro de três anos, de entre as quais, foi concluída a organização das leis e dos regulamentos administrativos elaborados depois da reunificação até finais do ano passado e efectuada a publicação da Colectânea de Legislação da Região Administrativa Especial de Macau (1999 - 2009).

No domínio dos *Assuntos Cívicos e Municipais*, o Governo da RAEM tem procedido activamente ao desenvolvimento e à concretização de uma série de trabalhos importantes, para executar com todos os esforços os trabalhos preparatórios ao acolhimento na RAEM do par de pandas oferecidos pelo Presidente de Estado da China, incluindo a concepção e construção do Pavilhão dos Pandas e as respectivas obras complementares. Em simultâneo, tem enviado pessoal de visita a Sichuan e a Hong Kong para se inteirar das técnicas de criação dos pandas e trocar experiências. Actualmente, o Pavilhão dos Pandas foi inspeccionado por um grupo de especialistas e continuaremos com a conclusão das instalações complementares dos arredores, depois de proceder às respectivas alterações.

Os trabalhos preparatórios para a instalação do Centro de Segurança Alimentar têm sido promovidos de forma ordenada, foram definidos o posicionamento, o modelo e a programação dos trabalhos do Centro de Segurança Alimentar, bem como se deu início ao acompanhamento dos preparativos da disposição do *software*, *hardware*, produção dos diplomas legais concernentes, recursos humanos e a integração das acções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As acções governativas na área da Administração e Justiça no ano 2011 irão prosseguir de acordo com o plano de governação do Chefe do Executivo e a calendarização definida, concretizando com todos os esforços as várias acções. Iremos reforçar a auscultação da opinião da população, promover uma maior participação por parte da

sociedade civil e da população, assegurando que as políticas possam responder seriamente às expectativas da população, elevar a responsabilidade e capacidade de governação dos titulares de cargos públicos e impulsionar o desenvolvimento sustentável, a harmonia e estabilidade de Macau.

No domínio da Administração, consolidar o sistema da Administração Pública actual, aprofundar as medidas da reforma da Administração Pública e definir progressivamente um modelo de decisões mais científico, transparente e democrático. Através de regulamentações e medidas, proceder à integração e coordenação dos serviços, aperfeiçoar o organismo consultivo, reforçar progressivamente os trabalhos de análise e estudo e consolidar a base teórica e científica das políticas do Governo.

No próximo ano iremos implementar de forma plena em todos os serviços as Orientações Normativas para a Consulta das Políticas Públicas, normalizando e sistematizando o processo de consulta, impulsionando a adesão da sociedade civil e o diálogo bidireccional, aumentando a transparência e o *feedback* das opiniões, e adequar as políticas às necessidades reais da sociedade civil, com vista ao aumento da eficácia das consultas. Os colóquios comunitários, as apresentações temáticas e as iniciativas de destacamento de pessoal para se deslocar aos bairros comunitários, serão as formas de consulta que se articulam e complementam entre si, para a constituição de um mecanismo de consulta comunitária mais eficiente e perfeito.

A reestruturação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública permite constituir um organismo de gestão centralizada dos funcionários públicos, dotado das funções de estudo, coordenação e reforma, dos assuntos da Administração Pública. Nos termos do Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos, implementamos o recrutamento e acesso centralizados dos trabalhadores, procedemos à revisão do Regime de Contratos, uniformizamos o tratamento e a regulamentação do recrutamento, optimizamos o regime actual, estimulamos o pessoal para empenho na progressão, e tornamos o respectivo regime mais transparente, justo e imparcial.

Vamos propor medidas e políticas concretas relativas ao mecanismo de mobilidade do pessoal, optimizar a afectação de recursos humanos, promover de forma activa o desenvolvimento da gestão do pessoal, explorar, formar e dar oportunidade às pessoas com competência nos trabalhos concretos. Iremos estudar positivamente a criação de um mecanismo independente e o “Regime de conciliação e disciplinar central”, para assegurar aos funcionários públicos um tratamento justo e imparcial nas queixas recebidas.

Com base no aperfeiçoamento das normas do sistema jurídico existente, vamos aumentar e consolidar cada vez mais a eficiência da execução e supervisão do regime de responsabilização dos titulares de cargos públicos e instituir uma cultura de responsabilização saudável, reflectindo o espírito de responsabilização. Através da realização de acções de formação específica, vamos proporcionar aos titulares dos diversos cargos públicos os conhecimentos correctos e o rigor no desempenho das suas responsabilidades funcionais, em conformidade com a Lei Básica e demais legislação e normas de conduta, prosseguindo com a “administração segundo a lei” e acolhendo a supervisão.

Em articulação com as acções fiscalizadoras do Comissariado

Contra a Corrupção e do Comissariado de Auditoria, vamos proceder à normalização e sistematização das respectivas orientações, sugestões e recomendações, assim como vamos dar continuidade ao seu acompanhamento, supervisão, avaliação e revisão, no sentido de combater a prática de actos administrativos ilícitos e elevar a eficiência na execução da lei.

Com o objectivo de aumentar a capacidade de resposta e a transparência no tratamento das queixas e sugestões, vamos implementar o serviço de consulta *online* sobre o andamento dos processos em resolução, o que permitirá aos cidadãos consultar a fase de tratamento dos processos concernentes. Em simultâneo, será lançada uma nova versão do Sistema Electrónico de Tratamento de Queixas Interserviços, no intuito de elevar e supervisionar a eficiência na resposta, relativamente ao tratamento dos processos pelos diversos organismos públicos.

Vamos concretizar as obras da terceira fase de melhoramento do Centro de Serviços da RAEM., de modo a disponibilizar naquele centro os serviços *One Stop*, a prestar por todos os organismos públicos que fornecem serviços externos ligados ao público, conjugando-o com os Centros de Prestação de Serviços ao Público nas diversas zonas, para elevar o nível e a eficiência da rede integrada de prestação de serviços públicos. Para que a gestão dos organismos públicos e seus serviços, quer na qualidade, quer na quantidade, atinjam os níveis mais avançados do Mundo, vamos persistir na introdução de modelos de gestão científicos, de forma a encorajar mais organismos públicos, que reúnam as condições necessárias, a obterem a certificação da norma internacional ISO para a gestão de qualidade.

No domínio da Justiça, vamos envidar esforços para impulsionar o planeamento da produção legislativa, com base na súpula das experiências colhidas no passado e tendo em consideração as solicitações da sociedade civil e da Assembleia Legislativa, para além de reforçar a coordenação e supervisão na produção legislativa. O Gabinete para a Reforma Jurídica e o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional serão objecto de fusão e reestruturação, a partir da qual se tornará possível a criação de um organismo de coordenação central da reforma jurídica, de modo a prestar apoio, não só na elaboração do plano legislativo do Governo, como também na supervisão da sua execução.

No anexo ao Relatório das LAG, apresentado pelo Chefe do Executivo, destacam-se os projectos das propostas de lei programados para o próximo ano. O Governo da RAEM vai dar prioridade ao impulso dos diplomas legais relacionados com os assuntos cívicos e a vida da população, assim como vai efectuar os ajustamentos adequados, articulando-os para satisfazer as solicitações nas diversas fases de desenvolvimento social, em resposta à realidade e às necessidades sociais.

No próximo ano as acções de recensão e adaptação legislativas vão entrar no segundo ano da sua fase de desenvolvimento, pelo que vamos prosseguir a implementação da recensão geral da situação de vigência das leis e dos decretos-lei, publicados entre 1976 e 1999, proceder à adaptação das leis e dos decretos-lei ainda vigentes e concluir a verificação da versão chinesa dos cinco grandes Códigos e das leis mais importantes. Confirmada pelos diversos organismos funcionais a situação de vigência da legislação previamente em vigor, vamos divulgar o inventário dessa legislação a recensear, e bem assim apresentar a proposta de viabilidade sobre a legislação de adaptação legislativa.

Em relação à organização do plano legislativo e à adaptação das leis pelo Governo da RAEM, vamos intensificar cada vez mais o diálogo e a cooperação com a Assembleia legislativa, proceder à ampla auscultação de opiniões e efectuar de forma ordenada a apresentação das propostas de lei, articulando-as com o processo de apreciação na Assembleia Legislativa, para além de divulgar oportunamente o andamento do plano legislativo e aceitar a supervisão efectuada pelo órgão legislativo e pela sociedade civil.

Vamos iniciar o estudo sobre a viabilidade da instalação de um pavilhão de exposições relativas à Lei Básica, através do qual se permitirá proceder à sistematização da organização e exposição das informações concernentes, assim como alargar os efeitos de divulgação e ensino da Lei Básica.

No próximo ano o Governo da RAEM vai apoiar o impulso das acções de administração judiciária, apostando em quatro vertentes, nomeadamente:

(1) Introduzir de forma faseada as aplicações das tecnologias de informática, com vista ao aumento da eficiência judicial e da transparência;

(2) Simplificar os procedimentos judiciais e acelerar a conclusão dos estudos sobre a revisão do Código de Processo Civil, do Código de Processo Penal e da Lei de Bases da Organização Judiciária, para além de apresentar sugestões e propostas;

(3) Investigar e analisar a situação e perspectivas de desenvolvimento do sistema de arbitragem e conciliação em Macau, propondo a respectiva legislação;

(4) Concluído o Terceiro Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, em meados do próximo ano, será organizado subsequentemente o concurso de admissão e as acções de formação referentes ao Quarto Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, com a duração de dois anos, de forma a satisfazer as necessidades de recursos humanos dos órgãos judiciais, bem como será desenvolvido um novo ciclo de acções relativas ao concurso de admissão ao curso de habilitação para ingresso nas carreiras de oficial de justiça.

No próximo ano vamos prosseguir, por um lado, à organização das acções de formação que visam o aumento dos conhecimentos jurídicos dos trabalhadores da Administração Pública, bem como da sua capacidade de trabalho e, por outro lado, vamos assegurar a melhor execução da lei, quer qualitativa quer quantitativamente. Paralelamente, nestas acções contempla-se o “Curso Aprofundado na área do Direito Internacional”, que irá alargar o leque dos destinatários ao pessoal de direcção dos organismos públicos, visando proporcionar-lhes um maior conhecimento e articulação com os princípios, a tomada de posição e as políticas nacionais, no âmbito dos assuntos diplomáticos. Tal curso permite também incrementar os conhecimentos dos funcionários públicos sobre as operações práticas referentes ao cumprimento dos acordos internacionais e à composição dos relatórios de execução desses acordos, para além do impulso das relações com o exterior e dos assuntos do Direito Internacional de acordo com as realidades de Macau.

No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais, resolvemos de

forma activa o problema das inundações que há já muito tempo perturba os cidadãos e as empresas, reforçamos a coordenação e cooperação com os respectivos serviços competentes e adoptamos medidas eficazes, entre as quais se destacam a construção e o melhoramento de obras, o aperfeiçoamento da rede pública de esgotos, a substituição de bombas de água das estações elevatórias de águas residuais e o início das obras de substituição das válvulas de maré, contribuindo para o alívio das situações de inundação verificadas nas diversas zonas. Paralelamente, em combinação com o funcionamento do mecanismo de divulgação de informações dos serviços competentes, acreditamos que serão altamente reduzidas as influências das inundações.

Tendo como alicerce as acções desenvolvidas, a preparação da criação do “Centro de Segurança Alimentar” entrará na 2.^a fase, o que inclui a intensificação do respectivo mecanismo de operação conjunta, a coordenação de acções relativas à segurança alimentar dos diversos serviços, a definição das funções legais assumidas pelo “Centro de Segurança Alimentar”, o desenvolvimento da avaliação de riscos, bem como o estudo sobre a optimização e aperfeiçoamento dos critérios locais relativos aos géneros alimentícios e dos diplomas complementares sobre a segurança alimentar.

Com a articulação das várias áreas, nomeadamente o grande apoio dado pelo Gabinete do Conselho de Estado para os Assuntos de Hong Kong e Macau, pelo Departamento de Silvicultura Nacional e pela Base de Pesquisa e Reprodução de Pandas Gigantes de Chengdu, as obras do Pavilhão dos Pandas Gigantes situado em Seac Pai Van, em Coloane, já foram concluídas. Entretanto, vamos prosseguir a optimização das instalações complementares do parque, com vista a aumentar o seu valor apelativo, informativo... e o seu interesse, isto para concretizar a missão da RAEM em relação à protecção de animais raros no mundo, a fim de acolher a chegada dos pandas gigantes “Hoi Hoi” e “Sam Sam”, e criar uma atmosfera de alegria para os cidadãos e turistas.

Com base no estudo de investigação sobre a educação cívica realizado, e atendendo às características e situação actual de Macau, ajustamos as futuras políticas na área da educação cívica, procedemos a um planeamento geral, estudamos a criação de um mecanismo de coordenação para a educação cívica, bem como desenvolvemos acções de educação cívica tendo como ponto de base os bairros comunitários, no sentido de elevar a eficácia da educação cívica e construir, em conjunto com os cidadãos, bairros comunitários harmoniosos.

Através da optimização das instalações e mediante concurso público, adoptamos como local de experiência o nível inferior da Praça do Lago Sai Van, para desenvolver um projecto turístico integrado, com singularidades gastronómicas locais, de maneira a promover o desenvolvimento multifacetado do turismo de Macau.

No âmbito dos assuntos eleitorais, tínhamos iniciado a análise, o estudo técnico e a consulta, sobre os relatórios finais das actividades eleitorais de 2009, apresentados pela Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo e pela Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa. Vamos prosseguir a auscultação de opiniões dos diversos sectores da sociedade, visando a revisão e o aperfeiçoamento do regime jurídico das eleições, nomeadamente da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo, da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa e da Lei do Recenseamento Eleitoral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O contínuo progresso e desenvolvimento da sociedade tem trazido ao Governo da RAEM, não só novos desafios em termos das suas acções governativas, como também novas inspirações e dinâmicas. O Governo da RAEM e todos os trabalhadores da Administração Pública vão encarar as futuras acções governativas com unânime solidariedade, desempenhar fielmente as funções em que são investidos, ser honestos e dedicados para com o público e empenhar esforços para elevar o nível de governação e gestão, com o objectivo de prestar activa e pragmaticamente aos cidadãos serviços de alta qualidade e eficácia.

Aproveitamos esta oportunidade para expressar os nossos profundos agradecimentos e esperamos sinceramente que possamos continuar a obter o apoio e ânimo da Assembleia Legislativa, de todos os cidadãos, dos diversos sectores sociais e dos órgãos de comunicação social. Vamos adoptar diversas medidas eficazes para reforçar a comunicação interactiva com a sociedade, promover a confiança mútua, construir uma sociedade com harmonia e tolerância, envidando conjuntamente maiores esforços para a concretização bem sucedida do princípio “um país, dois sistemas”.

Obrigada, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Presidente: Srs. Deputados:

Antes do debate quero dizer que temos 25 Srs. Deputados inscritos para usar da palavra. O debate vai prolongar-se por dois dias. Para os Srs. Deputados inscritos poderem usar da palavra, intervêm primeiro seis Srs. Deputados, e de seguida passo a palavra à Sra. Secretária e a outros membros do Governo, para responder. Fazemos um intervalo de meia hora às 17:15h e depois retomamos a reunião.

Primeiro, tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo:

Mal foi publicado o relatório das LAG choveram críticas, sobretudo quanto à redução do montante da comparticipação pecuniária. Esta questão provocou muitas queixas por ser considerada um retrocesso. As receitas fiscais aumentaram consideravelmente, mas, perante a subida dramática dos preços de bens de consumo, parece que o Governo não conseguiu fazer frente a estes problemas a tempo. Contudo, reduziu o valor da comparticipação pecuniária. Tal medida provocou grande descontentamento social.

O aumento dramático dos preços de bens de consumo em Macau tem razões diversas. Que solução o Governo conseguiu aplicar? Bem, há três razões para este aumento em Macau. A primeira é a inflação importada, pois os bens de consumo importados são caros e acabam vendidos em Macau a preços altos. Esta é primeira razão. Nesta questão pouco pode fazer o Governo. A segunda razão é que a nossa moeda está a desvalorizar-se. A pataca indexada ao dólar americano, que se desvalorizou muito, perdeu também valor perante a valorização do RMB. Quanto a isso, o que pode o Governo fazer? Bem, esta não é a área da Sra. Secretária... A terceira razão é que em Macau há monopólios artificiais, especialmente no âmbito da

importação de vegetais, carne e gás. Devidos aos monopólios artificiais, os preços dos bens de consumo estão muito altos, afectando não só a vida do cidadão como também a actividade das pequenas e médias empresas.

Recordo-me que em Março deste ano esta matéria já foi discutida no debate das LAG. Na altura, referimos que estes monopólios artificiais no âmbito da importação provocam os altos preços da carne e dos vegetais, do gás, entre outros produtos. Na altura a Sra. Secretária respondeu não haver obstáculos. Na altura fui criticado por suscitar mal-entendidos. Na realidade sabem claramente que desde 2002 o nosso país levantou as restrições à exportação de bens de consumo para Hong Kong e Macau, especialmente para os artigos de consumo alimentar. Assim, teoricamente, todos os bens de consumo do país podem ser exportados para Macau desde que satisfaçam as normas sanitárias da RAEM. Mas qual foi o resultado? Só algumas aquisições são controladas, o que provocou o aumento dos preços, devido aos “exclusivos” de importação! Quanto a isto, acho que a Sra. Secretária não pode mais fechar os olhos. Há dias, estando presente na AL, o Sr. Chefe do Executivo admitiu a existência destes problemas e prometeu também exortar o Sr. Secretário Tam e a Sra. Secretária Chan a cooperar no diálogo com o interior da China, com vista a superar estes obstáculos. Espero sinceramente que estes problemas sejam encarados efectivamente, sem recurso a uma política de avestruz que ignora o aumento dos preços dos bens de consumo. Existem alguns problemas cuja solução não está ao nosso alcance, mas é possível derrubarmos obstáculos artificiais. Aliás, fala-se muito na regionalização e na cooperação regional, de forma que gostava de ver estes problemas resolvidos sob a liderança da Sra. Secretária.

A segunda questão incide sobre a democratização do sistema político. Nas LAG, a Sra. Secretária gastou pouca tinta sobre a revisão das três leis eleitorais. Eu não parei de apontar para isto: desde o estabelecimento da RAEM, com o apoio do Governo Central, através da implementação da política de vistos de viagens individuais, a economia de Macau tem-se desenvolvido de forma próspera. Nestes dez anos, a par de um crescimento económico rápido, toda a população se queixou de dificuldades, da degradação da qualidade de vida e da corrupção! O conluio entre alguns governantes e empresários, o favoritismo, são problemas muito sentidos pelas pessoas de Macau. Nestes dez anos o nível de vida da população de Macau não subiu. Pelo contrário: diminuiu. A ausência de um sistema político democrático está na origem de todos estes problemas. Assim, andamos a exigir ao Governo que dê início à democratização do sistema. No entanto a Sra. Secretária reiterou a falta de consenso em Macau. Sem consenso o Governo recusou-se a fazer seja o que for no âmbito da democratização do sistema político.

É verdade que o consenso é decisivo para avançar com a democratização do sistema político, sem o qual nada se pode fazer. Porém, o consenso não cai do céu! É preciso que o Governo desempenhe um papel liderante na organização de um debate público sobre a democratização do sistema público. Desde 2004 não parámos de exigir ao Governo que organizasse um debate público, com vista a chegar gradualmente a um consenso. Para baptizar os pandas a Sra. Secretária utilizou a votação pública para escolher os nomes. Isso permitiu uma maior participação por parte dos cidadãos. A democratização do sistema público é muito mais importante, comparada com a escolha dos nomes para os pandas. Portanto, deve recorrer a todos os meios disponíveis para os cidadãos poderem participar e debater, na busca de um consenso. Agora, alguns governantes incompetentes recusaram-se a assumir

responsabilidades, alegando falta de consenso. Acho que esta inacção deve ser censurada. Estamos já em 2010 e o Governo deve organizar, o mais cedo possível, um debate público sobre a democratização do sistema político, permitindo aos cidadãos pronunciarem-se sobre o tema. A iniciativa do Governo conduzirá ao consenso para avançar com a democratização do sistema político e resolver os problemas existentes em Macau.

A terceira questão incide sobre o atraso na legislação. A Sra. Secretária reiterou não haver atraso na legislação. Então, há ou não atraso na legislação? A percepção social é diferente e para muitas pessoas existem atrasos na legislação. É de acreditar que só a Sra. Secretária, e poucas pessoas, discordem da existência de atrasos legislativos. Defendo isto de forma simples: muitos casos estão pendentes no tribunal anos a fio. Cito um exemplo muito falado: uma pessoa morreu num acidente rodoviário, foi enterrada e o seu corpo foi exumado, mas o caso ainda não foi julgado, nem os familiares foram indemnizados. Qual a razão dessa morosidade no tribunal? Uma das razões principais... Até o Presidente do Tribunal de Última Instância e o Procurador do Ministério Público apontaram para isto: em Portugal talvez o Código de Processo Penal já esteja no museu, mas em Macau encontra-se em vigor. Então, isso não é um atraso? É óbvio que é um atraso na legislação. Por que razão há tantas leis desactualizadas e não foram resolvidos os problemas? Contudo, sob a tutela da Sra. Secretária funcionam muitos serviços que abordam esta matéria; além dos Serviços de Assuntos de Justiça, temos o Gabinete para a Reforma Jurídica e o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional. Pode imaginar-se que numa cidade tão pequena como Macau seria suficiente um serviço encarregado pela produção jurídica, mas em Macau existem três! Só que produzem pouco. Razões? Recentemente o Governo lançou outra “iniciativa”, isto é, o Governo tem a intenção de proceder à fusão entre o Gabinete para a Reforma Jurídica e o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional, no âmbito de coordenação jurídica, com vista a melhorar a eficiência dos serviços. Bem, ora se procede a uma fusão, ora se procede a uma separação, e não sabemos se se produzem bons ou maus resultados. Não sei bem, mas julgo que assim é muito difícil obter resultados positivos, especialmente na coordenação jurídica. A produção jurídica é presentemente da responsabilidade de vários serviços sob a tutela de diferentes Secretários. Não faço ideia que nível terá o organismo a formar pela fusão entre o Gabinete para a Reforma Jurídica e o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional. No caso de a fusão resultar numa Direcção de Serviços, como conseguirá coordenar outros serviços sob a tutela de diferentes Secretários, no âmbito da produção jurídica? Tenho dúvidas quanto a isto. Afinal de contas, a maior responsável pela coordenação da produção jurídica é, sem dúvida, a Sra. Secretária Chan. Porque no seu cargo de Secretária tem competência para coordenar estes trabalhos com outros Secretários, e se agisse assim talvez o resultado fosse melhor. Se a coordenação resultar numa Direcção de Serviços será uma alteração em vão. Uma vez que nada foi feito no âmbito da reforma jurídica em curso, agradeço um esclarecimento da Sra. Secretária, para apurar se essa ideia consegue ou não resolver efectivamente os atrasos legislativos.

A derradeira questão incide sobre actividades administrativas, pois pertence à área da Administração. Decorridos dez anos, houve melhoria neste âmbito? Bem, seria injusto se não reconheçêssemos as melhorias, mas algumas são superficiais. Por exemplo, em muitos serviços públicos criaram-se lugares de relações públicas para prestar serviços ao cidadão, quando solicitados. Sim, é inegável o progresso, mas é pouco significativo. Quando a Sra. Secretária anunciou a criação do serviço “one stop”, eu disse na altura que esse

serviço poderia não produzir bons resultados, se faltasse uma articulação concreta. Afinal, o que sucedeu? O serviço *one stop* é mesmo um *stop*. Está tudo parado! Portanto, esse serviço *one stop* não serve para nada. Então, como é que isso aconteceu? Como Secretária desta pasta, uma das suas tarefas mais importantes é localizar a origem dos problemas. Por exemplo, recentemente a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações foi alvo das recomendações do Comissariado Contra a Corrupção. O mais interessante foi isto: o CCAC solicitou à DSRT dados sobre problemas relativos às antenas comuns. A DSRT forneceu ao CCAC oito mil páginas de documentos não numerados ou referenciados. Os documentos, as oito mil páginas, no fundo são um mero monte de lixo! Outro exemplo, o Comissariado da Auditoria solicitou ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais dados sobre as áreas cobertas por árvores em Macau, e o IACM forneceu ao CCAC um monte de documentos mal organizados. Bem, aos olhos do CA aqueles documentos não passaram de outro monte de lixo. Podemos imaginar que processar documentos é um trabalho mínimo, mas não conseguiram sequer isso, enquanto qualquer companhia consegue ter documentos bem organizados. Isto é uma confusão! Anteriormente o Ministério Público solicitou ao IACM dados sobre o caso relativo às campas perpétuas, mas os dados originais desapareceram, não se sabendo do seu paradeiro. O que sucedeu no fundo? Se os documentos não estiverem bem organizados, como se pode esperar uma alta eficácia administrativa? Quanto a isto acho que a Sra. Secretária deve reflectir bem. Por esse andar o desempenho de tarefas administrativas continuará a deixar muito a desejar. Foram feitas melhorias superficiais, mas no fundo poucos efeitos produziram. Isto explica por que razão a eficácia administrativa tem sido baixa nos últimos dez anos, prejudicando o desenvolvimento social. Atrasos na legislação e nos tribunais, e baixa eficácia administrativa, impedem o desenvolvimento da sociedade de Macau.

Quanto a estas questões agradeço que a Sra. Secretária venha a resolvê-las, e apresente respostas claras e sinceras.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Nas LAG para o ano de 2011, o Governo da RAEM comprometeu-se a combater a violência doméstica, prevenir a sua ocorrência e proteger os membros mais expostos das famílias, especialmente crianças e mulheres. Constata-se que o Governo dá alta prioridade a acções dirigidas à protecção das crianças e das mulheres. O Governo da RAEM dispõe de uma série de leis e regulamentos para implementar a protecção de indivíduos de sexo feminino, mas revelam-se pouco eficazes. Acho que o Governo da RAEM deve proceder ao seu melhoramento. O Executivo deve promover o papel da Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres, no âmbito do desenvolvimento de carreiras para as mulheres, no sentido de reforçar estudos sobre os problemas femininos, para produzir leis e regulamentos de forma sistemática e específica.

Os dados apontam para o agravamento nos últimos anos da violência doméstica em Macau. Face a este facto, o Governo deu início à regulamentação sobre a violência doméstica, consultando os exemplos de países e territórios na área de regulamentação sobre a

violência doméstica, para produzir um conjunto de leis específicas para prevenir a violência doméstica, tendo em conta a realidade de Macau. As associações foram ouvidas pelo Conselho de Acção Social, quanto à proposta de lei sobre esta matéria, mas ainda não foi apresentada essa mesma proposta. Antes foi noticiado um caso de violência doméstica que se arrastava há mais uma década, o que demonstra que a violência doméstica em Macau é bastante preocupante. Os direitos das mulheres precisam de maior atenção e apoio.

Quanto à regulamentação das matérias sobre adolescentes, nos últimos anos, o tema mais debatido na sociedade foi o tema da punição: baixar a idade de imputabilidade, ao invés de proteger as crianças e adolescentes. Com as dramáticas mudanças da sociedade de Macau, tornaram-se ainda mais notórios os maus-tratos a crianças. Segundo os dados oficiais divulgados no ano passado, registaram-se 22 casos de pedofilia em Macau, correspondendo a um aumento face ao ano de 2008, onde foram assinalados 18. Segundo os dados estatísticos de algumas associações, registaram-se 164 pedidos de apoio via telefone ou através de deslocação pessoal aos centros consultivos. Doze novos casos requerem acompanhamento e tratamento médicos, tendo envolvido maus-tratos físicos, abuso sexual e violência doméstica, entre outros excessos. Embora vigorem em Macau leis que protegem os direitos das crianças, estas leis regulam apenas determinados aspectos. Não há sistematização, normalização e desenvolvimento legislativos. Os estudos e medidas implementadas pelo Governo não foram suficientes no âmbito dos tópicos: “a criança e a saúde”; “a criança e a educação”; “a criança e a protecção legal”; e “a criança e o ambiente”. Portanto, além de aperfeiçoar as leis que protegem as crianças em Macau, o Governo deve proporcionar recursos públicos, e condições para facilitar as acções necessárias ao crescimento saudável e protegido dos menores. É preciso reforçar a aplicação das leis, implementá-las efectivamente, e entretanto dar início, oportunamente, à realização de levantamentos estatísticos e de estudos que possam servir ao Governo na produção de medidas específicas de protecção das crianças.

Assim, quanto às matérias relativas às mulheres, às crianças e à delinquência juvenil, coloco à Sra. Secretária algumas questões. Primeira: em 1986 entrou em vigor em Hong Kong uma lei que regula a violência doméstica; em 1999 entrou em vigor em Taiwan uma lei que regula a violência doméstica; e em Macau, qual o ponto da situação da regulamentação sobre a violência doméstica? Dispõe de um calendário? Há medidas preparatórias? Uma vez que nas LAG da Sra. Secretária foi referida esta matéria, pode fazer uma apresentação sobre o assunto?

Segunda questão: em 2007 foi implementada na República Popular da China uma lei de protecção dos menores, ou seja, no nosso país a protecção dos adolescentes e crianças entrou numa fase institucional e normalizada; sendo Macau uma cidade cosmopolita em rápido desenvolvimento, já compilou todas as leis vigentes que protegem adolescentes e crianças, com vista a proceder a uma regulamentação específica na RAEM? De que instrumentos dispõe para garantir aos adolescentes e crianças apoio social suficiente?

Terceira questão: face ao aumento da delinquência juvenil, no relatório da consulta pública sobre a redução da idade de imputabilidade penal, publicado em 2008 pelo Governo, refere-se que estão por observar e avaliar os efeitos das medidas previstas no Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores; assim, o grupo encarregado do estudo entendeu não ser oportuno baixar a idade da imputabilidade penal para os 14 anos; em seguida, o Governo retirou

a proposta de lei em causa; embora tenha sido retirada a proposta de lei, deve continuar-se a estudar a delinquência juvenil no âmbito de prevenção e correcção; o Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores entrou em vigor há já bastante tempo; no ano passado coloquei ao Governo uma questão; não será necessário avaliar os efeitos produzidos pelo Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores? Qual o andamento dessa avaliação?

Recentemente, a discussão sobre a democratização do sistema político cativou as atenções. Acho isso positivo. Foram manifestadas opiniões diferentes e o Governo deve auscultar mais opiniões. O que mais me chama a atenção é isto: caminhar para a democratização é uma tendência mundial, mas em Macau existe suficiente consciencialização cívica? Por exemplo, em Agosto sugeri reforçar a aprendizagem da Lei Básica. Aprofundar o conhecimento da Lei Básica, em vez de aprender a LB de forma superficial. Há muitos serviços públicos a promover a educação cívica, por exemplo, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, o Comissariado Contra a Corrupção e a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego. Perguntei no ano passado: quais os resultados? Acho que existe sobreposição de serviços e esbanjamento de recursos. Como organizar os serviços? A Sra. Secretária há instantes referiu pretender reorganizar os trabalhos no âmbito da educação cívica. Então qual será o rumo principal a seguir? Vai reorganizar estas actividades evitando o desperdício de recursos? Como aprofundar a educação cívica para produzir efeitos efectivos? Para fazer avançar a democratização do sistema político estas tarefas devem ser realizadas com ampla visão.

Obrigada Sra. Secretária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Nas LAG apresentadas este ano refere-se o mecanismo de recrutamento centralizado. Encontram-se concluídos uma parte do sistema e o anteprojecto do regulamento administrativo (Recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos). Pessoalmente, espero que com este regime de recrutamento centralizado os residentes de Macau interessados em ingressar na função pública possam candidatar-se sob o princípio da imparcialidade. Espero que este regime venha a ajudar o Governo a colocar as pessoas certas nos lugares certos, de forma a permitir a selecção dos mais capacitados, em prol da eficácia política e do bem-estar do cidadão.

Contudo, levanto uma dúvida. Em relação à forma de recrutamento de funcionários públicos, com a entrada em vigor do regime de recrutamento centralizado, os serviços públicos só poderão recrutar trabalhadores de diferentes níveis através do regime de recrutamento centralizado. Como irá o Executivo comunicar estreitamente com os diversos serviços para escolher pessoas de forma apropriada? Como assegurar o princípio da imparcialidade durante o recrutamento?

Em relação ao regime de gestão dos funcionários públicos, foi lenta a sua reforma nos últimos dez anos. Não houve uma planificação geral e sistemática. Como será concretizada essa reforma? Aguardo as iniciativas do Centro de Avaliação dos Trabalhadores Qualificados da Função Pública. Antes, alguns

colegas meus sugeriram seleccionar funcionários públicos com capacidade para formar a futura equipa do Governo. Foi uma boa sugestão! A meu ver são importantes as habilitações académicas. No entanto, o Governo não lhes deve dar demasiada importância. Importa considerar o desempenho profissional e a atitude no trabalho. Aos funcionários públicos com ambição, vontade de assumir responsabilidades, espírito de serviço e sem credenciais escolares muito altas, o Executivo deve proporcionar oportunidades para aprender, para aumentarem as qualificações e realizarem plenamente o seu potencial. Agradeço um esclarecimento da Sra. Secretária quanto ao funcionamento do Centro de Avaliação dos Trabalhadores Qualificados da Função Pública. Agradeço também uma explicação sobre os métodos para seleccionar e cultivar funcionários públicos com notórias potencialidades.

Outra questão incide sobre a formação para o acesso do pessoal jurídico da DSAJ. Em qualquer sociedade um sistema jurídico aperfeiçoado é fundamental! O Executivo deve dar mais importância à formação do pessoal responsável pela produção jurídica. A “Base de dados do pessoal jurídico da administração pública” foi criada pelo Gabinete para a Reforma Jurídica. Esta base de dados deve servir para organizar a racionalização dos serviços e a especialização do pessoal. A isso chama-se colocar a pessoa certa no lugar certo.

Nas LAG fala-se na formação jurídica. Dá-se formação ao pessoal jurídico efectivo, orientada por juristas experientes. De notar que é uma formação muito básica. Se o executivo desejar formar juristas, de alta qualidade e com especializações diversificadas, deve ponderar conceber, de forma oportuna e planeada, cursos sistemáticos de formação contínua, dirigidos ao pessoal jurídico constante da base de dados. Assim, terá pessoal jurídico de diferentes níveis e de diferentes especializações, que poderá contribuir eficazmente para a actividade do Governo na área dos assuntos de justiça.

As expectativas da sociedade e dos funcionários públicos são muitas quanto ao “regime de gestão centralizada dos trabalhadores dos serviços públicos”. Prevalece a opinião de que se trata de uma medida importante no âmbito da reforma jurídica. O recrutamento centralizado pode ajudar a criar um regime de imparcialidade, contribuir para um Governo transparente e elevar o moral do pessoal. Pergunto: qual é o conteúdo da gestão centralizada? O que fizeram neste sentido? O calendário e planos de actividade foram implementados?

Nas LAG refere-se a criação de novos serviços públicos. Acredito que essa criação foi bem pensada pelo Executivo, com o objectivo de aperfeiçoar e otimizar a actividade administrativa. Só que as LAG referem sucintamente a apresentação dos serviços públicos a criar, em termos de competências e dimensões, entre outros aspectos. Por exemplo, no domínio do aperfeiçoamento dos funcionários públicos, refere-se o funcionamento pleno do “centro de formação dos funcionários públicos”, e o potenciar da capacidade de organização e planificação da formação. Se não me engano, a Divisão de Formação do Departamento de Recursos Humanos dos SAFP é responsável pelas mesmas acções de formação. Se me enganar, agradeço que me corrija. Portanto, pergunto: por que razão a parte do “potenciar a capacidade de organização e planificação da formação” é um trabalho independente?

A estrutura e o número dos efectivos dos serviços públicos foram devidamente planificados. Como vai o Governo obviar ao aumento caprichoso do quadro, que se traduziu em desperdício de dinheiro do

erário público, não aumentando a eficácia nem a qualidade dos serviços?

Nas LAG refere-se o princípio “servir melhor a população”. Então como concretizar esse princípio de “servir melhor a população”? Cito um exemplo simples: ao agendar a produção de propostas de lei, partindo do ponto de vista da população, o Governo deve resolver com prioridade os problemas considerados importantes pelos residentes.

O “melhoramento da comunicação com os residentes” foi também registado nas LAG, e aí referido também o mecanismo consultivo de serviços comunitários, o reforço da articulação orgânica, entre o Conselho Consultivo de Serviços Comunitários e o Centro de Prestação de Serviços ao Público, a complementaridade das formas de consulta, apresentação temática, visitas aos bairros, entre outros pontos. Quanto ao “melhoramento da comunicação com os residentes”, a meu ver, o Executivo deve otimizar dois aspectos. Primeiro, quanto à consulta, além de auscultar a população, deve ainda levar o cidadão a perceber as vantagens da política a implementar. Em segundo lugar, cumpre aproveitar devidamente o mecanismo consultivo referido nas LAG, para divulgar políticas e aumentar o grau de transparência da governação, para que o cidadão perceba as vantagens de determinadas políticas ou medidas. De notar que, muitas vezes, acontece vingarem facilmente afirmações sem fundamento, devido à falta do acesso a informação completa, o que leva a ser mal entendida a intenção de determinada política ou ao desconhecimento de políticas implementadas em benefício do cidadão. Consequentemente, o Executivo deve recorrer a todos os meios disponíveis para divulgar as políticas do Governo, aproveitando os mecanismos de comunicação existentes, de forma a permitir que o cidadão perceba correctamente a intenção das políticas implementadas. Entretanto também é preciso trabalhar com empenho no “feedback” quanto às opiniões recolhidas. Por exemplo, muitas vezes os “kai fong” desconheciam o objectivo de obras a realizar no subsolo, pensando que os projectos apenas reflectiam a vontade de gastar em excesso o dinheiro na posse do Governo. Bem, face a isso, além de comunicar aos estabelecimentos comerciais os objectivos da obra a executar, é muito importante explicar, aos comerciantes e aos “kai fong”, a finalidade e as vantagens de que poderão vir a beneficiar. Ao mesmo tempo, os residentes podem contribuir com as suas opiniões sobre o projecto. Em conclusão, o Executivo deve auscultar os residentes, segundo o princípio “servir melhor a população”.

A Sra. Secretária pode explicar-nos como vai melhorar os mecanismos consultivos?

Quanto à eficácia administrativa, acredito ser é opinião de todos que a área da Administração e Justiça é uma área bem abrangente, o que acarreta uma carga excessiva de trabalho e responsabilidade para muitos funcionários públicos. A meu ver, se a “tomada de decisões com critérios científicos” for eficaz, será absolutamente favorável ao desenvolvimento do sistema político. Quanto ao princípio “servir melhor a população”, do ponto de vista do cidadão, a eficácia administrativa é um padrão importante e que mede a qualidade do Executivo. Portanto, deve satisfazer-se o cidadão neste sentido. A Sra. Secretária deve obter um ponto de equilíbrio entre a “tomada de decisões com critérios científicos” e a eficácia administrativa, para que o cidadão sinta que o Executivo trabalha de acordo com o princípio de “servir melhor a população”. Então, no futuro, como irá a Sra. Secretária conseguir um equilíbrio entre a “tomada de decisões com critérios científicos” e a eficácia administrativa na

execução de trabalhos de racionalização de serviços na área da administração e justiça?

Nas LAG refere-se o aumento da eficácia e o desenvolvimento de uma plataforma de troca de informações mais humanizada. É importante esse conceito de humanização, que é crucial para o cidadão avaliar a boa-fé dos trabalhos feitos pelos serviços públicos. Muitos residentes levantaram dúvidas sobre a eficácia administrativa do Executivo no tratamento das queixas. Pergunto: no espaço de meio ano registaram-se melhorias? Se for possível, agradeço que a Sra. Secretária, ou outro serviço, nos forneça os respectivos dados para ficarmos melhor esclarecidos.

Quanto aos trabalhos relativos à segurança da população, segundo as LAG, a criação do Centro de Segurança Alimentar entrou já numa segunda fase. Alguns colegas meus apresentaram interpelações sobre as competências desse Centro. Aproveitando esta oportunidade, gostava também de me informar sobre o andamento da criação do Centro de Segurança Alimentar. Sei que os trabalhos que o Conselho de Consumidores faz estão muito relacionados com os desse Centro. Então, qual será a coordenação entre ambos? Qual o relacionamento e a divisão de trabalhos entre o Centro de Segurança Alimentar e o Conselho de Consumidores?

A área do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais é bastante grande, estando relacionada com quase tudo, quer de grande dimensão, quer de pequena dimensão. Consta que os trabalhos do IACM são dos mais duros na função pública. Acredito que muitas pessoas reconhecem os esforços do pessoal do IACM. No entanto, pela sua área abrangente, e pela sua ligação muito estreita ao quotidiano da população, o IACM tem muito por onde melhorar. Estive a pensar se deveria falar hoje, neste dia tão importante, de assuntos de menor dimensão, mas como estes assuntos de menor dimensão despertam a atenção da sociedade e foram também noticiados nos jornais, decidi abordá-los.

O primeiro assunto incide sobre a questão sanitária nos bairros comunitários. Devido ao aumento demográfico, à degradação dos bairros comunitários e ao clima húmido de Macau, a propagação de mosquitos e ratos obriga a toda a atenção. Manter os bairros comunitários limpos não é apenas a responsabilidade do Executivo, mas igualmente dos residentes e dos estabelecimentos comerciais. Manter os bairros comunitários limpos deve ser preocupação de todos, mas ao Governo cumpre liderar, sensibilizando para a importância do saneamento e controlo da propagação de mosquitos e ratos. Portanto, a que serviço compete esclarecer como se pretende resolver este problema sanitário nos bairros?

Tenho outra sugestão a dar sobre os serviços comunitários. Cito o exemplo da zona da Rua da Praia do Manduco. O IACM transferiu as tendinhas de comida, instaladas na dita rua, para o Centro de Comida do Mercado Municipal de São Lourenço, facultando aos clientes instalações mais limpas e confortáveis. Em suma, as vantagens são muitas, no entanto, devido ao horário de funcionamento, entre 07:00h e 19:00h, algumas tendinhas que pretendam fazer negócio à noite ficam prejudicadas. Espero que seja possível prolongar o horário de funcionamento do Centro de Comida.

Noutra vertente, espero que o serviço competente venha a estudar a taxa de utilização do parque de estacionamento de automóveis. Verifica-se a necessidade de rever as tarifas praticadas, no sentido de aumentar o fluxo de automóveis durante o dia. Quanto às horas de menor fluxo, é preciso aplicar tarifas mais baixas para aumentar a

taxa de utilização.

Em relação aos centros comunitários, em muitas zonas verifica-se a falta de espaço para os jovens estudarem, portanto, convém prolongar o horário dos referidos Centros. Espero que a Sra. Secretária, ou o serviço competente...

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo:

Sra. Secretária Chan, contaram-me que é católica praticante. Se calhar por influência de Deus, foi sempre voluntária desde pequena. Ao ingressar na função pública continua a trabalhar como voluntária. O que mostra a sua bondade. Só que, a meu ver, uma coisa é ser Secretária, outra é ser voluntária. Como Secretária da área da Administração e Justiça, lidera todos os trabalhadores da Administração Pública, todos os assuntos na área da Administração e Justiça, bem como os Assuntos Cívicos. Sinceramente, acho que não é possível que a Sra. Secretária sozinha domine todos os assuntos destas áreas. De modo que cumpre saber como colocar a pessoa certa no lugar certo. Dentro da área da sua tutela há muitos directores e assessores, mas ao longo destes 11 anos, com excepção da Sra. Secretária, o que fizeram os dirigentes sob sua tutela? Ficou satisfeita com o desempenho dos mesmos? Deve ou não assumir a responsabilidade pelos erros que eles cometeram? Ou, de outro modo, quem deveria assumir essa responsabilidade? Gostava imenso de saber. Hoje, que nota a Sra. Secretária lhes daria? Isto é muito importante! Sendo Secretária, o mais importante é aplicar bem o programa do Governo, ser responsável perante o Chefe do Executivo, ante a sociedade. Na prática, é dependente, mas também lidera todos os responsáveis de níveis diferentes e todos funcionários públicos. Importa admitir pessoas qualificadas, deve ser fiel ao princípio “nunca contratar de quem se duvidar, nunca duvidar de quem se contratou”. Caso contrário, por muito que se tente nada se consegue. Se os dirigentes e funcionários públicos da sua tutela não forem competentes, se faltar colaboração vertical, por melhores que sejam as LAG todos anos, as intenções governativas dificilmente serão concretizadas. Tal daria a impressão a toda a população de que todos anos “vira o disco e toca o mesmo”.

Em relação às LAG da Sra. Secretária para o próximo ano, sendo eu Deputado, devo intervir com pragmatismo, consequentemente, coloco três questões referentes a assuntos do interesse de toda a população.

Primeira questão: como acompanhar a evolução dos tempos? Implementar a reforma da Administração Pública para constituir um Governo transparente é um meio indispensável. Quanto ao conteúdo desta reforma nas LAG dos últimos anos, também se referiu a questão. Nas LAG para o ano que vem há referências sumárias sobre esta matéria, nomeadamente no que diz respeito à transparência administrativa. Não são referidas medidas concretas. Considerando que os funcionários públicos são a riqueza do Governo da RAEM, este deve, oportunamente, actualizar os vencimentos, regalias e tratamento dos mesmos, de acordo com as necessidades da sociedade. Não me oponho a isso. Mas, aproveitando esse mecanismo, como melhorar a qualidade dos funcionários da Função Pública e aumentar a eficácia administrativa? Como promover um estímulo de reciprocidade na reforma da Administração Pública? São estas matérias que mais preocupam a sociedade. Para avançar com a

reforma da Administração Pública é imperativo dispor de mecanismos aperfeiçoados, efectivos e eficazes, para contar com a equipa dos trabalhadores da Administração Pública. Podemos comparar a equipa dos trabalhadores da Administração Pública a uma maçã: por fora está bonita, mas por dentro está podre, então, podemos dizer que a maçã é bonita?

Lê-se nas LAG para o próximo ano que, além de levar-se em conta o resultado das consultas sobre políticas, os assuntos na área da Administração Pública concentrar-se-ão na gestão centralizada dos trabalhadores da Administração Pública, e estruturação, atribuições, coordenação interdepartamental e regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos, entre outros tópicos. A dita gestão centralizada consiste no recrutamento, gestão e acesso. Esta ideia foi falada há já seis anos, e o “tom” foi sempre o mesmo. Em Março deste ano, no debate das LAG, o Governo anunciou publicamente que em Fevereiro iria entrar em vigor o regime de recrutamento centralizado. No debate das LAG para o próximo ano afirmaram que o Governo da RAEM já dispõe de condições para implementar o regime de recrutamento centralizado de acordo com o “Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos”. Esta matéria foi referida nas LAG apresentadas nos últimos cinco anos, tendo sido afirmado estar em curso a sua preparação. Afirmaram este ano reunir as condições para implementá-lo. Portanto, ressaltam algumas contradições. É opinião geral que a falta de um mecanismo de gestão centralizado eficaz para o recrutamento dos trabalhadores dos serviços públicos gerou muitos problemas, sendo um deles a ampliação contínua dos quadros na função pública.

Em relação ao ano de 2008, os trabalhadores dos serviços públicos aumentaram 6,5% em 2009. Nos finais do mês de Junho deste ano, o aumento foi de 2,5%, face ao período homólogo, perfazendo um total de 22.558 trabalhadores. O número global é de 25.000, se somarmos os trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho. Os serviços públicos irão ainda contratar mais trabalhadores. Qual o ponto da situação? Como se explica o aumento de efectivos da Função Pública, a falta de transparência no recrutamento de trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho, e o mecanismo de gestão centralizada? A Sra. Secretária Chan pode esclarecer bem tudo isto?

Nas LAG refere-se a reestruturação dos SAFF, a ter lugar este ano, passando a ser um serviço público dotado das funções de gestão centralizada dos trabalhadores dos serviços públicos, e de estudo, coordenação e reforma da Administração Pública. Terá ainda a incumbência de optimização da prestação do Serviço ao Público, estudo e avaliação do desempenho da Administração Pública, e divulgação do Governo Electrónico, de entre outras tarefas. Para melhorar o tratamento dos assuntos relativos aos trabalhadores dos serviços públicos, o Fundo de Pensões transita para a área da Administração e Justiça. Os SAFF sofrem reestruturação, o Fundo de Pensões transita para a área da Administração e Justiça... Tudo isto não é novidade, pois o Governo já o tinha anunciado. Pode criar-se assim a ideia de que essa reestruturação tem por objectivo implementar a reforma da Administração Pública e a gestão centralizada dos trabalhadores dos serviços públicos, mas nos últimos onze anos os SAFF têm sido os responsáveis pelos assuntos relativos aos trabalhadores dos serviços públicos. O Fundo de Pensões antigamente pertencia à tutela da Secretaria para a Economia e Finanças, com funções no âmbito da gestão, e da realização adequada de investimentos, das pensões dos trabalhadores dos serviços públicos e do Fundo de Previdência. Depois da

reestruturação, os SAFF continuam a ser uma Direcção de Serviços, apesar de alterações de competências. Há trabalhos nos últimos onze anos que essa Direcção de Serviços não conseguiu fazer, ou não foram bem feitos. Essa reestruturação irá atingir um novo nível no âmbito da gestão centralizada dos trabalhadores provenientes de cinco Secretarias, de algumas dezenas de Direcções de Serviços, bem como no âmbito da reforma da Administração Pública? Penso que muitos residentes gostavam de saber isto: com a reestruturação dos SAFF, de que novas “receitas” dispõem para conseguir esses objectivos?

O Fundo de Pensões vai ter outra tutela. O retorno dos investimentos preocupa mais os trabalhadores dos serviços públicos. Essa alteração da tutela traz ou não benefício para a gestão dos trabalhadores dos serviços públicos? O tempo dirá.

Em 2007 o Executivo anunciou o Roteiro da Reforma da Administração Pública, e esses projectos foram concluídos em 2009. Nas LAG daquele ano foram apresentados os resultados obtidos. Contudo, para os residentes, os resultados da dita reforma não são evidentes. A implementação do regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos não é uma novidade. Quanto ao resultado, esperamos para ver.

Nas LAG, nodomínio da Administração Pública continua a promover-se a obtenção de certificados ISO. Segundo sei, só no IACM há dezenas de subunidades com certificação ISO, incluindo na área da gestão de expediente. Mas recentemente o CCAC descobriu actos de negligência cometidos pelos Serviços de Zonas Verdes e Jardins do IACM. Isto prova que a obtenção do certificado ISO – embora seja positiva – não significa necessariamente bom resultado final nos trabalhos realizados. O Governo gasta muito dinheiro por ano do erário público na obtenção da certificação ISO, Como fiscalizar e avaliar os resultados na prática?

Segunda questão: devido aos problemas legados pela história, o ordenamento jurídico de Macau deixa a desejar. Após o retorno à Pátria as reformas legislativas e jurídicas mereceram toda a atenção. Embora Macau seja um território pequeno, estão em vigor mais de 2.600 leis, decretos-leis e regulamentos administrativos, dos quais mais de 490 são leis, um número muito elevado se comparado com outros países e territórios. Após o retorno à Pátria deparamo-nos com pesadas tarefas no âmbito legislativo e jurídico, e isto por razões muito complicadas. Esta foi uma das razões que levou Macau a produzir constantemente mais leis, a rever leis, e apesar disso continua a verificar-se uma notória insuficiência. Perante estas tarefas tão pesadas, os Serviços dos Assuntos de Justiça deveriam ter encontrado meios eficazes para resolver estes problemas logo após o retorno à Pátria, isto é, deveriam primeiro ter feito uma recensão e adaptação das leis, decretos-leis e regulamentos administrativos. Tendo em conta as características legislativas e o bilinguismo, deveriam coordenar a cooperação interdepartamental e zelar pela colaboração com a AL. Assim, recorrendo-se a todos meios, o ordenamento jurídico de Macau teria sido aperfeiçoado de forma mais célere.

Na RAEM funcionam três organismos: a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, o Gabinete para a Reforma Jurídica e o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional. É pena, pois reza o ditado que “não há água para beber quando são três os monges encarregados do abastecimento de água”. Estes três Serviços pouco fizeram no passado, e actuaram cada um por sua conta nas reformas legislativa e jurídica. Junte-se a falta de comunicação com

a AL e as carências interdepartamentais, e o resultado fica pouco notório no âmbito da coordenação dos trabalhos legislativos. Devia-se ter começado há uma década a fazer recensão e adaptação das leis, dos decretos-leis e dos regulamentos administrativos, mas só em Março deste ano é que chegou a promessa de se concluir os respectivos trabalhos nos próximos três anos. Agora só nos resta pouco mais de dois anos. Será que se vai mesmo conseguir acabá-los? Nas LAG para o ano que vem refere-se a fusão entre o Gabinete para a Reforma Jurídica e o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional. Com essa fusão cria-se um organismo responsável pela gestão e coordenação centralizadas para a reforma jurídica. Depois desta fusão, apesar das alterações dos cargos dos responsáveis, esse organismo continua a ser uma Direcção de Serviços. Então, de que meios se dispõe para levar a bom porto a coordenação interdepartamental no âmbito da reforma jurídica? São dúvidas que se levantam. Os dois gabinetes foram da tutela da Sra. Secretária, no âmbito da produção jurídica e da reforma jurídica, e o seu desempenho revelou-se insuficiente. Será que esses dois organismos não tinham capacidade, ou tal deveu-se a outras razões? Essa fusão vai ajudar a aumentar a capacidade de coordenação interdepartamental? Os obstáculos que impediam um melhor desempenho serão eliminados? Conseguirão mesmo sair destas situações difíceis?

A terceira questão incide sobre as inundações, a segurança alimentar e o aperfeiçoamento urbano. Estas questões, estreitamente ligadas à vida dos residentes, são referidas nas LAG todos os anos, mas os resultados fiquem aquém do prometido. Cito um exemplo: a regulamentação das oficinas de reparação de automóveis. Em 1996 esta competência foi transferida da Secretária para a Economia para o Leal Senado. Após o retorno à Pátria passou a ser da competência do IACM. Decorridos 14 anos ainda não entrou em vigor um diploma que regule as oficinas de reparação de automóveis. De modo que muitas oficinas operam ilegalmente e com mão-de-obra não residente clandestina. Muitas oficinas instalam-se nos edifícios habitacionais, poluem e geram o descontentamento dos residentes afectados. Na falta de um diploma que regule esta matéria, ocorrem conflitos entre os residentes e os donos das oficinas. Assim, gostava imenso de saber que razões impedem de facto a entrada em vigor desse diploma legal?

Numa sociedade em progresso, se os governantes colocarem o interesse público em primeiro lugar, em obediência ao princípio do pragmatismo e em prol do bem-estar da sociedade, devem estar dispostos a assumir responsabilidades pelos problemas derivados da governação. Portanto, pergunto à Sra. Secretária Chan: que nota dá à actividade da sua tutela ao longo de onze anos no âmbito da Administração e Justiça, e no referente à reforma da Administração Pública, no que toca à gestão centralizada dos trabalhadores dos serviços públicos, à reforma jurídica e aos assuntos ligados à vida da população? Com a fusão de dois gabinetes, com a reestruturação dos SAFP e a transição do Fundo de Pensões para a sua área, quais são as suas expectativas, tendo em conta o balanço do passado? Vai mudar o que foi feito no passado em termos de colocação de pessoas? Vai seguir o princípio de “nunca contratar de quem se duvidar, nunca duvidar de quem se contratou?”

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Neste debate das LAG para a área da Administração e Justiça, levanto as seguintes questões na esperança de obter uma resposta da Sra. Secretária.

Primeira questão: quanto à promessa nas LAG de implementar um Governo transparente, constatámos que nos últimos anos o Governo da RAEM comprometeu-se em melhorar o regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos, aumentar-lhes os vencimentos e facilidades na área da acção social, além de modernizar as instalações de prestação de serviços ao público. Bem, segundo os esforços do Governo constatámos a concretização disto tudo, mas os residentes não deram por nada de especial. O novo Governo está determinado em constituir uma Administração transparente, mas como? Especialmente, o espírito de serviço público, ainda não é o valor predominante na função pública. Alguns trabalhadores não actuaram tendo em conta a filosofia da governação da RAEM o que leva os residentes a perder a confiança na promessa do executivo de constituir um Governo transparente. Casos, tais como o conflito gerado pela construção de postos de recolha de resíduos sólidos, a forma como os serviços públicos responderam às recomendações emitidas pelo CCAC e aos relatórios da auditoria emitidos pelo Comissariado de Auditoria, levaram os residentes a ficar com a ideia de que os serviços públicos que cometeram erros não sofreram consequências.

Segundo a minha observação quando um serviço público foi alvo de recomendações emitidas pelo CCAC ninguém desse serviço veio assumir responsabilidades. A forma como são tratadas as queixas e a forma como é atendido o público levam a que os residentes tenham esta impressão: reina a burocracia impune. Por exemplo, houve um residente que enviou uma carta para um serviço público e nem sequer recebeu uma resposta simples do género: “acusamos a recepção da sua carta”. Mas o mais estranho foi isto: o residente que enviou a tal carta ficou a saber através dos jornais que o problema alvo da sua queixa estava a ser tratado. Bem, a meu ver, se o respectivo serviço público estava a tratar do caso, por que razão não utilizaram um mero trato de relações públicas respondendo pessoalmente ao queixoso? A isso chamo colocar o carro diante dos bois; mera atitude burocrática. Então, como ter confiança no executivo quanto à constituição de um Governo transparente?

Para todos estes problemas há quem atribua a culpa à falta de um regime que permita a promoção e acesso ao funcionalismo público com imparcialidade, à falta da racionalização e imparcialidade na colocação e transferência de pessoas, o que desmoraliza os trabalhadores dos serviços públicos e prejudica a eficácia do trabalho. Nesse contexto as políticas do Governo não são implementadas efectivamente. Diversos serviços descartam responsabilidades e cada um actua à sua maneira. Alguns governantes temem assumir responsabilidades e receiam cometer erros. Nas LAG apresentadas este ano não vejo nada de especial quanto ao mecanismo de prémios ou sanções, contratação ou demissão de trabalhadores dos serviços públicos. Não vale a pena falar mais nisto dar azo a comentários como os que se ouvem lá fora: as LAG são vazias de substância. Portanto, gostava que a Sra. Secretária nos explicasse: porque não há nada de relevante quanto à promoção da transparência governamental e do serviço ao público? Há semelhanças entre estas LAG e as do ano 2010. Que medidas propõe para melhorar os mecanismos consultivos – que muitos dizem nem existir – para evitar disputas crescentes como as ocorridas com os postos de recolha de lixo que só prejudicam a harmonia da sociedade?

Comparando com as LAG do ano passado estas LAG contêm o dobro de páginas: 56 páginas. Que projectos aqui enumerados vão ser implementados efectivamente no próximo ano? Caso não seja possível a sua concretização como irá explicar ao público estes desígnios fracassados?

Quanto ao mecanismo de coordenação central da reforma jurídica nas LAG apresentadas este ano refere-se a fusão entre o Gabinete para a Reforma Jurídica e o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional. Esta fusão cria um organismo responsável pela gestão e coordenação central da reforma jurídica e para promover a implementação do plano legislativo pelos diversos serviços públicos. De notar que os actos legislativos das diferentes áreas carecem de parecer jurídico a emitir pela Secretária para a Administração e Justiça que deve, também, garantir a articulação com outras Secretarias e serviços públicos. Caso esta articulação seja débil pode atrasar o andamento dos trabalhos legislativos e produzir impactos negativos. Cito o exemplo da administração predial. Embora caiba ao Instituto de Habitação administrar prédios, o regime horizontal de propriedade envolve o Código Civil, que é da área da Secretária para a Administração e Justiça. Caso não seja feita uma alteração adequada do Código Civil não será possível resolver conflitos derivados da administração predial.

Quanto à produção e revisão jurídica, de acordo com a organização actual a DSAJ tem competência para a coordenação e compilação. Não estou a perceber que sentido faz a fusão dos dois gabinetes. Essa fusão não estará a “esvaziar” a competência da DSAJ dando origem a confusões na estrutura administrativa? No domínio de produção e revisão jurídica, nas LAG para o ano 2010 foram enumerados diversos diplomas a produzir ou a rever, mas ignora-se o andamento destes trabalhos. Só ficamos a saber há dias, quando recebemos as LAG para o ano 2011, que está em curso a elaboração de vários diplomas. A meu ver, deve anunciar-se oportunamente o andamento destes trabalhos, em termos de produção ou revisão, para poder recolher mais opiniões, e aumentar a operacionalidade e a aceitação quando os mesmos forem implementados. Quanto a isso não há ainda melhorias por parte da Secretária para a Administração e Justiça.

Nas LAG deste ano está enumerada a produção e revisão jurídicas. Cada ano são enumerados muitos diplomas a produzir ou a rever, mas o público desconhece o resultado destas declarações de intenção. Não há quem justifique o atraso destes trabalhos ou assuma a responsabilidade. Com esta forma de actuação como satisfazer as expectativas dos residentes quanto à exigência de criação de um Governo transparente?

Em relação ao aumento dos trabalhadores dos serviços públicos tenho também questões a colocar à Sra. Secretária. De acordo com os dados publicados pelos SAFP, o número dos trabalhadores dos serviços públicos está a aumentar de forma regular. Até finais de Julho de 2010 o número dos trabalhadores dos serviços público atingiu os 22.500, o correspondente a 4,1% da população total. Face ao território vizinho, esta percentagem é relativamente mais elevada. A população nunca conseguiria saber as causas do aumento de efectivos porque o Governo nunca tomou a iniciativa de as divulgar. Bem, através de alguns casos, podemos identificar parte destas causas. Nos últimos anos, alguns serviços públicos gastaram bastante na prestação de serviços ligados à vida quotidiana dos residentes, por exemplo, através da abertura de cursos para ocupação de tempos livres, contratação de pessoal para vigiar instalações

desportivas entre outras iniciativas. Esta prática contraria a tendência internacional ao aumentar consideravelmente as despesas administrativas. As despesas Governo crescem cada vez mais. Não estou a perceber por que razão não adjudicaram esses serviços a entidades apropriadas? A adjudicação desses serviços seria mais eficaz e um meio mais directo para prestar serviços aos residentes e, por outro lado, aumentaria as oportunidades de emprego. As instituições cívicas fora da área governamental poderiam até prestar serviços mais diversificados e mais aptos às necessidades dos residentes. A prática destes serviços públicos leva no final a um desperdício de pessoas qualificadas contratadas e admitidas após um processo rigoroso. O excesso de pessoal é esbanjamento de dinheiro do erário público. O Governo tem afirmado que a contratação de pessoal tem em conta a realidade social e nas LAG refere-se a reconsideração da dimensão dos serviços públicos, mas não se faz referência se o Governo vai ou não estudar e reflectir com seriedade sobre que tipo de pessoal qualificado precisa? Pensou em como reformular a estrutura administrativa do Governo? Vai persistir na mentalidade antiga? Isto é, vai continuar a aumentar e engordar os quadros sem incrementar a eficácia de trabalho?

A última questão incide sobre a optimização do serviço prestado pelo Governo. Na zona norte funciona o Centro de Prestação de Serviços ao Público e está em fase de preparação um Centro de Prestação de Serviços ao Público na zona central onde se concentram os serviços públicos da linha da frente que tenham maior contacto com a população. Bem, a certo nível, facilita-se a vida aos residentes, mas de um modo geral, nestas LAG pouco se adianta sobre como ajustar e planear com visão função das alterações de distribuição demográfica. No debate das LAG realizado em Março levantei esta questão: face à divisão actual, em certas zonas mais densamente povoadas são maiores as pressões quanto à prestação de serviços ao público, e, assim, fiz votos para que o Governo tivesse em conta a redivisão das zonas actuais e a definição e planeamento de novas zonas.

Em onze anos em todas as LAG não foi feita referência a este aspecto. Isto prova que o Governo tem uma mentalidade bastante conservadora. Não faz planeamento adequado ao desenvolvimento da nossa sociedade. Por exemplo, Seac Pai Van de Coloane pertence à Freguesia de Nossa Senhora do Carmo ou à freguesia de São Francisco Xavier de Coloane? Se começar a planear isto daqui a três anos, data em que ficará pronta a urbanização de Seac Pai Van, a prestação de serviços ao público na zona nova será prejudicada e irá perpetuar-se a baixa eficácia administrativa. Irão sobrar muitos problemas para os residentes dessa nova zona. Gostava, portanto, de saber por que razão nestas LAG não se fez referência à revisão da divisão das zonas em função de alterações demográficas de forma a melhor implementar políticas específicas para resolver problemas da vida quotidiana da população? Vai pensar em dividir os novos aterros urbanísticos de Seac Pai Van para prestar serviços ao público nas ditas zonas? Além da zona norte e da zona central, vai o Governo instalar outros Centros de Prestação de Serviços ao Público noutras zonas, especialmente nas ilhas? Dessa forma poderiam concentrar todos os serviços públicos da linha da frente que tenham mais contactos com os residentes num edifício. Isso permitiria aumentar a eficácia administrativa e satisfazer as futuras necessidade de prestação de serviços ao público.

Agradeço uma resposta da Sra. Secretária às questões acima referidas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo:

As acções da área da Administração e Justiça abrangem a revisão, estudo e melhoramento, do desenvolvimento do sistema político. O avanço da reforma política requer uma base estável. O Conselho Legislativo de Hong Kong aprovou um projecto da reforma política para 2012. Nesta conformidade, algumas individualidades de Macau acham que o Governo da RAEM deve também lançar uma calendarização e um roteiro para a reforma política. O desenvolvimento do sistema político deve ter como apoio a Lei Básica e articular-se com a situação da sociedade. Deve analisar de forma racional e com critérios científicos o sistema político do passado. Deve analisar com prudência a situação do desenvolvimento do sistema político de Macau. Deve balancear os prós e os contras e nunca seguir cegamente práticas alheias, pois cada sociedade tem as suas especificidades. Deve auscultar amplamente a população. Deve ter tudo isto em conta porque a calendarização e o roteiro da reforma política requerem consenso. Assim sendo, a governação conseguirá o apoio da população, a sociedade de Macau poderá desenvolver-se de modo estável. Na regulamentação do artigo 23º da LB, como a população foi auscultada amplamente, teve-se em conta a situação da sociedade, de modo que se conseguiu o apoio de toda a população. A reforma política é uma “obra” de grande dimensão. Pequenas alterações podem provocar grandes consequências. Portanto, deve seguir-se uma política de pequenos passos, sem precipitações; é preciso avançar com estabilidade, sem pressa. Presentemente, a taxa de participação política da população de Macau não é elevada; há falta de consenso quanto aos objectivos e as condições para avançar com a reforma política. Avançar com a reforma política nestas condições poderia causar instabilidade política e quem sairia lesado não seriam apenas certas pessoas ou determinadas associações de interesses, mas sim toda a população. Portanto, o primeiro passo fundamental a dar para a reforma política é aprofundar a sensibilização para a LB, especialmente junto dos jovens, que representam o futuro de Macau. Os jovens representam uma força fundamental para o sucesso de Macau e, em consequência, só poderão compreender bem o rumo a seguir no desenvolvimento do sistema político de Macau se tiverem um bom conhecimento da LB.

Nas LAG refere-se o estudo da viabilidade de construir um expositor subordinado ao tema “Lei Básica”. A meu ver, esse expositor pode reforçar a sensibilização para a educação cívica. Além disso, pode também divulgar o conteúdo e o valor da democratização do sistema político, e sensibilizar o público para conhecer o princípio do desenvolvimento da reforma política, passo a passo. Quero perguntar à Sra. Secretária se dispõe de um calendário para a conclusão desse estudo sobre a viabilidade desse expositor sobre a Lei Básica.

Nestas LAG salienta-se uma prioridade no domínio da Administração Pública, que é o reforço do mecanismo de coordenação central da reforma. Refere-se a estrutura de coordenação composta pelo Conselho Consultivo para a Reforma da Administração Pública, pela Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública e por grupos de trabalho dos diversos organismos públicos que irão reforçar a harmonização das vertentes de diálogo positivo entre o Governo e a sociedade civil, da

coordenação interna do Executivo e da recolha de opiniões públicas. Bem, a meu ver há sobreposição de funções e tarefas do Conselho Consultivo para a Reforma da Administração Pública e da Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública. Afigura-se necessária uma integração dos recursos.

Segundo a descrição das LAG, gostava de me informar do seguinte: primeiro, a estrutura composta pelo Conselho Consultivo para a Reforma da Administração Pública, pela Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública e pelos grupos de trabalhos dos diversos organismos públicos, significa a criação de um outro novo serviço? Não seria uma sobreposição? Segundo, a cooperação interdepartamental nunca produziu resultados razoáveis e, neste contexto, como funcionará o mecanismo de gestão centralizada? Conseguirá efectivamente desempenhar as funções previstas?

Nas LAG salienta-se o objectivo de fortalecer a articulação orgânica entre o Centro de Prestação de Serviços ao Público e o Conselho Consultivo de Serviços Comunitários, no sentido de potenciar a eficácia do mecanismo consultivo de serviços comunitários. Em meu entender, uma política traçada com critérios científicos e com grande aceitação não pode deixar de contar com a participação de toda a população. A opinião pública constitui uma base necessária à implementação das políticas. Nas consultas públicas sobre políticas o mecanismo consultivo nos bairros desempenha um papel importante. Mas, no passado o Governo não fez suficientes consultas nos bairros. Na opinião de muitos residentes as consultas realizadas foram vazias de sentido, especialmente sobre infra-estruturas e novas políticas. As deslocações dos governantes aos bairros não passaram de actos de propaganda. Daí que eu tenha umas questões a colocar à Sra. Secretária. Primeira: além dos mecanismos consultivos permanentes nos bairros, sobre infra-estruturas e novas políticas, como aumentar a participação da população nas consultas, evitando meros actos de propaganda? Segunda: juntamente com o Sr. Chefe do Executivo e outros Srs. Secretários, pode a Sra. Secretária elaborar um regime de deslocações periódicas aos bairros por partes dos principais governantes, para contactarem frequentemente os cidadãos e recolherem opiniões? Terceira: vai divulgar o resumo do debate e o resultado das consultas sobre infra-estruturas e novas políticas, para promover a transparência administrativa?

É preciso criar um Sistema Integrado de Gestão e Decisão de Recursos Humanos com funções de coordenação e articulação centralizada, agregando as competências da Base de Dados dos Recursos Humanos, o sistema de gestão das acções de formação e o sistema de gestão do pessoal. Nas LAG para o ano de 2011 repete-se também: “Criar um Sistema Integrado de Gestão e Decisão de Recursos Humanos com funções de coordenação e articulação centralizadas, agregando as competências da Base de Dados dos Recursos Humanos, o sistema de gestão das acções de formação e o sistema de gestão do pessoal.”. Ou seja, as tarefas apresentadas este ano são as mesmas e continua-se a marcar passo. Pergunto: o Governo prometera criar um Sistema Integrado de Gestão e Decisão de Recursos Humanos. O que aconteceu entretanto? Quando produzirá efeitos? Segundo: pode estabelecer uma indexação entre o Sistema Integrado de Gestão e Decisão de Recursos Humanos e o regime de recrutamento centralizado? Entretanto, tendo um eficaz mecanismo de mobilidade horizontal do pessoal, os recursos humanos contidos neste sistema podem ser bem aproveitados, dando uma garantia de fornecimento de pessoas qualificadas ao regime de recrutamento centralizado.

Nestas LAG refere-se também a implementação em breve do regime de recrutamento centralizado. Quero perguntar se dispõe ou não de um calendário para a sua implementação. Presentemente, estão em vigor vários regimes de contratação de trabalhadores para a função pública: o regime além do quadro, o regime de assalariamento, o contrato individual de trabalho, entre outros. Nestas LAG refere-se a elaboração de um regime contratual dos trabalhadores dos serviços públicos. Então, esse regime vai uniformizar os diversos regimes de contratação vigentes? Dispõe de um calendário para a sua implementação?

Embora após o retorno à Pátria o Governo tenha melhorado o “regime de gestão do pessoal” para os trabalhadores dos serviços públicos, muitos funcionários consideram que actualmente não está em vigor nos serviços públicos um regime de abertura de concursos periódicos. Muitos trabalhadores na função pública no horário pós-laboral estudam para se valorizarem e se aperfeiçoarem, mas não sabem quando terão oportunidades de acesso, ficando desmoralizados. Criar um regime de provas de carácter institucional e publicitado para funcionários públicos pode não só proporcionar uma garantia efectiva para admitir trabalhadores de qualidade na função pública e melhorar a qualidade e eficácia de serviços prestados, como também propiciará o aumento da moral dos funcionários públicos, através de um regime de acesso com transparência. Pergunto: o Governo vai rever o regime vigente de provas para trabalhadores na função pública? Vai também ponderar estabelecer um regime periódico de abertura de concursos nos serviços públicos?

O Governo criou um mecanismo de apresentação de queixas por trabalhadores dos serviços públicos. Segundo os mesmos, quando uma queixa é dirigida a um chefe hierárquico do queixoso, no âmbito desse mecanismo, a queixa é encaminhada para serviço em causa. Deste modo os queixosos temem retaliação por parte dos superiores, de forma que não se atrevem a apresentar queixas. O mecanismo é inútil. Nestas LAG refere-se a intenção de estudar com zelo a constituição de um mecanismo independente que trate das queixas ou reclamações referentes ao ingresso, acesso, conflitos e processos disciplinares, de forma a garantir que as queixas dos funcionários públicos sejam tratadas com imparcialidade. Pergunto: quando irá funcionar esse mecanismo independente? Como garantir a não retaliação contra queixosos? Esse mecanismo independente tem apenas o poder para tratar, investigar e propor? Tem poder para decidir recursos?

Para melhorar a qualidade de serviços prestados pelo Governo, nos últimos anos o Executivo tem facilitado o acesso ao público através da cooperação interdepartamental. Presentemente, a cooperação interdepartamental apresenta muitas falhas; não existem orientações eficazes na coordenação entre os serviços públicos. Nestas LAG refere-se o propósito de rever e aperfeiçoar o mecanismo de coordenação interdepartamental no âmbito da estrutura do Governo. Então, como vai desenvolver essa cooperação interdepartamental? Vai estudar a elaboração de orientações para a cooperação interdepartamental, no sentido de diminuir a isenção de responsabilidade entre os serviços públicos, a baixa eficácia e o desperdício de recursos?

Para melhor facilitar a prestação de serviços ao público o Governo criou o sistema “one stop”. Mas muitos residentes têm esta opinião: as disponibilidades desse serviço “one stop” são limitadas. A institucionalização do Centro de Serviço da RAEM encontra-se em

curso, de forma que muitos serviços de que os residentes necessitam ainda não podem ser prestados no serviço “one stop”. Segundo residentes não permanentes, para pedir o BIR não permanente é necessário recorrer a vários serviços para tratar das formalidades administrativas. Há perda de tempo e desperdício de recursos do Governo. Antes da entrada em funcionamento do Centro de Serviço da RAEM o Centro de Prestação de Serviços ao Público terá de alargar as áreas de atendimento de forma a responder à procura. Face ao aumento de solicitações dos residentes em termos de prestação de serviços, quero perguntar ao Governo qual é o resultado obtido pelo serviço *one stop*? Qual é o horário de funcionamento e o roteiro de serviços a alargar?

Após o retorno à Pátria a economia desenvolveu-se de forma acelerada. Em resposta ao desenvolvimento e ao crescimento demográfico, a carga de trabalho também está aumentando, tal como as exigências da sociedade quanto à qualidade da prestação de serviços. Além de ministrar cursos de forma sistemática para os funcionários públicos, o Governo deve também ter em conta a pressão mental que o seu pessoal sofre. Nos últimos anos registaram-se casos de funcionários públicos vítimas de problemas mentais provocados ou agravados pela sua actividade profissional. Prestar aconselhamento mental eficaz aos funcionários públicos e implementar uma gestão humanizada pode influenciar directamente a qualidade dos serviços. Em resposta ao aumento crescente da carga de trabalho e da pressão no trabalho, deve proceder-se constantemente à melhoria do regime de gestão e implementar um conjunto de políticas de gestão humanizada. É vital aumentar o moral dos funcionários públicos e a sua confiança profissional, além de recorrer ao aumento salarial e aperfeiçoar as suas regalias.

Obrigada.

Presidente: Srs. Deputados:

Seis Srs. Deputados já usaram da palavra, tendo levantado questões à espera de resposta da Sra. Secretária. Mas às 17:15h vamos fazer um intervalo. Agradeço que a Sra. Secretária aproveite bem o tempo, respondendo de forma integrada e só às questões essenciais. Quanto a outras questões não essenciais... Este é o debate das LAG e no futuro teremos muitas oportunidades de interpelar o Governo, por escrito ou oralmente. Neste debate, devemos criticar, opinar ou propor, tendo em conta as políticas do Governo e o trabalho do Executivo.

Bem, passo a palavra à Sra. Secretária para responder às questões.

Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan:
Obrigada Sr. Presidente.

Resumi as questões levantadas em torno da reforma da Administração Pública e da reforma jurídica. Portanto, falo primeiro nos trabalhos feitos no âmbito da reforma da Administração Pública e nas medidas adoptadas num âmbito bianual.

Em relação à reforma da Administração Pública, dependente do Conselho Consultivo para a Reforma da Administração Pública ou da Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública, funciona em cada serviço público um grupo e é de notar que estes serviços públicos não se limitam à área da Administração e Justiça. Todos os serviços públicos dispõem de um grupo com vista a acompanhar as acções inscritas nas LAG. Por exemplo, a Sra. Deputada Leong On Kei perguntou se iria criar mais um serviço.

Não, porque este é já um mecanismo existente. Mas, tendo como base os trabalhos feitos ao longo de anos, é preciso reforçá-los. Nas LAG para o próximo ano apresentamos acções mais concretas, como por exemplo em matéria do interesse de todos, especialmente dos funcionários públicos: o recrutamento e o acesso centralizados. Tal como referiram os Srs. Deputados, no próximo ano os SAFF serão alvo de reestruturação. Já temos trabalhos feitos em grande quantidade no âmbito do recrutamento centralizado. Contamos com uma base legal: a lei n.º 14/2009, sobre regime das carreiras gerais, aprovada no ano passado, prevê realizar o recrutamento centralizado de todas as carreiras gerais, após a implementação dos respectivos diplomas complementares. Quanto ao calendário, posso dizer que, com toda a certeza, no próximo ano poderemos realizar o recrutamento centralizado. Será que no próximo ano poderemos realizar o recrutamento centralizado para todas as carreiras gerais? Isso não é possível, e também não é realista. Já solicitámos aos serviços públicos informações sobre a dotação de recursos humanos ou as necessidades de recursos humanos. Obtendo as respectivas informações, poderemos analisá-las e proceder à respectiva dotação. Tendo em conta as prioridades das carreiras em falta, iremos proceder ao recrutamento.

Além do recrutamento centralizado compete aos SAFF assegurar a gestão centralizada, nos termos do regime das carreiras gerais que acabei de referir. O acesso requer também uma coordenação centralizada, uma vez que o acesso a certas carreiras obriga a preencher alguns requisitos, por exemplo, a frequência de cursos de formação. De forma que após a reestruturação os SAFF passam a ter esta função. Isto é o que significa proceder à coordenação e gestão centralizadas no âmbito de cursos de formação de acesso e respectivos trabalhos. Isto também requer o reforço de coordenação com outros serviços públicos. Em suma, compete aos SAFF assegurar a coordenação e gestão do pessoal centralizadas.

Alguns Srs. Deputados referiram que o Fundo de Pensões transita no próximo ano para a área da minha tutela. Bem, isto prende-se com as funções dos SAFF, que lida com os assuntos relativos aos trabalhadores dos serviços públicos. Estes assuntos não se limitam ao recrutamento do pessoal, mas abarcam toda a vida profissional dos mesmos. Em que consiste esta vida profissional? Consiste no ingresso, gestão e dotação do pessoal, acesso, formação, e aposentação na fase final da vida profissional. Tudo isto passa para a área da minha tutela. De notar que o Fundo de Pensões tem grande carga de responsabilidades no âmbito não só da aposentação dos funcionários públicos pertencentes ao chamado regime de aposentação e sobrevivência, como também nas questões relativas ao regime de previdência dos trabalhadores dos serviços públicos, na sequência da constituição deste regime. Portanto, o Fundo de Pensões transita para a área da minha tutela, mas não para os SAFF, dado abranger áreas bem vastas e complicadas. Matérias relativas ao regime de aposentação e sobrevivência e ao regime de previdência continuam a cargo do Fundo de Pensões, a diferença é que em vez de ficarem na tutela do Secretário para a Economia e Finanças passam para a minha tutela. A experiência adquirida ao longo de anos aconselha esta mudança.

Quanto à reforma da Administração Pública, além da reestruturação dos SAFF, apresentámos também uma medida muito importante, a implementar no próximo ano em todos os serviços públicos, depois de aturados estudos e análises: as “Normas para a Consulta de Políticas Públicas”. Estas normas foram produzidas tendo em conta as experiências de trabalho e as críticas que nos foram dirigidas. De facto, no decurso da consulta de políticas

públicas, constatou-se a existência de divergências na sociedade. Assim, temos de normalizar todos os serviços públicos, que não se limitam aos serviços públicos da área da Administração e Justiça. Estes trabalhos correram bem e com toda a certeza estas normas vão ser aplicadas a todos os serviços públicos no próximo ano. Quando for realizada consulta de políticas, primeiro irá auscultar-se a sociedade, e em seguida será tido em conta o *feedback*. Ou seja, estas normas obrigam a um aumento de transparência no decurso de uma consulta de políticas, para que a sociedade possa exercer fiscalização sobre o andamento dos trabalhos. Por exemplo, quando um determinado serviço público realiza uma consulta acerca de uma determinada política, o andamento dos trabalhos deve ser transparente. Deste modo todos os serviços públicos passam a ter as normas a seguir, o que facilita a fiscalização social do decurso dos trabalhos.

Quanto ao recrutamento centralizado ou ao acesso centralizado, tivemos em conta o moral dos trabalhadores dos serviços públicos. Por exemplo, o Sr. Deputado Chan Meng Kam perguntou como aproveitar eficazmente os trabalhadores dos serviços públicos, e outros. Quanto à gestão centralizada do pessoal e à dotação do pessoal, vamos trabalhar mais neste sentido tomando decisões com critérios científicos e realizando mais estudos. Portanto, a gestão centralizada do pessoal não se limita ao recrutamento e acesso, mas abarca igualmente a mobilidade do pessoal, ou seja, tem em conta a aptidão ou capacidade para eventual transferência para outro serviço. Falando no pessoal de direcção e chefia, o Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia prevê expressamente o mecanismo que regula a mobilidade do pessoal de direcção e chefia. Fazemos votos para que através deste mecanismo da mobilidade do pessoal os nossos trabalhadores obtenham conhecimentos diversificados através do exercício de funções em serviços diferentes, aumentando a sua qualidade e capacidade. Este constitui sem dúvida um bom requisito para promover a reforma da Administração Pública. Portanto, para serviços tutelados por Secretários diferentes, podemos mobilizar o pessoal com vista a melhorar a sua capacidade, enriquecer os seus conhecimentos e, por outro lado, fazer com que corra o melhor possível a reforma da Administração Pública. Temos aqui uma forma de aumentar a moral do pessoal e de promover o desenvolvimento das suas capacidades.

Temos igualmente cuidado com a saúde mental e a pressão que recai sobre os trabalhadores dos serviços públicos. Para as queixas vamos criar um mecanismo independente, isto é, antes de instaurar um processo disciplinar, através deste mecanismo, faz-se uma conciliação centralizada. Esta será uma das funções dos SAFF depois da reestruturação. Fazemos votos para que através desta conciliação, através do mecanismo independente, as queixas dos funcionários públicos sejam tratadas devidamente. A prática actual foi criticada: quando um funcionário apresenta uma queixa essa queixa é entregue a um Chefe de Departamento e este passa a queixa ao respectivo Director. Com este tipo de tratamento não existe independência. Por isso estamos determinados a oferecer maiores garantias aos funcionários públicos.

Por outro lado, como temos a necessidade permanente de realizar estudos sobre a tomada de decisões com critérios científicos, é criado um Centro de Estudo da Administração Pública, dependente dos SAFF, ao qual compete definir o rumo da reforma da Administração Pública. Por sua vez, nas acções a realizar no âmbito da reforma da Administração Pública, vamos elaborar um plano de estudo sobre o regime jurídico global da função pública. Este ano, graças ao forte apoio da AL, todos os regimes, incluindo o regime

das carreiras especiais, foram aprovados. Mas para reordenar melhor as funções dos serviços temos muito pela frente. Ou seja, tendo em conta a base existente, teremos de avaliar de uma forma global as funções dos serviços públicos, e se as tarefas atribuídas a certas carreiras são adequadas ou não. Portanto, temos já uma base bastante sólida e iremos dar início às reformas.

Quanto à prestação de serviços ao público, serviços *one stop*, ou colaboração interdepartamental, temos feito constantemente melhorias desde o retorno à Pátria. Confesso que devido ao crescimento social extremamente rápido, as pressões que os nossos trabalhadores sentem são muito grandes: como fazer face à carga diária de trabalho que se torna cada vez mais pesada? Alguns Srs. Deputados consideraram que o número de trabalhadores na função pública é elevado. Tal como o Sr. Deputado Chan Meng Kam referiu, temos agora mais de 20 mil trabalhadores na função pública, sem contar com pessoal em regime de contrato individual de trabalho. Na realidade, importa considerar o desenvolvimento dos últimos onze anos da RAEM e constatar quais as receitas do Governo? Teremos efectivos em excesso? Mas qual é o número de visitantes? Agora temos mais de 20 milhões de visitantes por ano. Em Macau realizam-se muitos eventos internacionais todos os anos e, por exemplo, acabámos de realizar os Jogos da Lusofonia. O nosso país dá todo o apoio a Macau na realização destes eventos. Todos estes eventos, e também novas exigências por parte dos residentes, impõem uma prestação de serviços cada vez melhores e com mais rapidez. Poderão considerar de forma objectiva se este aumento do pessoal na função pública é ou não racional? Estamos cientes de que devemos examinar este aumento, incluindo mais serviços novos. Por exemplo, para os Jogos da Ásia Oriental 2005 foi criado um gabinete. Acabaram os Jogos e extinguímos o gabinete. Temos necessidade de examinar constantemente esta dotação de pessoal? Sim, temos, e temos também necessidade de que a sociedade nos dê mais opiniões. Mas somos de opinião que devido ao progresso e desenvolvimento económico tão radical na RAEM – tal como todos constataram – cumpre reconhecer com objectividade que o aumento dos funcionários públicos ajudou a obter bons resultados. Acredito que a sociedade reconhece isto.

Sr. Presidente:

Falo agora no mecanismo de coordenação central da reforma jurídica, que preocupa todos os Srs. Deputados. Há instantes referiram o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional e o Gabinete para a Reforma Jurídica, dois gabinetes de projectos, e perguntaram quais então as funções da DSAJ. Há ou não sobreposição de competências? Tendo em conta os trabalhos realizados no âmbito da reforma jurídica, nos últimos dez anos, fizemos progressos e ao mesmo tempo procedemos a uma revisão. De referir que do mecanismo de coordenação central da reforma jurídica fazem parte os representantes de todos os gabinetes dos Secretários e do gabinete do Chefe do Executivo. Na prática, já foram concretizadas muitas tarefas. Desde o retorno à Pátria até hoje... Ontem a AL aprovou outra proposta de lei. Deixem cá ver os dados: ao longo de onze anos foram aprovadas pela AL 156 propostas de lei apresentadas pelo Governo. Estas leis abrangem matérias da economia à vida quotidiana da população, passando pela segurança social, aplicação de pactos internacionais, defesa da segurança do estado, entre outros assuntos. Estamos dispostos a fornecer-vos estes dados. Fizemos 156 leis em dez anos. Aceitamos também críticas. Por exemplo, no ano passado apresentámos a proposta de lei sobre o regime das carreiras, e foi criticada. Bem, depois de reflexão, Sr. Presidente Lau, estamos determinados a

introduzir melhorias. No relatório das LAG apresentado pelo Sr. Chefe do Executivo estão inscritos 15 projectos. O nosso objectivo é aumentar a transparência, e além disso permitir maior fiscalização da sociedade sobre o nosso trabalho. É da nossa responsabilidade concluir esses projectos. Tal como referiu o Sr. Chefe do Executivo em meados do ano, faremos uma revisão destes projectos, que poderão sofrer alterações tendo em conta a situação da sociedade. De qualquer forma, iremos aumentar a transparência a este respeito, para que a sociedade e a AL possam fiscalizar o nosso trabalho. Portanto, com a enumeração dos diplomas legais a produzir, é necessário criar um mecanismo que obrigue à execução destas tarefas pelos respectivos serviços, de acordo com o calendário. De acordo com o mecanismo vigente, de acordo com a nossa experiência, decidimos proceder à fusão entre o Gabinete para a Reforma Jurídica e o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional.

Se há sobreposição das competências com a DSAJ? De notar que presentemente estes gabinetes dividem tarefas e também cooperam entre si. Actualmente, os diplomas estão a cargo dos próprios serviços públicos: elaboração, consulta, apresentação ao gabinete do Secretário da tutela, ao Chefe do Executivo e ao gabinete da Secretária para a Administração e Justiça, para recolher parecer. Qual o papel da DSAJ? Compete à DSAJ analisar todas as propostas de lei e anteprojectos de regulamentos administrativos, com vista a verificar se estes contrariam ou não a legislação local. Esta é a função principal da DSAJ. Outra função da DSAJ é assegurar a tradução. Como sabem, todas as leis e regulamentos administrativos são bilingues. Portanto, uma das funções da DSAJ é verificar se a tradução está correcta ou não. Já anunciámos em Março que, tendo como base os trabalhos feitos pela DSAJ ao longo de dez anos, vamos fazer uma revisão da nossa legislação. Esta revisão está a correr bem. Portanto, tenho a certeza que dentro de três anos vamos concluir a verificação da tradução das leis, decretos-leis e cinco grandes códigos, previamente vigentes em Macau. Os trabalhos estão a andar bem. Temos já uma listagem feita, sendo necessária a cooperação e empenho de outros serviços públicos. Por despacho do Sr. Chefe do Executivo todos os serviços públicos são obrigados a dar sua colaboração na confirmação da listagem: será mesmo necessária? Qual a melhor forma? Será preciso recorrer à forma de lei? Os trabalhos da fase seguinte requerem a cooperação da AL. Vamos com toda a certeza fortalecer a comunicação com a AL, pois precisamos da vossa colaboração. Qual a forma a recorrer para apresentar uma proposta das leis ainda aplicáveis em Macau, mas promulgadas antes do retorno à Pátria? É provável recorrer à forma de lei para apresentar uma proposta de lei. Por exemplo, pode haver discrepância na tradução chinesa nos cinco grandes códigos, e se esta discrepância for confirmada teremos de submeter uma proposta de lei para tal? Portanto, além das leis e dos regulamentos administrativos que acabei de referir, na dita revisão teremos a necessidade de opiniões da AL no sentido de apurar qual a forma mais adequada. Estes são os trabalhos referentes à listagem no âmbito da reforma jurídica.

Falando na educação jurídica, ou formação jurídica, estamos essencialmente de acordo com as opiniões dos Srs. Deputados. A educação cívica e o reforço do conhecimento jurídico por parte dos trabalhadores dos serviços públicos encontram-se inscritos na LAG, incluindo o aprofundamento do conhecimento da Lei Básica, da aplicação das leis em vigor. O conhecimento por parte do pessoal de direcção e chefia quando aos assuntos externos do Estado, do ponto da situação da aplicação dos pactos internacionais extensíveis em Macau, é igualmente tido em consideração. Achamos isso necessário.

Com forte apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, realizamos cursos de formação destinados ao pessoal de direcção dos organismos públicos, tendo em conta que o pessoal de direcção desempenha um papel muito importante na reforma da Administração Pública, nos serviços sociais, e na aplicação dos pactos internacionais. Caso não soubessem, não conhecessem os assuntos externos do nosso país, a nossa missão e a responsabilidade devidas não teriam em conta o princípio “um país, dois sistemas”. Portanto, iremos reforçar a formação jurídica, nomeadamente sobre a Lei Básica, tal como referiram os Srs. Deputados. Iremos criar um edifício expositor permanente sobre a Lei Básica. No início demos esta designação “expositor permanente”, mas o nosso objectivo é disponibilizar uma base de educação sobre Lei Básica. Vamos fazer o levantamento das respectivas informações necessárias ao estabelecimento de uma base permanente. Isto implica estudos contínuos, como por exemplo, todo o processo da redacção, consulta e promulgação, da Lei Básica, além da sua implementação com sucesso em Macau. Todos os trabalhadores na função pública, todos os elementos da sociedade, devem também conhecer este processo. Bem, esta designação ainda não é uma designação definitiva. Já temos instalações para concretizar o projecto. Esperamos constituir este ano esta base de educação sobre a LB. Quanto à designação, vamos pensar melhor, “expositor” pode não ser uma designação perfeita e agradecemos sugestões. Os respectivos trabalhos estão em curso. Entendemos que este expositor é necessário.

Quanto ao desenvolvimento do sistema político, vários Srs. Deputados falaram nisto. Na apresentação do relatório das LAG, na semana passada, o Sr. Chefe do Executivo já falou nesta matéria e pediu-me para revelar aos Srs. Deputados os trabalhos feitos neste sentido. Assim, vou alongar-me um pouco mais ao falar no desenvolvimento do sistema político. Caso a minha intervenção não acabe antes das 17:15h, retomo o tema depois do intervalo.

Onze anos contados a partir do estabelecimento da RAEM: o bom início deste processo prova que o sistema político previsto na LB é apto à realidade da sociedade de Macau. Todos reconheceram isto e chegamos a consenso.

Em obediência rigorosa à LB zelamos pela promoção do desenvolvimento democrático e demos início, com sentido de responsabilidade, à realização de estudos, investigação e recolha de opiniões, para analisar e apurar a opinião da sociedade sobre como reformar o nosso sistema político? Temos trabalhado neste sentido. Os especialistas, estudiosos e individualidades diversas, contribuíram com as suas opiniões. Houve opiniões defendendo a necessidade de dar um passo maior, apresentando uma solução semelhante à de Hong Kong. Quanto a isso, tal como referiu a Sra. Deputada Leong On Kei, teremos de copiar a prática de Hong Kong? O retorno de Hong Kong à Pátria ocorreu dois anos antes de Macau. Macau é diferente de Hong Kong em termos de competências e da composição da AL previstas na LB. É sabido que a AL é composta por Deputados eleitos por sufrágio directo, indirecto e por nomeação. Isto está expressamente previsto na LB. Assim, precisamos de continuar a recolher mais opiniões da sociedade, sendo necessário um consenso da opinião pública para definir o rumo a ser dado para a sua implementação. Somos de opinião que agora ainda não é oportuno apresentar uma solução, o que não significa deixarmos de continuar a recolher opiniões e continuar a ouvir a população. Os cidadãos de diversos quadrantes sociais tomaram a iniciativa de dar as suas opiniões, e entendemos ser necessário avançar passo a passo, mas com consenso. O terceiro Governo foi estabelecido recentemente e estamos dispostos a ouvir as solicitações da

sociedade quanto à governação da RAEM. As opiniões recolhidas na sociedade e as opiniões chegadas ao Sr. Chefe do Executivo, nas suas deslocações aos bairros, aconselharam-nos que, tendo o interesse público como premissa, devemos realizar o princípio “servir melhor a população”, constituir um Governo transparente, tomar decisões com critérios científicos e resolver os problemas da vida quotidiana da população. Estas são as tarefas prioritárias da governação. Acredito que concordam todos com isto. O consenso da sociedade é este: o Governo deve trabalhar empenhadamente na realização da filosofia e dos objectivos do seu programa. Desde a formação há onze meses do terceiro Executivo, a governação foi exercida de acordo com a lei e o programa de acções governativas. Os cidadãos reconheceram o nosso trabalho neste sentido. Continuaremos a trabalhar em obediência às Linhas de Acção Governativa, mas para a matéria relativa à reforma política teremos de voltar a auscultar sociedade, na busca de um consenso, e em seguida iremos avançar para o próximo passo. Estas são as tarefas em vista.

Sr. Presidente:

Não seria melhor se continuasse a minha intervenção depois do intervalo, uma vez que a Sra. Deputada Ho Sio Kam...

Presidente: Quanto tempo falta para concluir a resposta às matérias do sistema político? Não quero dividir este tema em duas partes.

Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan: O Sr. Chefe do Executivo disse-nos que... O Sr. Director Chu preparou algumas informações. Depois das eleições de 2009, as duas Comissões de Assuntos Eleitorais deram-nos as suas opiniões, que foram analisadas. Foram apresentadas questões para a nossa ponderação: como levar a bom porto os assuntos eleitorais? Como melhorar as leis eleitorais de Macau? Se o tempo permitir, vou convidar o Sr. Director Chu a apresentar os dois relatórios.

Obrigada Sr. Presidente.

Presidente: Está bem, rápido.

Director dos Serviços de Administração e Função Pública, José Chu: Obrigada Sra. Secretária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tentarei no período de tempo mais curto possível apresentar os dois relatórios submetidos ao Chefe do Executivo pelas duas Comissões de Assuntos Eleitorais, do Chefe do Executivo e da AL. No relatório apresentado pela Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo foram levantadas questões derivadas das eleições do Chefe do Executivo e foram apresentadas sugestões para o Governo da RAEM estudar.

Primeiro, a Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo advogou que em situações de múltiplas candidaturas o Governo estudasse a implementação de um sistema electrónico de contagem dos boletins.

A Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo opinou que, de acordo com a respectiva lei vigente, o período temporal para constituir a referida Comissão é insuficiente, e sugeriu antecipar a sua constituição, para ter mais tempo para os trabalhos preparatórios

e para emitir orientações.

Por sua vez, nas últimas eleições do Chefe do Executivo surgiu um problema. A lei em causa prevê o período de divulgação do programa político, mas ocorreu um problema. Os candidatos precisam de contactar os seus proponentes para fazer a apresentação antes do período das eleições. Foi assim sugerido ao Governo que estudasse qual o período adequado para divulgar o programa político.

A lei eleitoral do Chefe do Executivo prevê o período de campanha eleitoral, mas não há lei que preveja as eleições da Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo. Foi proposto ao Governo que estudasse uma lei que regulasse esta matéria.

Nas eleições da Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo houve membros que se recusaram votar. A lei não prevê a definição e o tratamento desta matéria. Sugeriram que o Governo venha a decidir se é preciso ou não regulamentar esta matéria.

Quanto à forma de votação nas eleições do Chefe do Executivo, é opinião da Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo que esta forma de votação é diferente das outras, por exemplo, das eleições da AL. Foi proposto ao Governo ponderar se deve continuar com a actual forma: todos os membros presentes e votando individualmente um a um, ou, eventualmente, auscultar a sociedade sobre um método alternativo.

Quanto aos meios de contacto durante as eleições, os membros da Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo sugeriram que fossem mais directos, para que os candidatos possam facilmente contactar a Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo para preparar a nomeação ou campanha.

Quanto ao relatório das eleições da AL, a referida Comissão apresentou ao Governo da RAEM diversas ideias para estudo. Que o início do mandato da Comissão de Assuntos Eleitorais da AL seja igual ao da outra Comissão, foi uma das propostas, e sugeriram também ao Governo da RAEM que realizasse mais cedo a selecção e formação dos funcionários encarregues dos assuntos eleitorais. Considera-se neste caso que a função tem carácter temporário e é de curto prazo, e também que os funcionários têm falta de prática pois as eleições realizam-se uma vez a cada quatro ou cinco anos.

Quanto à contagem dos votos, o escrutínio nas eleições da AL decorre até altas horas. Se o pessoal incumbido do acompanhamento da votação nas mesas eleitorais é o mesmo a fazer a contagem dos votos, no fim das eleições o escrutínio pode ser prejudicado. Sugeriram designar dois grupos: um para acompanhar a votação e outro para proceder ao escrutínio dos boletins de voto.

Sugeriram igualmente rever e melhorar os critérios de apuramento pela Comissão de Assuntos Eleitorais da AL. Devido aos problemas ocorridos nas últimas eleições e à acção judicial instaurada, entre outras condicionantes, esperam que sejam definidos na lei, o mais cedo possível, os critérios esclarecedores do apuramento.

Sugeriram que no futuro sejam afixadas antes das eleições as orientações dadas pela Comissão de Assuntos Eleitorais da AL, e que seja aplicada uma solução no caso de demissão dos membros da Comissão, uma vez que o regime actual não prevê esta situação. Esperam estudar esta situação.

Também sugeriram estudar o mecanismo que regula queixas e reclamações, apresentadas durante o período de constituição da comissão de candidatura previsto na lei, e esperam que isso seja definido claramente na lei.

Sugeriram ponderar a data em que começa e acaba o período de dispensa do exercício de funções, para os candidatos que sejam da função pública, uma vez que na aplicação da referida lei surgiu este problema: o período de dispensa expirou antes do início das eleições.

Sugeriram regulamentar os direitos e os deveres dos delegados durante o período de apuramento, uma vez que nas últimas eleições houve discussões e reclamações contra alguns boletins de voto.

Sugeriram, além disso, estudar os problemas técnicos surgidos no decurso da votação de eleitores titulares do BIR, e esperam clarificação das orientações a emitir pela Comissão em causa.

Sugeriram, também, melhorar a concepção dos compartimentos e o mecanismo de espera nas assembleias de voto, e esperam que os serviços competentes realizassem estudos, especialmente para garantir o sigilo da opção eleitoral.

Em continuação...

Presidente: Sr. Director:

Não vale a pena entrar nos pormenores.

Agora vamos fazer intervalo de meia hora e depois retomamos o Plenário.

(Intervalo)

Presidente: Prossigamos o Plenário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária Chan, Srs. membros do Governo:

Coloco as seguintes questões para discutir com a Sra. Secretária.

Em primeiro lugar, falo na reforma política. Agora todos andam muito entusiasmados com eleições democráticas. Esta é a minha posição: Macau deve consolidar esta fase de estabilidade, harmonia e crescimento económico acelerado. Antes de se proceder a qualquer alteração relevante do sistema político deve-se pensar três vezes e estudar profundamente: afinal de contas, esta alteração é positiva ou negativa para Macau? Não se deve copiar os outros, alterando algo por querer alterar. Vejam os países democráticos, especialmente os países ocidentais. Por exemplo, nos Estados Unidos a democratização do sistema político ocorreu há muito tempo, e portanto temos um caso de maturidade. O poder nacional, a economia, a sociedade e o nível de educação e a qualidade dos seus cidadãos, são compatíveis com esta democratização. Portanto, eles mostram ao mundo o funcionamento de um sistema político de alto nível. Entretanto assistimos também a maus exemplos na região asiática onde se realizaram eleições democráticas. Casos de democratização do sistema político, incluindo países do Sudeste Asiático. Há quem defenda que as eleições democráticas podem conduzir à justiça social, paz e prosperidade. Cito o exemplo de

Taiwan. O Governo eleito por sufrágio directo revelou-se muito corrupto e incompetente, e o seu presidente acabou na prisão. Esse Poder acabou num conluio entre empresários e governantes, redundou em práticas de favoritismo, gerou instabilidade social e divisão entre os cidadãos, recessão da economia. A vida do povo de Taiwan foi muito difícil. E aquele Governo durou oito anos! Isto prova que tarda quando os eleitores querem penalizar governantes corruptos com os seus votos. Às vezes, devido aos meios utilizados pelos políticos, os boletins de voto não conseguem fazer valer o seu papel decisório. Factos como estes são numerosos e não vale a pena enumerá-los aqui.

Todos tentaram implementar a democratização do sistema político, e por que razão se verifica uma discrepância tão grande entre o sistema da Europa, dos Estados Unidos e da região asiática? Isto prende-se com dois factores: primeiro, a maturidade e qualidade da educação cívica; segundo: graças a uma lei eleitoral aperfeiçoada. Constatamos que em Macau a consciencialização cívica dos residentes tem melhorado em geral, mas, devido à governação e à experiência no passado, os residentes ainda não ganharam entusiasmo político suficiente e capacidade de iniciativa de participação. Portanto, acho que se deve avançar passo a passo. Com o passar do tempo e o desenvolvimento da sociedade os residentes de Macau acabarão um dia preparados para eleições democráticas.

Quanto à lei eleitoral, um mês atrás foi detido um alegado democrata pelo ICAC de Hong Kong, legislador anterior em Hong Kong, por suspeita de fraude, infracção da lei eleitoral. Onde haja eleições há fraude. Portanto, é preciso prevenir isto com rigor. Presentemente, a lei eleitoral de Macau consegue prevenir suficientemente fraudes nas eleições? Para atingir este objectivo teremos de alterar a lei? Como? Isto é muito importante e importa pensar com muita cautela.

O líder do Governo Central afirmou recentemente que é preciso avançar de forma segura a reforma do sistema político no interior da China. Devemos dar mais atenção a isto: de “forma segura”. A reforma do sistema político deve articular-se com a estabilidade socioeconómica. É indispensável manter o equilíbrio dos factores, tais como a estabilidade de vida da população, da legislação, da consciência da história, do nível de escolaridade. Não se pode avançar esta reforma instantaneamente, caso contrário será um acto autodestrutivo. Sra. Secretária, já pensou ou não em melhorar a qualidade das eleições em Macau? Há ainda margem na lei vigente para reforçar o combate à corrupção eleitoral? Penso que estes são aspectos cuja ponderação deve ser prioritária. Estas são as minhas ideias sobre o desenvolvimento do sistema político.

Segunda questão: quero falar nos trabalhadores da função pública. Presentemente verifica-se em Macau uma grande procura de pessoas competentes. A formação de pessoal afigura-se importante na equipa dos funcionários públicos. Recordo-me que no debate em Plenário das LAG interoguei a Sra. Secretária sobre a mobilidade de cargos dos funcionários públicos. Na altura a Sra. Secretária resguardou-se na resposta, dizendo que o Governo tem trabalhado muito na mobilidade de cargos do pessoal, incluindo a mobilidade horizontal e vertical e que, tendo consultado exemplos alheios, realizava a formação dos trabalhadores com vista a proporcionar recursos competentes à RAEM. Quanto a isso partilho claramente esta ideia da mobilidade horizontal dos funcionários de médio e alto nível, para que o funcionamento dos serviços seja revitalizado e que o quadro competente possa maximizar o seu potencial. Portanto, faço votos para que esses objectivos sejam concretizados e para que se

instaure um mecanismo capaz de garantir o aperfeiçoamento e reforço contínuos. Passados mais de seis meses, além de factores especiais, temos que o ex-director da Imprensa Oficial, Lei Lung, foi transferido para desempenhar funções de vice-presidente do Conselho de Administração do IACM. Ung Wai Meng, do IACM, foi transferido para ocupar o cargo do Presidente do Instituto Cultural. O Presidente de Acção Social foi transferido para ocupar o cargo do presidente do Fundo de Segurança Social. Esta mobilidade foi horizontal e vertical. Com excepção destes casos, poucos funcionários de médio e alto nível alternaram posições. Assim, pergunto: a mobilidade horizontal normal do pessoal da função pública pode integrar a política genérica de formação do Governo? Em caso afirmativo, qual será a sua aplicação? Agradeço uma explicação da Sra. Secretária Chan.

Vou falar noutro tema muito quente, que é a inflação. As matérias relativas ao sustento da população estão estreitamente ligadas aos preços dos bens de consumo. A inflação tem um impacto forte sobre a vida dos residentes. Portanto, todos os residentes têm esperança de ver nas LAG medidas que combatam a alta dos preços dos bens de consumo. Há quem defenda dar mais dinheiro aos residentes. Sim, está certo, o facto de dar mais dinheiro pode ajudar a aliviar temporariamente pressões prementes. Mas, caso seja cedido demasiado dinheiro, a inflação não se tornará mais grave? Afinal de contas a inflação que nos afecta é uma inflação importada. Devido à inflação no interior da China e à valorização do Yuan, os preços dos produtos importados, especialmente artigos alimentares, sofrem oscilações muito grandes. Há quem diga que há uma diferença muito significativa entre os preços de produtos alimentares no interior da China e os preços de venda em Macau de artigos perecíveis, após importação. O Governo pode esclarecer as causas desta diferença? Vai estudar medidas que permitam diminuir o diferencial de preços? Que medidas o Governo pode tomar para sustentar esta inflação importada? Por onde vai começar para estabilizar os preços dos produtos alimentares perecíveis?

Quero também falar na promoção da integridade e lisura de procedimentos. Segundo o Índice de Percepção da Corrupção, divulgado pela Transparência Internacional, a posição de Macau tem-se degradado. Passou da 26ª posição em 2006, para a 46ª. Bem, este “ranking” é decidido por muitos factores, e avaliar a corrupção em Macau através desta percepção acho que é algo incorrecto. Mas esta descida na classificação chamou a atenção do público. Perante esta avaliação negativa convém manter a seguinte atitude: “corrigir os erros apontados por outros, se se os tiver cometido; caso contrário, estar alerta para não os cometer”. Bem, em geral as críticas servem de lição. Assim, aproveitando esta oportunidade, apelo ao Governo para não desprezar estas críticas. Entretanto, quero saber que opinião o respectivo organismo tem quanto à descida no Índice de Percepção da Corrupção. Quais as razões que levaram as pessoas de fora a terem uma imagem mais negativa da corrupção em Macau? O respectivo Organismo chegou a encarar este problema, e analisá-lo, com vista a encontrar as falhas na promoção da integridade e lisura de procedimentos? Será que foi devido a atraso na legislação? Será que adveio de lacunas na aplicação da lei? Será que os dados utilizados pela respectiva Organização não conseguiram espelhar a realidade de Macau? Como reforçar as comunicações? Questões como estas carecem de uma resposta do Executivo. O Governo deve introduzir melhorias persistentemente. O mais importante é aplicar medidas para lutar melhor contra a corrupção e remediar as falhas existentes, no sentido de recuperar a nossa imagem internacional, promovendo a transparência de procedimentos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado Sr. Presidente.

Tenho várias questões a colocar à Sra. Secretária.

Em primeiro lugar, coloco uma questão sobre os trabalhadores da função pública, e que nos preocupa a todos. Desde o retorno à Pátria, o número de funcionários da função pública e de serviços públicos aumentou, com vista a melhorar a qualidade e eficácia dos serviços prestados. O crescimento da população obrigou a este aumento. Entretanto as pessoas ganharam a ideia de que a estrutura da função pública está a ficar gradualmente cada vez mais “gorda”. Por um lado, há uma preocupação quanto a eventuais dificuldades no desempenho das suas tarefas e, por outro lado, teme-se a sobreposição de recursos. Entretanto, como as despesas com os funcionários da função pública são significativas, este aumento do pessoal pode constituir um encargo financeiro a longo prazo. Recentemente os funcionários públicos viram os seus vencimentos aumentados. Esta é uma matéria de interesse geral. Que posição o Governo tem para tratar destes problemas? Como equilibrar despesas e prestação de serviços? Todos nós depositamos esperança no Governo para que, sob o princípio “servir melhor a população”, os trabalhadores da função pública prestem um bom serviço à sociedade. O facto de se contratar mais trabalhadores para a função pública pode obviamente ajudar a resolver os problemas. Mas o essencial é a prestação de um serviço com qualidade e eficácia. O Governo deve dedicar maior atenção a estas questões. Portanto, o Governo vai estudar com critérios científicos a relação entre efectivos, a eficácia do trabalho e a qualidade do serviço na função pública? Pode quantificar resultados que demonstrem que aumento de efectivos pode mesmo ajudar a melhorar a eficácia e qualidade do trabalho? Os dados fornecidos pelo Governo mostram um aumento do pessoal, mas por enquanto ainda não nos permitem constatar o melhoramento da eficácia e qualidade do trabalho. Agradeço que o Governo responda a esta questão.

Em que serviços o Governo planeia mais contratações? Quais são os planos a longo prazo? Vai continuar a proceder à fusão e reestruturação dos diferentes serviços públicos? Quais serão afectados? Se a revisão não aconselhar uma reestruturação, o Governo vai divulgar os respectivos relatórios com transparência?

Por outro lado, quanto à constituição de serviços administrativos públicos fora da tutela da Sra. Secretária, que papel a Sra. Secretária pode desempenhar no sentido de garantir que seja ponderado e racional o aumento ou redução dos efectivos da função pública?

Outro tema incide sobre a formação jurídica. Com o desenvolvimento acentuado de Macau nos últimos anos, as actividades no âmbito jurídico e judicial enfrentam grandes desafios. A formação dos respectivos profissionais merece, há já muito tempo, a nossa atenção. O Centro de Formação Jurídica e Judiciária, que assegura a formação de profissionais de justiça e do Direito, é tutelado pela Sra. Secretária, e entrou em funcionamento há mais de dez anos. Mas continua a confrontar-se com uma grande falta de pessoal. A eficácia dos processos judiciais continua a não satisfazer as necessidades de desenvolvimento social e as expectativas da população. Portanto, estamos a enfrentar não só problemas quantitativos, como também problemas qualitativos. Os magistrados, procuradores e advogados, trabalham diariamente em matérias

importantes: o direito ao bom nome, à integridade pessoal, à segurança de bens, às garantias de direitos, entre outros. Nesta conformidade, em termos de atribuição de qualificação profissional, além do conhecimento de uma área especializada, um especialista do sector precisa de revelar um bom carácter, boas capacidades mentais, e uma rica experiência de vida, para assegurar julgamentos com imparcialidade e objectividade. Perante a falta de pessoal judiciário em Macau, não faço ideia quais sejam as soluções do Governo para resolver os problemas quantitativos e qualitativos. Vai aplicar medidas para resolver ambos os problemas? Ou vai só resolver parte deles? Como atingir o equilíbrio entre a eficácia judiciária e a credibilidade judiciária? Vai analisar com critérios científicos os efectivos, sua qualidade e credibilidade?

Segundo o meu conhecimento, os cursos de formação para o exercício da advocacia continuam a não realizar-se com periodicidade. Assim, põe-se em causa a gestão e planeamento de recursos humanos no âmbito das profissões jurídicas. Portanto, não será necessário examinar novamente o regime de formação do pessoal jurídico, da formação docente, das provas de certificação? Caso seja necessário, quero perguntar à Sra. Secretária quais os aspectos que serão alvo desse exame?

Outra questão incide sobre o estudo acerca de educação cívica referido pela Sra. Secretária. Tendo este documento por base, foi revista a política da educação cívica e estudado um mecanismo de coordenação da educação cívica. A Sra. Secretária pode revelar-nos os trabalhos feitos na sua área, quanto à educação cívica? Que ideias tem? Qual o êxito obtido? Qual a sua opinião quanto ao mecanismo de coordenação da educação cívica? Como coordenar a sua área com o funcionamento dos serviços de educação tutelados por outro Secretário, no sentido de evitar sobreposição de funções e responsabilidades?

Vê-se claramente que a Sra. Secretária está empenhada em resolver os problemas relativos ao sustento da população. Faço notar as iniciativas quanto às inundações. Para resolver estes problemas, que preocupam permanentemente os cidadãos e afectam os estabelecimentos comerciais, sei que o IACM realizou muitos trabalhos no âmbito dos esgotos e escoamento das chuvas, entre outros. Está inscrita nas LAG uma série de tarefas a executar no próximo ano. Visa-se resolver os problemas das inundações no Porto Interior e no Patane, dos esgotos da Rua San Kio, das águas residuais no Fai Chi Kei. Findas essas empreitadas, as inundações que perturbam permanentemente os residentes e os estabelecimentos comerciais ficarão resolvidos? Por exemplo, como vai resolver o problema da Rua de Cinco de Outubro em Coloane? Só vai resolvê-lo noutro ano? Então como é? Obviar a inundações requer a colaboração da área dos transportes e obras pública, então, qual será a divisão das tarefas neste sentido? E a colaboração? Como combater eficazmente as inundações?

Sucedeu um problema comigo. Recentemente quando passei a fronteira com o meu BIR o *chip* descolou-se. Quando desabafei com amigos descobri que não fui o primeiro, e também não serei o último. O Governo chegou a estudar se esta queda do *chip* é grave? Será que isto só aconteceu comigo, ou é um fenómeno comum? Caso se trate de um fenómeno comum, que medidas propõe o Governo para resolver este problema? É curioso, porque usei muitas vezes cartão de crédito e nunca tive problemas com o *chip*? Porque nunca caiu o *chip* do cartão de crédito e isso acontece com o do BIR? Vai fazer algo para resolver estes problemas com o BIR?

Outra questão incide sobre os SAFP. Reparámos que os SAFP têm uma equipa de tradutores muito bons! Eles conseguem assegurar todos os tipos de traduções, por mais difíceis que sejam. Mas não percebo um fenómeno: quando um orador fala mandarim, traduzem primeiro do mandarim para o cantonense, e depois do cantonense para o português. Por que razão não traduzem directamente do mandarim para português, ou vice-versa? Fala-se agora muito na cooperação regional e é preciso traduzir do mandarim para o português. Em Macau muitas pessoas sabem mandarim. Dispõe de planos de formação neste sentido? Espero que os tradutores façam uma tradução de uma forma mais directa, sem perder tempo, nem recorrem ao cantonense como língua de intermediação. Isto complica também a disponibilidade de pessoal. Parece que se não traduzirem primeiro para cantonense o sistema deixa de funcionar. Pode-se melhorar isto?

A última questão incide sobre a divulgação da Lei Básica. Abordaram muito as questões sobre o sistema político. A meu ver, o desenvolvimento do sistema político não se pode desviar da Lei Básica. Sei que muitas associações locais têm cooperado com o Governo na divulgação da Lei Básica em Macau, e no interior da China, por mais de dez anos. Para o próximo ano tem algo de inovador a anunciar neste sentido? Fala-se muito na cooperação regional. Irá o Governo divulgar a LB de forma específica, junto dos responsáveis dos diversos Governos regionais, para elucidar as diferenças entre Macau e o interior da China?

Outra questão incide sobre um tema que tem vindo a aquecer: a reforma política. O Executivo tem planos para realizar cursos de divulgação da LB junto de membros do Governo, do Conselho Executivo, dos Deputados, do pessoal jurídico e das associações recenseadas para o sufrágio indirecto? Porque exijo isto? Porque este grupo de pessoas está muito ligado ao desenvolvimento do sistema político. Com vista a construir uma base sólida importa dar-lhes formação. Proponho também que, aproveitando esta formação, sejam recolhidas as suas opiniões sobre o sistema político. Quais as suas solicitações para o próximo ano, para os próximos dois anos? Diz-se que existem exigências quanto ao desenvolvimento do sistema político, mas afinal de contas quantas pessoas exigem isto? Portanto, através destes cursos de formação pode recolher-se mais dados, de forma científica, ficando a saber-se quantas pessoas exigem isto na prática. Com esses dados quantitativos acredito que se podem tornar mais claras as prioridades.

Tenho dito.

Obrigado Sra. Secretária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Antes de mais, quero dizer isto: a Sra. Secretária revelou que desde o retorno à Pátria foram promulgados 156 diplomas legais, o que significa, na sua opinião, diligência e dedicação na construção de uma sociedade harmoniosa. Tal como muitas pessoas, acho que o facto de se terem feito muitas leis não é necessariamente positivo. Comparando com outros países onde vigora o Direito Continental, esse número de 156 diplomas é excessivo. De notar que no Japão e na Alemanha vigoram apenas 100 leis. Porque referi estes países onde vigora também o Direito Continental? Porque eles também têm

cinco grandes códigos. Com cinco grandes códigos resolvem-se os problemas, e só quando não há outra alternativa é que se recorre à produção de outras leis. Não fazem regulamentação à toa. Quantas leis vigoram em Macau? 500! Ou seja, temos muitas mais leis do que a Alemanha ou o Japão! Disto deriva um problema... Coordenar a produção jurídica é a responsabilidade da Sra. Secretária! Afirma agora ir passar para um patamar superior, para que todos possam participar nessa produção jurídica. Mas será mesmo viável? Antes uma pessoa influente afirmou que os três organismos têm a mesma responsabilidade: a DSAJ, o GRJ e o GADI. Todos estes serviços têm responsabilidades, mas a Sra. Secretária também tem! Quem fez tal afirmação foi o nosso Sr. Vice-Presidente da AL. Daí surge um problema: como articular a coordenação com os SAFP? Temos um Chefe do Executivo e cinco Secretários. E a Sra. Secretária tutela apenas os serviços da área da Administração e Justiça, não tendo poder para mandar noutras. Cito um exemplo muito simples: a AL promulgou a lei n.º 15/2009, e a Sra. Secretária fez o regulamento administrativo n.º 26/2009. Como é fiscalizada a sua aplicação? Quando se abre o Boletim Oficial vê-se logo que o disposto no artigo 5º não é cumprido, pois há pessoas que foram nomeadas Chefes de Divisão mas não têm experiência suficiente para o efeito. Se a Sra. Secretária quiser posso fornecer-lhe provas discretamente, pois não quero revelar isto publicamente, para ser justo com todos os envolvidos. Posso dar-lhe as provas. A minha questão é muito simples: concorda ou não com o nosso Sr. Vice-Presidente? Tem também responsabilidades? Concorde ou não? Qual a sua opinião? Esta é a primeira questão.

O Primeiro-Ministro o Wen Jiabao deixou um recado durante a sua visita a Macau. Este recado é muito importante para mim. Na sequência do caso Au Man Long, ocorrido em 2006... e estamos em 210 com um novo Chefe do Executivo e com os mesmos Secretários... o Primeiro-Ministro salientou a importância da integridade dos membros do Governo, a necessidade de aumentar a transparência na governação, a transparência dos poderes públicos em prol do melhoramento do nível de vida da população. Como estas LAG não conseguiram alcançar estes objectivos, são de esperar melhorias em 2011.

No dia 16 comecei a receber chamadas telefónicas dos cidadãos. Alguns cidadãos queixaram-se: “cortaram-me o dinheiro, era para receber 6 mil patacas, mas cortaram-me 2 mil, fiquei apenas com 4 mil”; ou, “o montante para o Regime de Poupança Central passou das 10 mil patacas para 6 mil, mas os funcionários da função pública viram os seus vencimentos aumentados”. Bem, isto gerou conflitos sociais. Acho que a Sra. Secretária deveria esclarecer que não se tratou de um aumento salarial, mas sim de uma actualização salarial, passando dos 59 pontos para 62 pontos. Com esta actualização vários milhares de funcionários públicos passaram a receber apenas mais algumas centenas de patacas, não vários milhares. Mas a Sra. Secretária não chegou a esclarecer isto. A Sra. Secretária devia esclarecer a população que nem todos os funcionários da função pública recebem por “antiguidade”; alguns só passaram a ter “antiguidade” em 2007, apesar de terem prestado serviço há mais de dez ou vinte anos. Os serviços tutelados pela Sra. Secretária não tinham o conceito “antiguidade”; só passaram a ter em 2007. Ou seja, confundiram dois conceitos: o “regime de previdência” e a “antiguidade”. Esta injustiça desanimou as pessoas e desmoralizou os funcionários públicos. Como trabalhar com entusiasmo? No encontro com Sr. Chefe do Executivo, no dia 16, disse-lhe que todas as questões de Macau, independentemente da sua importância, estão ligadas ao regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos.

O Sr. Chefe do Executivo anunciou nos finais de Dezembro que seriam publicados o “Estatuto dos titulares dos principais cargos” e as “Normas de conduta dos titulares dos principais cargos”. Coloco esta questão simples: a sociedade foi auscultada? Com que critérios científicos foram elaborados esses regulamentos administrativos? Não era preciso auscultar a sociedade? Fizeram estes diplomas legais à porta fechada e, pronto... Vão publicá-los? Será mesmo assim? Sendo responsável pela pasta da administração e justiça pode elucidar-nos sobre que regulamentos administrativos vão publicar?

Durante a visita a Macau, Wen Jiabao falou de dois problemas em que aparentemente o Governo da RAEM não tinha reparado: habitação pública e subida dos preços dos bens de consumo. A Sra. Secretária reiterou muitas vezes não colocar obstáculos à importação. Mas o mercado grossista é um monopólio! Quando é impossível arrendar instalações não existe concorrência leal. Sucedeu isto de estranho: quatro ou cinco pessoas arrendaram um espaço para venda de mercadorias, mas no fundo servem-se das instalações apenas para guardar mercadorias. Este espaço funciona desta forma: armazena-se a mercadoria, é feita a inspecção e a mercadoria segue para outro destino. Ou seja, aquele espaço arrendado por quatro ou cinco pessoas não se destina à finalidade prevista. Esta prática é ilegal, contrariando as regras da Organização Mundial do Comércio! A Sra. Secretária sabe bem que Macau aderiu em 1993 à referida organização. Como é possível que permita a exploração exclusiva? Os residentes de Macau, incluindo os funcionários públicos, sofrem com a subida dos preços dos bens de consumo e dos imóveis, que são inacessíveis. Devido à valorização do RMB, os residentes precisam de uma compensação. Uma compensação tão pequena “encolheu” no ano passado. Porquê? Não vejo fundamentos nas LAG que justificassem esta redução das 6 mil para as 4 mil patacas! Porquê? Pode explicar as razões? A Sra. Secretária bem podia defender-se e dizer que isso não é consigo. Bem, nada é consigo! Porque tutela apenas os serviços da área da Administração e Justiça. É esta a razão que me levou a ficar preocupado: como vai coordenar com outros serviços a actividade dos SAFP? Vai alargar os SAFP? Vai criar mais serviços, incorrendo em mais práticas de nepotismo? Hoje em dia é muito grave o nepotismo. Por exemplo, uma pessoa alheia à área da Administração, era de relações públicas, foi nomeada Chefe de Divisão. Posso fornecer-lhe as informações. Aliás, posso referir muitos casos. A AL promulgou uma lei e foi publicado outro Regulamento Administrativo n.º 26/2009, mas ninguém fiscaliza a sua aplicação. Estes são factos verdadeiros!

Falando em democracia, a Sra. Secretária referiu não haver consenso, e de facto fiquei confuso. Nunca me fui perguntado como chegar a um consenso. O mais importante é encontrar soluções para resolver os problemas. Por esta razão existem a polícia e o Comissariado Contra a Corrupção! Só numa ditadura parece tudo correr bem, porque as informações são bloqueadas. As vantagens da democracia implicam que quando não se gosta de um membro do Governo pode eleger-se outro. Na Lei Básica está previsto expressamente que o mandato do Chefe do Executivo tem a duração de cinco anos, sendo permitida uma recondução. No entanto, os Secretários podem contar com mais do que uma recondução. Por que razão não permitem que outros ocupem esses cargos? Sinceramente, espero ver melhorias, em obediência à Lei Básica, anexo I e anexo II. Em 2009 deve ser alterado o método em causa.

Tenho dito.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fong Chi Keong.

Fong Chi Keong: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Há instantes, muitos colegas meus criticaram o Governo e especialmente a Sra. Secretária para a Administração e Justiça: os nossos governantes são incompetentes, nada fizeram de bom. Bem, tenho opinião diferente. O agravamento da inflação, o monopólio de cereais, óleos e outros géneros alimentares, a estagnação do sistema político, são factos reais! Não foi a Sra. Secretária quem os criou. Quanto a isso, não se trata de falta de capacidade, mas sim de algo fora da sua capacidade. Portanto, não é que a Sra. Secretária não queira abordar estas questões... mas, isso não depende dela. A inflação afecta todo o mundo porque está em curso uma guerra cambial. Se o nosso país não conseguiu travar a inflação, o que poderia fazer uma Secretária tão insignificante? Espero que sejam mais compreensivos.

Na realidade, nenhum Governo consegue satisfazer todas as pessoas. Na chamada democracia, a opinião pública é incerta e irresponsável. O Governo ficaria numa situação miserável se satisfizesse solicitações incertas do público. Um Governo caracterizado pelo populismo não tem obviamente princípios, planos e políticas previamente definidas. Este é o vosso ponto fatal! Assim, como poderia o Governo manter-se estável? Como poderia o Governo oferecer garantias viáveis e efectivas? Mas com este novo Governo constatamos que a economia continua a desenvolver-se. Melhora o nível de vida da população, a educação, os cuidados médicos e a segurança social. Não estou a perceber por que razão alguns colegas andam tão críticos. Estas críticas sem fundamento não terão por detrás outros motivos? Agradeço que façam uma profunda reflexão.

O Executivo é mesmo um Governo bom! Penso que não se consegue encontrar no mundo outro Governo tão bom como o Governo da RAEM... que chega a oferecer dinheiro. Bem, este ano reduziu a oferta em 2 mil patacas. Mas isto revela que o Governo tem em conta a crise, estando a poupar um dinheiro que também será gasto em favor da população. Qual é o mal? 2 mil patacas? Bem, poupam 2 mil patacas se forem menos uma vez ao casino. Não é? Acho que ao longo de dez anos a Sra. Secretária tem trabalhado com diligência e dedicação, encaminhando todos os esforços no bom desempenho das suas funções. Não estou a perceber porque se mostram tão exigentes com ela. Diziam os nossos antepassados: ninguém é perfeito; não há ouro que seja cem por cento puro. O que quer isto dizer? Francamente, a área que a Sra. Secretária tutela é a área da Administração e Justiça, ou seja, tutela pessoas e as leis que regulam os actos das pessoas. Durante o seu mandato de 11 anos fez mais de 150 diplomas legais de várias ordens. É muito trabalho! Temos de ser mais compreensivos para com a Sra. Secretária. Não se deve criticar sem fundamentos. Não se pode tratar uma boa pessoa como um ladrão. Não pode ser assim.

Devíamos saber que não é nada fácil governar pessoas! Diz a sabedoria popular que em três dias se pode ficar rico, mas três anos não bastam para formar um cavaleiro. Qual é a relação dialéctica entre três dias e três anos? Significa uma mudança qualitativa. A qualidade dos trabalhadores dos serviços públicos não muda em dois ou três dias. O Governo tem ministrado cursos de formação para eles, mas pode não atingir rapidamente os resultados desejados. Devo

lembrar que cada pessoa passa por um processo de consciencialização individual, um processo de auto-superação. Esse processo é insubstituível. Nada pode substituir a experiência e a reflexão sobre a vida. Não há formação ou estudo que possa substituir-se a essa experiência e reflexão.

Falando nos trabalhadores dos serviços públicos... como melhorar o seu desempenho e mentalidade? Penso que isso não é nada fácil. Acho que o Governo deve estabelecer um regime de eliminação para os trabalhadores incompetentes, caso contrário... Temos agora mais de 20 mil trabalhadores, a somarem-se mais trabalhadores incompetentes, a função pública tornar-se-á muito “gorda”. Portanto, é necessário um regime para eliminar uma certa percentagem anual de funcionários públicos, e aos que não queiram progredir deve ser aplicada esta medida.

Volto ao tema que mais nos interessa. Nas LAG apresentadas anualmente pela Sra. Secretária não vemos os objectivos e as prioridades das acções a desenvolver. As acções são apenas enumeradas em ordem sequencial, faltando análise, indução, conclusões e temas. Também nas LAG para o próximo ano não se identificam as prioridades das acções a desenvolver. Se me diz que tudo o que está nas LAG é prioritário, então, digo-lhe que é difícil salientar os resultados dos trabalhos realizados. Para isso é preciso separar as prioridades dos trabalhos, para sequenciar o início das acções. Na página 32 das LAG refere-se “proceder ao melhoramento das funções, competências e obrigações, distribuição de funções e articulação recíproca dos vários níveis estruturais do Governo”. Bem, decorridos onze anos as funções dos vários níveis do Governo ainda não foram articuladas, o que dá para localizar a origem dos problemas: por mais que se tenha trabalhado não se mostram resultados. Espero que a Sra. Secretária venha a dar atenção à necessidade de mudar essa forma de actuação. Deve agendar com prioridade as tarefas necessárias à reforma, que devem ser enumeradas com destaque, para podermos entender com clareza os seus objectivos.

Segunda questão: na página 30, a Sra. Secretária refere que “no tocante ao aperfeiçoamento da gestão interna do Governo, vamos impulsionar prioritariamente a coordenação e gestão centralizada dos funcionários públicos, criando regimes justos e imparciais”. Acho que estes trabalhos devem ser muito bem executados! Segundo conheço, o problema mais premente a resolver para os funcionários públicos é a escolha de pessoas através de um mecanismo aperfeiçoado de acesso. Funcionários e operários são diferentes. Os operários são considerados bons, desde que trabalhem com eficácia, fabriquem produtos de boa qualidade. Ao passo que não se pode apurar se os funcionários públicos são bons ou maus apenas através da quantidade de trabalho que executem. A meu ver, os funcionários públicos, no mínimo, devem possuir estes requisitos: qualidade política, capacidade de trabalho, entusiasmo pelo trabalho, sentido de responsabilidade, disposição para assumir responsabilidades, habilitações académicas razoáveis, experiências funcionais, etc. A Direcção de cada serviço deve avaliar os seus subordinados segundo estes requisitos. O imperador da dinastia Tong, Lei Sai Man, disse: “Os governantes não devem escolher subordinados à toa. Cumpre escolher pessoas competentes, que chamam mais pessoas competentes. Quando se escolhem pessoas incompetentes atraem-se mais pessoas incompetentes”. Que tipo de pessoas escolher? Como escolher pessoas? Acredito que estas são as matérias mais prementes a resolver para os trabalhadores da função pública. A certo nível, estes problemas apresentam maior urgência do que a gestão e coordenação centralizadas. Agradeço que a Sra. Secretária pondere

as minhas sugestões.

Terceira questão: há dias perguntei ao Sr. Chefe do Executivo como encarar as recomendações feitas pelo CCAC aos serviços públicos. Embora o Sr. Chefe do Executivo me tenha respondido, continuo a não perceber. O CCAC não é um comissário imperial, nem a polícia militar. Por que razão o CCAC pode emitir recomendações aos serviços públicos? Não teria ultrapassado as suas competências? O artigo 59º da Lei Básica diz: “A Região Administrativa Especial de Macau dispõe de um Comissariado Contra a Corrupção que funciona como órgão independente. O Comissário Contra a Corrupção responde perante o Chefe do Executivo”. A referência “responde perante o Chefe do Executivo.”. Segundo a minha interpretação, indica que o CCAC apresenta relatórios ao Chefe do Executivo, sugere como resolver os problemas apontados, e que deve ser o Chefe do Executivo a decidir.

As atribuições do CCAC são: 1. Desenvolver acções de prevenção de actos de corrupção ou de fraude; 2. Realizar no respeito pela lei actos de investigação referentes a actos de corrupção ou de fraude praticados pelos funcionários públicos; 3. Praticar actos de investigação referentes a actos de corrupção e de fraude praticados no âmbito do recenseamento eleitoral e das eleições, no respeito pela lei; 4. Promover a defesa dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos das pessoas, assegurando a justiça, a legalidade e a eficiência da administração pública. Tendo em conta estas atribuições o CCAC não tem competência para criticar e emitir recomendações publicamente aos serviços públicos. Os problemas que o CCAC descobrir devem ser reportados ao Chefe do Executivo, a quem cabe decidir. Sendo o dirigente máximo, como é que o Chefe do Executivo encara isto? Não estou a defender os serviços públicos, mas os procedimentos administrativos requerem regras. Actos praticados de forma abusiva não favorecem o funcionamento regular e saudável da Administração. Se o CCAC ultrapassasse as suas competências outros serviços também podiam vir a fazer o mesmo. Agradeço uma resposta da Sra. Secretária.

Quarta questão: o Governo da RAEM reiterou a vontade de melhorar a capacidade da governação. Actualmente, as funções dos *media* no âmbito da divulgação de informação são cada vez mais relevantes. O rápido desenvolvimento da rede informática, em especial, leva a que os *media* alterem não só modos de vida, como também as condições da governação. Portanto, proponho à Sra. Secretária, no que diz respeito à relação com os *media*, melhorar com prioridade a governação. O desenvolvimento social gera novas reivindicações que envolvem áreas cada vez mais vastas. Algumas reivindicações são repentinas e de difícil resposta por parte do Governo. Por um lado, é preciso saber lidar com os *media*, e, por outro lado, o Governo vê-se colocado numa posição passiva sem poder reagir. Esta nova sociedade é diferente da antiga em termos de risco, e, perante a grande variedade de reivindicações de todas as classes, o Governo deve dotar-se de capacidade de resposta a situações urgentes. Para mobilizar todas as classes, importa saber aproveitar a transparência na divulgação de informações. Cumpre tratar bem os *media* de forma a melhorar a capacidade da governação.

Os governantes devem aprender o “jornalismo governamental”, que é uma nova ciência, no cruzamento entre a gestão pública e o jornalismo. Por isso deve envidar mais esforços para melhorar a capacidade dos membros do Governo para lidar com os *media*, ter coragem de aceitar a fiscalização dos *media*. Uma boa relação com os *media* aumenta a capacidade de governação. Estas são as minhas

sugestões para referência da Sra. Secretária.

Quinta questão. O tema mais quente agora é sobre a visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao...

Está na hora. Não falo mais... Sobraram apenas 40 segundos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Cheong.

Chui Sai Cheong: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária Chan, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Hoje, através das LAG da Sra. Secretária Chan, vemos que os serviços da sua tutela trabalharam imenso na divulgação da Lei Básica. Fiquei satisfeito e concordo com o estudo referido nas LAG, sobre a viabilidade de um expositor sobre a Lei Básica em Macau. Fiquei satisfeito com a resposta que a Sra. Secretária deu à Sra. Deputada Leong On Kei, de que os trabalhos preparatórios estão já em curso. Assim fiquei mais tranquilo, pois “analisar a viabilidade” dar-me-ia a impressão de que se iria andar mais devagar. Acho haver necessidade de aprofundar a divulgação da Lei Básica. Importa divulgá-la junto da nova geração e há urgência nisso.

Queria que a Sra. Secretária levasse esta mensagem consigo: na preparação da construção desse expositor deve contar com a participação de toda a população. Todos devem contribuir para aperfeiçoar esse expositor. Faço votos para que este expositor esteja pronto nos finais deste ano. Esta é a primeira questão.

Uma segunda questão incide sobre uma matéria que preocupa todos e que a Sra. Secretária também referiu na sua resposta aos meus colegas: a tradução. Presentemente, a tradução ocupa um lugar bem importante na sociedade de Macau. Vejam: tal como referiu a Sra. Secretária, todos os diplomas feitos pela DSAJ são bilingues; é preciso traduzir do chinês para o português. Nos tribunais, se não me engano, a tradução é parcialmente responsável pela acumulação de processos, pendentes anos a fio à espera de julgamento.

Falou-se no *Forum* Macau. Para desempenhar devidamente o seu papel o *Forum* Macau precisa de tradutores. Espero que a curto prazo a Sra. Secretária venha a estudar, juntamente com o Sr. Secretário Cheong, um conjunto de mecanismos capazes de atrair jovens para se dedicarem à tradução. Devem realizar-se iniciativas para despertar o seu interesse e facultar-lhes oportunidades de trabalho e formação. Deve criar-se oportunidades de aprendizagem e condições para os jovens optarem pela carreira de tradutor.

A Sra. Secretária deve estar alerta, uma vez que o sucesso de Macau, na sua transformação gradual como plataforma da língua portuguesa, pode acarretar a perda de tradutores da função pública. Portanto, o Governo deve preparar-se para responder a essas saídas. A longo prazo, tendo em conta o actual ritmo de desenvolvimento, as pessoas que dominem várias línguas irão constituir recursos importantes para Macau. Um bom trabalho neste sentido é importante para o futuro desenvolvimento de Macau. O desenvolvimento a longo prazo requer mais atenção à formação de pessoas com domínio de várias línguas. Espero que a Sra. Secretária venha a estudar estas duas questões de forma aprofundada e a promover a sua implementação. Acredito que tal será muito favorável ao futuro desenvolvimento de Macau.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada.

Sra. Secretária:

Tendo em conta o rumo do debate até este momento, quero concentrar a minha intervenção em várias questões, diferentes de algumas já abordadas pelos meus colegas.

Em primeiro lugar quero abordar a questão dos mecanismos consultivos com a Sra. Secretária. A tomada de decisões com critérios científicos caracteriza as acções do Governo da RAEM. Em meu entender, o mais importante é constituir mecanismos de consulta eficazes. No funcionamento do Governo há muitos canais e organismos consultivos. Só que estes mecanismos e as formas de consulta devem ser normalizados.

Em primeiro lugar, levanto uma questão sobre os mecanismos consultivos. É criticada a composição dos organismos consultivos existentes. Diversas pessoas são membros de vários organismos consultivos, e consequentemente tornam-se mais estreitos os canais de recolha de opiniões. Existem mecanismos para obviar eventuais conflitos de interesses? O Governo precisa de ouvir representantes que defendam os interesses de determinados sectores. Mas coloco esta questão: na composição dos organismos consultivos a repartição entre defensores de interesses particulares e representantes do público é equilibrada? As percentagens actuais de representação permitem desenvolver o papel dos organismos consultivos em termos da imparcialidade e equilíbrio? Acho que o Governo deve ponderar isto. Outra questão incide sobre a normalização dos membros dos organismos consultivos. No fundo, qual é o desempenho dos membros? Chegam mesmo a pronunciar-se sobre determinadas matérias? Os organismos consultivos funcionam eficazmente? Todas estas questões merecem a maior atenção no decurso da recolha de opiniões.

Outra questão: como é que o Governo acolhe as opiniões? Há normas a aplicar às opiniões acolhidas? Como seleccionar opiniões diferentes? Como as acolher? Há um mecanismo transparente que permita o conhecimento público dessas matérias? Penso que estas questões merecem ponderação do Governo, para a promoção da tomada de decisões com critérios científicos.

Nas LAG refere-se o mecanismo consultivo. Ou seja, o Governo vai criar um mecanismo para a consulta de políticas públicas. Mas reparei que são apenas «Normas para a Consulta de Políticas Públicas». Não faço ideia se estas normas representam apenas sugestões ou se passam a ser uma regulamentação legal. No caso de se limitarem a meras sugestões não é possível produzirem efeitos. Especialmente quando se trata de um mecanismo virado para vários serviços públicos. Como poderá produzir efeitos? Sem este problema resolvido o mecanismo consultivo não conseguirá produzir benefícios.

Uma segunda questão incide sobre o regime de responsabilização. Na página 33 das LAG refere-se, em quatro parágrafos, o reforço da responsabilização dos titulares dos principais cargos. Se o conteúdo se limita apenas a estes quatro parágrafos é muito difícil acreditar que o Governo revele determinação para reforçar a responsabilização dos titulares dos principais cargos. Para constituir um regime de responsabilização não é suficiente estabelecer um “período de nojo”,

nem criar a “Comissão de Ética para a Administração Pública”. Uma vez que o “período de nojo” é apenas um regime que estabelece normas às quais estão sujeitos os titulares dos principais cargos depois de terminarem funções. Este não é um regime de responsabilização! Nas LAG não estão definidos os objectivos e calendários de medidas a tomar para dar corpo à responsabilização dos titulares dos principais cargos.

A sociedade tem expectativas de que o Governo venha a instituir um regime de responsabilização. De notar que este regime não significa que os titulares em causa tenham de se demitir quando cometerem erros, até porque a mera demissão não quer dizer que os problemas ficam resolvidos. Uma exoneração pode ser insuficiente. Num regime de responsabilização, além de se dever instituir a responsabilidade pelos erros cometidos, o mais importante é criar mecanismos para resolver casos em que os titulares dos principais cargos tenham desempenho medíocre, demonstrem inércia persistente, prejudicando os respectivos serviços. Essas pessoas têm de assumir as suas responsabilidades e devem ser penalizados. É preciso um mecanismo que regule estes casos.

A finalidade de um regime de responsabilização não passa apenas por penalizar os titulares dos principais cargos que prevariquem. Podem exonerar-se pessoas, mas o essencial é aumentar e reforçar o sentido de responsabilidade dos titulares dos principais cargos. Importa especialmente estimulá-los a assumir responsabilidades, com vista a reduzir ou evitar a inércia ou actuação indevida nos diversos escalões da Administração. Constituir um Governo transparente, governar com critérios científicos, são os objectivos definidos pelo terceiro executivo. Desde o caso do Ao, a confiança do cidadão no Governo ficou abalada. Como pode o Governo renovar a sua imagem? Acredito que a constituição de um regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos, e todos os responsáveis do executivo, é um passo importante. Deve ter-se em vista a instituição deste regime, para eliminar elementos negativos da Administração. Os trabalhadores da função pública reforçarão a ideia de que a Direcção também está sujeita a regras. As normas de acesso na carreira ficarão claras. Portanto, acho que o Governo deve trabalhar com todo o empenho na constituição de um regime de responsabilização. É pena que estas LAG não desenvolvam o teor deste regime. Agradeço que o Governo pondere esta matéria, mas agradeço que me preste desde já um esclarecimento.

Outra questão incide sobre o mecanismo de coordenação centralizada dos trabalhadores dos serviços públicos. Muitos colegas já falaram nesta matéria e a Sra. Secretária também respondeu. Na sua resposta a Sra. Secretária disse que este mecanismo se destina apenas à coordenação dos trabalhadores das carreiras gerais. Então, quero dar seguimento: porquê só os das carreiras gerais? E os das carreiras especiais? Não há condições para tal? Não sei se esta matéria continua a ser gerida em separado. Ao longo de onze anos constatámos que a maior dificuldade na reforma da Administração Pública é a coordenação entre as áreas tuteladas por vários Secretários. Como conseguir uma cooperação e coordenação centralizadas? Há muitos problemas, tais como a coordenação do serviço “one stop”, além de outros mecanismos de coordenação. A questão-chave é a clarificação dos níveis de decisão. A Sra. Secretária acabou de referir que os representantes de cada Secretário integram estes organismos. Apesar disto não faço ideia dos resultados obtidos. A meu ver a questão nuclear da reforma da Administração Pública obriga a ter um único responsável, ao nível máximo de decisão, capaz de assegurar esta coordenação centralizada. Esta é a minha opinião.

Os meus colegas já abordaram bastante as matérias da área da justiça e dos regimes jurídicos relativos. Portanto, não estava no meu plano falar nestas matérias, mas depois de assistir às intervenções dos meus colegas quero colocar uma questão. A Sra. Secretária revelou ter feito mais de 150 diplomas legais em várias áreas. Dispõe de um planeamento, de uma coordenação na produção de diplomas legais, tendo em conta as prioridades? Não vejo nada disso. O que aconteceu foi isto: os serviços públicos encarregaram-na de coordenar um calendário de produção de diplomas legais de reduzida complexidade. Acho isso problemático. Foram anunciados roteiros e calendários das matérias a regular e apenas parte foi concluída. Muitas estão por concluir passados dois ou três anos. Por exemplo, leis importantes na vida quotidiana da população, tais como as leis sobre a administração predial e a venda de fracções em construção. Não foram concluídas, embora se fale delas há anos a fio. Sei que ocorreram problemas. Então, pode revelar que problemas são esses? Na definição de um plano consideraram uma calendarização precisa? Caso não haja calendário como funciona o regime de responsabilização? A implementação da reforma da Administração Pública requer planeamento, um calendário para a conclusão. As tarefas devem ser realizadas de acordo com o calendário, e se falharem importa estarem definidos mecanismos sancionatórios. É preciso um regime para implementar o plano, caso contrário tudo será em vão.

Falo agora noutro tema muito quente: o sistema político. Não contava abordar esta matéria. Mas como os meus colegas manifestaram duas vezes as suas opiniões, no período antes da ordem do dia e agora no debate das LAG na AL, os *media* pediram-me para responder. Neste caso mais vale falar nesta matéria agora. A meu ver, a apresentação do Sr. Director Chu limitou-se a ideias e sugestões para melhorias nas duas comissões de assuntos eleitorais, devido aos problemas ocorridos nas eleições. Mas não falou no desenvolvimento da democratização do sistema político. Não sei se iria falar, porque o Sr. Presidente não o autorizou a falar mais. Quanto a isso, quero dizer que a democratização do sistema político é uma tendência mundial. Decorridos onze anos chegou o momento de examinar o sistema político. Que método utilizar? Acho que podemos fazer um debate. Por exemplo, os Srs. Deputados à AL manifestaram as suas opiniões sobre esta matéria. Isso é um debate! Só que é um debate realizado dentro da AL. O público deve ter também um espaço próprio para conduzir um debate. Por isso, acho que os serviços responsáveis pela justiça devem planear e estudar esta matéria. O tempo é limitado, pois restam apenas pouco mais de dois anos até 2013. Será necessário alterar o sistema político? De notar que isto não viola a LB. Acho que é preciso realizar um debate público. A meu ver, o que o Governo deve fazer é disponibilizar ao público mais informação. Para o desenvolvimento de uma sociedade, os cidadãos precisam de poder aceder a mais informações e conhecer diversos regimes eleitorais, para identificarem vantagens e desvantagens. Acedendo a mais informação, e tendo em conta a realidade de Macau, acredito que os residentes levarão a cabo um debate público ponderado. São estas tarefas que devem mobilizar o Governo. Apresento esta minha sugestão para ser debatida na AL. Quando a sociedade tiver mais acesso a informações poderá analisar quais os regimes mais propícios a Macau.

Obrigada.

Presidente: Ora bem, seis Srs. Deputados usaram da palavra. Levantaram questões que precisam de ser respondidas. Passo a palavra à Sra. Secretária Chan.

Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan:

Obrigada Sr. Presidente.

Vários Srs. Deputados pronunciaram-se sobre o sistema político. Sim, estamos de acordo com a realização de um debate público sobre o desenvolvimento do sistema político. Continuamos a recolher opiniões da sociedade neste processo. Na sessão de perguntas e respostas aos Srs. Deputados à AL, o Sr. Chefe do Executivo prometeu reforçar a educação cívica e aproveitar os *media* para estimular um debate público racional, com oportunidade para todos se pronunciarem. Houve Srs. Deputados a propor a realização de cursos de formação sobre a Lei Básica. Vamos recolher opiniões com vista a debater esta matéria. Promover estas plataformas é responsabilidade indeclinável do Governo da RAEM. Tal como a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang referiu, enquanto se recolhe informações deve-se, através das diversas plataformas, estimular a sociedade, os jovens e demais sectores, para a troca de opiniões, promovendo assim o desenvolvimento do sistema político. Acho isso necessário e considero ser responsabilidade do Governo.

O Sr. Deputado Tsui Wai Kwan levantou uma questão sobre o combate à corrupção eleitoral. Perguntou se a lei vigente carece ou não de ser aperfeiçoada. Bem, em 2008, por altura da revisão das três leis eleitorais, foi realizada uma consulta pública sobre estas matérias e as mesmas foram igualmente debatidas no seio da AL. Visava-se melhorar a qualidade do processo eleitoral para aprofundar a democracia. Na altura os Srs. Deputados debateram extensamente estas matérias, e introduziram alterações às três leis eleitorais. As duas comissões de assuntos eleitorais identificaram os problemas encontrados, que já foram apresentados pelo Sr. Director Chu. Estes problemas não se limitam às questões legais e envolvem também matérias ao nível operacional ou técnico. Como obstar a deficiências nos actos eleitorais? Vamos analisar a questão e continuaremos as auscultações. A lei eleitoral revista em 2008 é suficiente? Será suficiente a revisão desta lei, ou será necessário aplicar outras medidas? O regime eleitoral carece de aperfeiçoamento contínuo. Temos trabalhado neste sentido e é essa a nossa responsabilidade.

Respondo às questões colocadas antes do intervalo. A Sra. Deputada Ho Sio Kam levantou a questão da violência doméstica. Recolhemos opiniões durante muito tempo, isto é, ouvimos o Instituto de Acção Social e a Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres, entre outras associações e individualidades. A proposta de lei está quase pronta. Segundo a nossa análise – embora no Código Penal já estejam previstos os maus tratos de menores e mulheres – e depois de consultar os exemplos de outras regiões, incluindo a região vizinha, afigura-se necessário rever este regime jurídico. O nosso objectivo é criar harmonia familiar e obstar a abusos. O articulado está pronto e é de esperar que esta proposta de lei entre rapidamente em processo legislativo. Durante este processo agradecemos mais opiniões, incluindo contributos de associações ou individualidades.

A próxima questão: a Sra. Deputada Ho Sio Kam falou nos problemas juvenis. Caso o Sr. Presidente permita, gostava de convidar o Sr. Director dos SAJ André Cheong a responder. Uma vez que temos trabalhado no regime que regula a delinquência juvenil que também se encontra inscrito nas LAG. Convido o Sr. Director Cheong a responder.

Presidente: Faça-o de forma resumida.

Director dos Serviços de Assuntos de Justiça, Cheong Weng

Chon: Obrigado Sr. Presidente.

Há instantes, a Sra. Deputada Ho Sio Kam inquiriu sobre o regime jurídico de protecção de jovens. Quanto a isso, sendo diferente do interior da China, onde a protecção de menores se concentra numa lei, em Macau a protecção de menores está prevista em várias leis, espalhadas por diferentes áreas. Por exemplo, quanto às famílias, a protecção de jovens está prevista na Lei de Bases da Política Familiar; e as normas quanto à educação e saúde encontram-se no Código Penal, onde estão estipuladas disposições sobre a pedofilia e maus tratos a crianças, entre outras questões. Assim, a protecção dos jovens encontra-se prevista no Código Penal.

Este método legislativo foi sempre usado em Macau, até hoje. Trata-se de uma orientação técnico-jurídica que apresenta vantagens e desvantagens. O quadro jurídico vigente em Macau, especialmente o regime jurídico de protecção dos jovens, é o adequado. Mas, por um lado, por força da Convenção Internacional de Protecção dos Jovens, e, por outro lado, devido ao desenvolvimento social, estamos a ponderar quais as áreas carecendo de revisão. Procedemos a ajustamentos às leis de protecção dos jovens. Por exemplo, em 2007 foi introduzida uma alteração ao Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores. É essencialmente correcta a forma como é regulada a protecção dos jovens em Macau.

Quanto a aspectos de regulamentação, estão em curso o ajustamento e aperfeiçoamento do regime jurídico de protecção social dos jovens. Estes trabalhos estão a ser feitos pela DSAJ e pelo IAS. Esperamos poder apresentar na última metade do ano corrente um texto para consulta de forma a recolher opiniões de todos os sectores. A Sra. Deputada Ho Sio Kam perguntou: “o Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores entrou em vigor há mais de dois anos, quais os resultados”? Tal como referiram, dois anos depois, em 2009, convidámos peritos da Universidade da Cidade de Hong Kong para avaliar o resultado deste regime jurídico. Esta avaliação foi concluída em Agosto ou Setembro deste ano. No âmbito desta avaliação, para obter dados, foram elaborados questionários e feitas entrevistas aos destinatários, por exemplo, jovens infractores, juízes, assistentes sociais e professores. De um modo geral, através do resultado da avaliação, ficámos a saber que as medidas previstas no novo regime são aptas à situação actual de Macau. Por exemplo, uma medida muito debatida na AL – a advertência policial – foi alvo de avaliação. Desde a data da entrada em vigor, até Abril deste ano, este regime foi aplicado a 119 jovens infractores. A 47 desses jovens foi aplicada a medida de advertência policial. A avaliação geral é positiva. Da avaliação resultaram propostas para medidas que necessitam de acompanhamento e foram identificadas áreas com margem para melhorias. Neste momento estamos a preparar o relatório final, que será divulgado nos finais do ano corrente. Esta avaliação constitui uma referência para aperfeiçoar este regime.

Obrigado.

Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan: Sr. Presidente:

Então, vou continuar.

Em relação à estabilização do preço dos alimentos, tal como referiram alguns Srs. Deputados, a inflação de Macau é importada. Isto é muito claro. A Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos divulgou também a taxa de inflação, que é de 3,9%. Acredito que

todos estão bem atentos. Ao visitar Macau, o Primeiro-Ministro Wen manifestou o forte apoio do Governo central para ajudar Macau a estabilizar os preços. Esperamos em Dezembro, por despacho do Chefe do Executivo... A área da economia e o IACM vão apurar, com o Ministério de Comércio e a Administração de Inspecção de Qualidade de Alimentos, formas de ajuda a Macau. Além de ampliar os canais de importação de alimentos, temos de estudar os circuitos de importação de alimentos vivos ou frescos, além de outras questões. Estamos muito atentos a isto, e no seio do Conselho Executivo esta matéria foi debatida. Temos ainda de estudar a transparência dos circuitos de venda, se se justifica ou não a simplificação do fluxograma, incluindo a divulgação das informações dos preços de mercado, por grosso ou a retalho. O nosso objectivo é permitir que o cidadão de Macau esteja bem informado sobre a origem, os circuitos de comercialização e o preço dos produtos. Por outro lado, tentamos ampliar a identificação da origem de produtos alimentares. Nos últimos anos, a Direcção dos Serviços de Economia deslocou-se ao interior da China, ou a outros países, por exemplo, ao Vietname e à Tailândia, para estabelecer protocolos sobre a origem de produtos importados. De acordo com a Lei do Comércio vigente em Macau não se aplicam restrições à importação. A questão que se coloca é a seguinte, a saber: os produtos são de origens diferentes e ao importá-los é preciso conhecer os circuitos e analisar informações diversas. Sabem bem que a maior parte dos produtos alimentares consumidos em Macau provém do interior da China. Esperamos reforçar este trabalho através das negociações com o Ministério de Comércio e a Administração de Controlo de Qualidade dos Alimentos. Quanto a esta inflação importada, o Governo da RAEM anunciou claramente pretender aplicar medidas para fazer face ao problema. Por exemplo, a comparticipação pecuniária terá lugar antecipadamente na primeira metade do próximo ano, mais precisamente, no primeiro trimestre do próximo ano. Ontem, o Sr. Secretário Tam prometeu na AL aplicar medidas com rigor, de acordo com as realidades sociais, de modo a minimizar os prejuízos causados pela inflação do preço dos alimentos. As vossas opiniões são desejadas quanto a estas questões e é responsabilidade indeclinável do Governo aplicar oportunamente medidas eficazes.

Quanto às recomendações emitidas pelo CCAC, o Sr. Deputado Fong Chi Keong perguntou se os serviços públicos são obrigados a cumprir as suas recomendações ou orientações. De referir que o Sr. Chefe do Executivo já revelou que o plano de acções demonstra claramente que levamos em conta as recomendações e relatórios do CCAC. A lei orgânica do CCAC está a ser alterada, e brevemente a proposta de lei será apresentada à AL para auscultar as vossas opiniões. Em relação às recomendações, os respectivos serviços são obrigados a responder no período definido. E estas recomendações do CCAC são obrigatoriamente apresentadas ao Chefe do Executivo. Um Sr. Deputado referiu que o Comissário do CCAC responde directamente perante o Chefe do Executivo. O Chefe do Executivo, recebendo as recomendações ou sugestões do Comissário ou do CCAC, procede à análise das mesmas, juntamente com os respectivos Secretários, e, quando necessário, são definidas acções para cumprimento das mesmas. A Sra. Deputada Kwan Tsui Hang perguntou o que fazer quando as instruções não são reguladas em forma de lei. Bem, através de documentos normativos, por exemplo. As instruções emitidas pelo Chefe do Executivo são de cumprimento obrigatório por todos os serviços públicos. Tendo recebido as respectivas recomendações, não se coloca a questão de cumprir ou não, pois as recomendações dirigidas aos serviços públicos são vinculativas.

Quanto ao Comissariado de Auditoria, foi levantada uma questão sobre as recomendações feitas pelo CA contra a má gestão de documentação dos Serviços de Zonas Verdes e Jardins, do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais. Recordo-me que o Sr. Deputado Chan Meng Kam referiu a “ISO”. De notar que a “ISO” define um grupo de normas técnicas internacionais. Desde o retorno à Pátria, com vista a melhorar a gestão e qualidade dos serviços públicos, trabalhamos com empenho para aderir à ISO e a adesão não é nada fácil. Depois de aderir à ISO é-se obrigado a continuar a respeitar as suas normas. Porque aconteceu isto? Por que razão há problema na gestão de documentação nos Serviços de Zonas Verdes e Jardins e o IACM conseguiu a certificação ISO? Embora este seja um caso pontual, quero dar uma resposta rápida: em 2006 determinados serviços do IACM conseguiram aderir à ISO, no que diz respeito ao sistema de gestão de documentação, mas não foram os Serviços de Zonas Verdes e Jardins, pois o IACM é uma entidade grande, com muitas subunidades. A adesão à ISO é um trabalho moroso. Quanto a este problema, o IACM promoveu a adopção de normas técnicas na gestão de documentos.

Os Srs. Deputados levantaram questões sobre o regime de responsabilização. O Chefe do Executivo já revelou que nos finais deste ano será publicado um regulamento administrativo independente que regulará a responsabilização política dos titulares dos principais cargos, e a Normas de Conduta dos Titulares dos Principais Cargos. Quanto a isso ainda falta explicar os pormenores. Este regulamento administrativo resulta de anos de estudo e foi debatido em sede de Conselho Executivo. O artigo 7º do “Regime jurídico de enquadramento das fontes normativas internas” diz expressamente: “pode ser objecto de regulamento administrativo independente o estatuto dos membros do Governo”. Esta é Competência do Chefe do Executivo. Já debatemos demoradamente esta matéria e espero publicá-los nos finais do ano corrente, de forma que todos irão conhecer as normas da responsabilização política dos titulares dos principais cargos perante o Chefe do Executivo. Quanto a isso consultámos os exemplos de Hong Kong. O respectivo regulamento será publicado a curto prazo. Dessa forma poderão actuar de acordo com as respectivas normas. Isto, no que diz respeito à responsabilização política. Além da responsabilização política, ainda há uma responsabilização legal. Por exemplo, os titulares dos principais cargos, o pessoal de direcção e chefia e os funcionários públicos, devem cumprir a legislação, acatar as normas do Código Civil, do Código Penal e das leis relativas às finanças, por exemplo. Esta é a responsabilização política dos titulares dos principais cargos. O regime de responsabilização do pessoal de direcção e chefia já foi publicado. Trata-se do regulamento administrativo n.º 15/2009 – o Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia – onde se prevêem os critérios para definir períodos de nojo. Foi criada igualmente a Comissão de Ética para a Administração Pública. Estas iniciativas prosseguem. O Estatuto dos titulares dos principais cargos, a responsabilização política, vai ficar pronto em breve.

Na realidade, quanto ao plano de produção jurídica... Na execução do plano da reforma jurídica adquirimos muitos ensinamentos e apercebemo-nos de muitas insuficiências, e agora existe maior coerência nos projectos de reforma jurídica. Foram feitos muitos projectos legais abrangendo muitas áreas. Em resposta ao acentuado desenvolvimento socioeconómico de Macau, estamos decididos a dar prioridade a projectos jurídicos relativos ao sustento quotidiano da população. Assim, nestas LAG apresentamos 15 projectos prioritários, incluindo a venda de fracções em construção. Então, quer isso dizer que não ligamos a projectos de outras áreas? A execução de projectos de outras áreas está em curso. No próximo

ano prometemos entregar o calendário à AL, para análise e discussão de projectos. Portanto, a produção de projectos sectoriais está em curso. O grau de transparência aumentou e a fiscalização pública da nossa actividade foi reforçada. Portanto, com toda a certeza, os respectivos serviços públicos terão de assumir responsabilidades ainda maiores. Por exemplo, apresentámos o projecto de revisão do Código de Processo Penal e, no caso de não se concretizar, os serviços encarregues deste projecto terão de assumir a responsabilidade, bem como os respectivos titulares dos principais cargos. Portanto, foi reforçado este aspecto.

No tocante à mobilidade do pessoal e à racionalização dos serviços públicos, trata-se de uma exigência permanente que inclui a criação de novos serviços, reestruturação, extinção ou transferências de efectivos. Tal como referiu o Sr. Deputado Fong Chi Keong, há onze anos que assim acontece. Efectivamente assim é, pois trata-se de uma actividade de longo prazo. Por exemplo, hoje é criado um serviço, mas amanhã o mesmo pode precisar de ser reestruturado. Portanto, são trabalhos que não têm fim. O Sr. Deputado Chui Sai Peng pediu que se estudassem as atribuições dos serviços públicos, para aumentar o grau de transparência e divulgação de actividades. Acho boa ideia! Assim a sociedade fica a saber qual a razão das nossas iniciativas. Por exemplo, por que razão estamos a fazer desta forma a reforma jurídica. Esta reforma jurídica está inscrita nas LAG para ser debatida na sociedade. Somos um Governo transparente e estamos dispostos a aumentar ainda mais o grau de transparência. A divulgação destes trabalhos permite à sociedade fiscalizar a nossa actividade, quanto à racionalização dos serviços ou mobilidade do pessoal.

Quanto à administração da justiça, temos tentado colaborar com os órgãos judiciais para assegurar o regular funcionamento das instituições, apesar das divergências existentes. Nas LAG da nossa área apresentamos quatro projectos. Tendo em conta estes projectos, continuamos a apoiar a administração da justiça e iremos melhorar a comunicação com os órgãos judiciais. Um dos projectos passa pelo reforço da formação do pessoal judicial. O 3º curso e estágio de formação para ingresso nas magistraturas, judicial e do ministério público, terá lugar em Junho. Esperamos que os nove formandos passem pelas provas com aproveitamento. Entre o concurso e a admissão os candidatos tiveram de passar por testes de ética e de psicologia, através de um processo muito rigoroso, para serem seleccionados para frequentar o curso com a duração de dois anos. Durante esta formação, com a duração de dois anos, os formandos fazem um estágio nos tribunais e no Ministério Público. Portanto, trata-se de um curso rigoroso. Temos a expectativa de que findo o 3º curso se possa iniciar o mais cedo possível o 4º curso. Esperamos admitir 30 formandos, pois os tribunais e o Ministério Público requereram a formação de 33 pessoas.

Quanto à formação de oficiais de justiça, ao longo de anos temos dado o nosso apoio a esse processo. Acredito que a pressão sobre os oficiais da justiça diminuiu nos últimos anos. Temos um plano para ministrar dentro de dois anos outro curso de formação de oficiais de justiça, para continuar a reforçar os seus efectivos.

Outra medida a aplicar visa a introdução de tecnologia informática. Visitámos outras regiões e brevemente também vamos visitar os tribunais do interior da China onde se aplica tecnologia informática com sucesso. Já fomos a Hong Kong e a Portugal fazer o levantamento de dados sobre esta área. Passámos estes dados aos tribunais e ao Ministério Público para servirem de referência, de forma a poderem aplicar gradualmente tecnologia informática tendo

em conta outras experiências. A tecnologia informática permitirá certamente aumentar a eficácia judicial.

Levantaram também a questão da simplificação do processo penal ou do processo civil. Bem, está já agendada esta simplificação e no próximo ano iremos apresentar à AL uma proposta de lei sobre o Código de Processo Penal. Os trabalhos de revisão relativos ao Código de Processo Civil ou à Lei de Bases da Organização Judiciária estão a correr bem. Dependente do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, criámos um grupo especializado de forma a obtermos contributos de mais profissionais do ramo para o aperfeiçoamento dos referidos códigos.

Na dependência do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, funciona um grupo encarregado do estudo do recurso a meios gratuitos, no sentido de minimizar a pressão sobre os tribunais. Por exemplo, colocámos em consulta pública a proposta de lei sobre o Patrocínio Judiciário para o Exercício de Funções Públicas. Quanto a esta matéria, consultámos exemplos de outros... Presentemente, em Macau, o patrocínio judiciário carece de autorização do tribunal, do juiz. Depois, estudámos outras experiências, onde esta matéria já é tratada por meios administrativos, ou seja, de modo gratuito. Portanto, tendo em conta o sucesso de outras experiências, iremos introduzir meios gratuitos, no sentido de apoiar um melhor funcionamento dos tribunais, aumentando a sua eficácia.

Quanto à revisão das provas do exercício da advocacia, andamos há anos a estudar esta matéria com a Associação de Advogados de Macau. Isto porque as provas são asseguradas pela Associação de Advogados de Macau, de acordo com as devidas funções jurídicas. Bem, quanto a isso, fizeram-nos chegar uma nota de divergências. Assim, continuamos o debate com a Associação de Advogados de Macau, com vista a ver se há ou não margem para alteração ou revisão. Temos de debater e abordar esta matéria de forma integrada e consequente.

Falou-se na queda do “chip” do BIR. Sim, não foi um caso pontual. Já temos planos para introduzir um novo modelo de BIR sem contacto, isto é, o “chip” não será visível na superfície do BIR. Portanto, com este novo modelo o problema deve ficar resolvido. Aproveitando esta oportunidade, apresento as minhas desculpas à população, pois já recebemos muitas queixas. Espero que não ocorram muitos mais casos, mas, enquanto não se introduz o novo modelo sem contacto, se voltarem a ocorrer situações em que o “chip” se solte, não hesitem em contactar imediatamente a Direcção dos Serviços de Identificação. Estamos dispostos a ajudá-los a resolver o problema. Pois trata-se de um serviço prometido na “carta de qualidade”. Lamentamos imenso e esperamos introduzir rapidamente nova tecnologia para resolver o problema.

O Sr. Deputado Chui Sai Cheong abordou o tema da tradução. Sim, estamos de acordo. O nosso país atribuiu um papel importante a Macau, como plataforma para o comércio entre a China e os países lusófonos. Portanto, não será necessário reforçar a tradução? Bem, quanto a isso, trabalhamos com a Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura. Por exemplo, temos um protocolo de cooperação com a União Europeia, assinado já há anos, para a realização de cursos de formação para funcionários públicos. Já foram iniciados dois cursos. Foram enviados tradutores formados em Macau para frequentar estes cursos na Bélgica e em Portugal. Há vagas limitadas para frequentar estes cursos e os requisitos para admissão são rigorosos, iguais aos critérios da União Europeia. Em cursos anteriores deparamo-nos com este problema: os tradutores da função pública não estão

interessados em frequentar estas acções de formação. Portanto, as vagas não foram preenchidas. Além da formação de tradutores da função pública, negociámos com a União Europeia a admissão de pessoas oriundas de outros sectores. Ontem recebi uma informação: foram admitidos 12 candidatos, sendo 5 do sector privado e 7 da função pública, incluindo tribunais e Ministério Público. Para os tradutores da função pública, os respectivos serviços procuram conceder-lhes autorização para frequentar cursos a tempo inteiro e estamos satisfeitos pela admissão dos demais candidatos. Quanto a outras acções de formação, incluindo a do Instituto Politécnico, o Sr. Secretário Cheong está ciente da situação, pois o Sr. Presidente Lei Heong Iok já levantou esta questão. Portanto, vamos aumentar o número de vagas, alargar o leque dos destinatários da formação, mas, no entanto, continuaremos a ser rigorosos, para assegurar a qualidade. Iremos reforçar a formação porque se trata de uma questão de relevante interesse para a sociedade de Macau.

Quanto à divulgação da Lei Básica, alguns Srs. Deputados propuseram reforçar a divulgação da LB no interior da China, por exemplo, nas “regiões 9+2”. Nos últimos onze anos realizámos campanhas anuais no interior da China. Nas últimas campanhas foram realizadas exposições de fotos. No ano passado, na Universidade de Zhejiang, foi organizada uma conferência sobre a LB, na qual os estudantes participaram activamente na troca de opiniões. Para essa conferência convidámos diversos peritos, para falarem sobre a implementação da LB em Macau, e os trabalhos correram muito bem. Os estudantes levantaram muitas questões e mostraram-se interessados. Portanto, vamos reforçar este trabalho. Tenho muito prazer em confirmar que, com excepção de Hong Kong, no âmbito das “regiões 9+2”, já visitámos as nove províncias do interior do China para divulgar a LB. Vamos agora escolher outras regiões para divulgar a LB. Obtivemos forte apoio dos Governos locais do interior da China para divulgar a LB e temos obtido bons resultados. Mas vamos divulgar a LB em mais regiões.

Como colocar pessoas? No âmbito da gestão centralizada do pessoal, do recrutamento e acesso centralizados, se os trabalhadores preencherem os requisitos legais realizam um curso para formação adequada, e submetem-se a concurso. Estas actividades são executadas passo a passo, de forma planeada. Os SAFP contarão com o apoio dos outros serviços públicos em termos de acesso, formação e recrutamento de pessoal. Quanto à questão sobre as carreiras gerais, referida pela Sra. Deputada Kwan Tsui Hang, o recrutamento centralizado começa pelas carreiras gerais, no termos da Lei n.º 14/2009. Para avançar, temos de contar com a colaboração dos serviços públicos, especialmente para o recrutamento nas carreiras especiais, por exemplo, médicos, enfermeiros e docentes. No próximo ano, estas carreiras especiais não irão integrar o âmbito de recrutamento centralizado a assegurar pelos SAFP. Temos de fazer isto de forma ordenada, porque não dispomos de capacidade para concretizar tudo ao mesmo tempo. Mas damos a nossa colaboração, quando necessário, uma vez que a abertura de concurso, recrutamento ou acesso das carreiras especiais, podem requerer, não só conhecimentos especializados, mas, também, por exemplo, obrigar ao conhecimento da Lei Básica, das normas de conduta dos funcionários públicos, da legislação que regula os funcionários públicos, da legislação que regula a função pública, de entre outros. Os SAFP prestam toda a colaboração neste sentido. As provas de conhecimento especializado devem ser realizadas pelos respectivos serviços. Em suma, damos o nosso apoio nesta área.

Falaram nas inundações. Na realidade estes problemas afectam imenso os estabelecimentos comerciais e os residentes. Quando se

abate um tufão sobre Macau há sempre muito medo, e felizmente escapámos ao último grande tufão, que não chegou a atingir-nos. Adoptámos medidas para estas situações. Por exemplo, avisar com antecedência os residentes e os estabelecimentos comerciais, mas esta não é uma solução. A DSSOPT lançou um concurso para realizar obras brevemente na Avenida Horta e Costa. Quanto à nossa área, ou seja, o IACM... Sr. Presidente, temos ainda tempo? Caso tenha tempo, gostava de convidar o Sr. Presidente Raymond Tam para explicar-vos a obra a realizar no Fai Chi Kei, no Porto Interior e na Taipa.

Presidente: Fale de forma concisa e rapidamente.

Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan: Está bem, então, convido o Sr. Presidente Tam a intervir.

Presidente do Conselho de Administração do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, Raymond Tam: Obrigado Sra. Secretária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à solução para as inundações no bairro antigo da Taipa, este ano vamos iniciar a construção de uma casa de bombas na rua Pai Kuok. Esta casa de bombas irá drenar as águas pluviais do bairro antigo da Taipa. Quando estiver concluída a obra, acredito que as inundações do bairro antigo da Taipa não mais terão lugar.

Na Península de Macau as inundações concentram-se na Avenida Horta e Costa, San Kio e Porto Interior. As causas das inundações da Avenida Horta e Costa e San Kio prendem-se essencialmente com as suas situações geográficas. São áreas baixas, pelo que é demorado o escoamento das águas pluviais, dando origem a inundações. Com vista a obviar à ocorrência de inundações o IACM e a DSSOPT actuaram em conjunto para aplicar melhorias, incluindo o desviar, por fases, das águas pluviais que se precipitam pela Colina da Guia para o Grande Reservatório. A DSSOPT vai também executar obras de reordenamento do esgoto da avenida Horta e Costa. No próximo ano o IACM vai potenciar a capacidade de escoamento de águas pluviais através de um novo esgoto a construir, e que ligará a Rua da Doca Seca e a Rua João Pereira. Na baía norte do Fai Chi Kei iremos construir uma casa de bombas de grande dimensão, para reforçar a capacidade de escoamento de águas das chuvas nas zonas mais baixas. Com esta casa de bombas em funcionamento estimamos que seja menores as possibilidades de virem a ocorrer inundações na Avenida Horta e Costa e San Kio.

Quanto ao Porto Interior, devida à influência das marés, as águas pluviais não são escoadas em tempo útil. As inundações afectam o troço final da Av. San Ma Lou, da Rua de Cinco de Outubro e da Rua da Tercena. Vamos abrir um esgoto na Avenida de Demétrio Cinatti para reter as chuvas, e nas pontes 25 e 26 do Porto Interior será construída uma casa de bombas para extrair águas pluviais retidas. Com esta obra estimamos reduzir a possibilidade de ocorrência de inundações.

É este o ponto da situação na Taipa e em Macau.

Presidente: Passo a palavra ao Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Temos 26 Srs. Deputados inscritos para usar da palavra. Hoje são 13 e amanhã outros 13.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Receio que a Sra. Secretária não vá ter tempo para responder às minhas questões. De qualquer forma apresento estas perguntas.

Antes de mais, dou os meus parabéns ao IACM, que assume uma parte da responsabilidade no sentido de resolver as inundações. Faço votos, sinceramente, para que tenha êxito em prol do bem-estar dos residentes de Macau.

Mas alguns assuntos merecem censuras. O IACM acompanha há muito os assuntos cívicos. No relatório das LAG apresentadas este ano o Primeiro-Ministro Wen referiu... perdão, o Chefe do Executivo referiu a intenção de resolver os problemas relativos aos altos preços de bens de consumo e ao monopólio de importação de alimentos. Nas LAG da área da Administração e Justiça não se faz referência a isto. Nem um parágrafo sequer. Só agora vão actuar. O que é que essa actuação tão tardia acarretou? Estiveram atentos, estudaram, acompanharam os assuntos, criaram mais comissões e gabinetes, realizaram estudos interdepartamentais, e depois instituíram mais comissões. Sinceramente, depois de tanto planeamento, acho que têm agora óptimas oportunidades para actuar. Nos últimos anos tentaram ultrapassar as dificuldades para acabar com os monopólios e não conseguiram. Porquê? Porque não aumentaram as oportunidades para diversificar a importação, evitando os monopólios. Ao longo dos anos não conseguiram desmonopolizar, e agora devem aproveitar uma conjuntura favorável para concretizar o plano de desmonopolização. Caso contrário, limitam-se a acompanhar e estudar, ficam de braços cruzados e nada concretizam. Em Dezembro vão participar numa reunião no interior da China, mas, por este andar, tudo será inútil. Vão continuar a estudar. Esta é a diferença! Se intervierem a tempo, e aproveitarem a oportunidade, podem avançar com sucesso. Só que nos últimos anos baixaram os braços, apesar de terem surgido algumas oportunidades. Em Dezembro esperamos ter boas notícias. É isto que justifica a falta de confiança nas suas LAG.

Por que razão não obtiveram resultados? Vendo a Sra. Secretária Chan, lembro-me da “lei de Parkinson” na ciência de gestão: quando um dirigente incompetente nomeia subordinados tem medo que estes sejam mais competentes e evita dar-lhes oportunidade. Na altura do estabelecimento da RAEM, os SAFP e a DSAJ eram responsáveis pelos assuntos da área da Administração e Justiça. Depois, com o surgimento de maiores solicitações, foram instituídos na área da Justiça o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, o Conselho Consultivo da Reforma Jurídica e o Gabinete para a Reforma Jurídica. Portanto, criam-se cada vez mais organismos. Na área da Administração temos a Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública, o Conselho Consultivo para a Reforma da Administração Pública, etc. Quando terá lugar a fusão desses organismos? Será só quando o respectivo pessoal se reformar? Só quando não tiverem nada para fazer é que vão proceder à fusão de gabinetes? Esta forma de agir persiste e na área da tutela da Sra. Secretária o Governo continua a implementar “inovações”. Por exemplo, determinada pessoa reúne vários títulos e funções: chefe do Gabinete do Chefe do Executivo, porta-voz do Governo, coordenador do Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, coordenador do Gabinete Preparatório do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, coordenador do grupo de redacção do Protocolo de Cooperação Guangdong-Macau, responsável da parte de Macau pelo mecanismo de comunicações

Macau-Taiwan, nomeado por despacho, delegado do Governo junto da TDM, membro da Comissão de Designação de Medalhas e Títulos Honoríficos. Perguntámos-lhe, porquê? Ele explicou: não há elites em Macau. Por exemplo, os SAFP “engordam”, e, por outro lado, uma pessoa acaba por ter muitos “chapéus”! Nenhuma tarefa seria executada se tudo dependesse das comissões, gabinetes e comissões interdepartamentais.

Resultado? Hoje muitos Srs. Deputados discutiram com a Sra. Secretária, tendo sido abordadas bastantes questões. De notar que há já muitos anos foram apresentados muitos projectos, incluindo o Roteiro da Reforma da Administração Pública – 2007/2009. Então, anunciaram que, devido a problemas sociais prementes, lançavam o processo de aperfeiçoamento jurídico, incluindo a revisão do Código de Processo Civil, a revisão do Código de Processo Penal, a revisão da Lei de Terras, a regulamentação do regime de venda de fracções em construção, a regulação do licenciamento de mediadores imobiliários, a produção da lei do acidente médico e constituição de um regime de consulta para políticas públicas. No próximo ano o Governo vai criar o regime de recrutamento centralizado dos trabalhadores dos serviços públicos, que integra o Roteiro da Reforma da Administração Pública. Disseram que se aplicava o regime de responsabilização para esse roteiro de reforma. E o que fizeram afinal? Os projectos programados caíram num buraco escuro. E depois o que irá acontecer? No fundo desse buraco escuro vê-se o exosqueleto de uma cigarra. Há dias, um residente velhote pediu-me que entregasse um pacote de chá de medicina chinesa à Sra. Secretária. Agradeço que a Sra. Secretária tenha aceite esta oferta. Este chá tem sabor agridoce e não é venenoso. Os chás da medicina chinesa não têm veneno. Este chá é indicado para crianças, quando acordam assustadas à noite. É bom para limpar o “ar quente”. O que significa o exosqueleto de cigarra? Vemos a cigarra que já tinha largado o exosqueleto. Porque quis a cigarra deixar o exosqueleto? Porque não conseguimos encontrar nada sobre a reforma do Código de Processo Civil. Desapareceu tudo? Perguntamos repetidamente: o que saiu dali? 34 projectos menos 33, é igual a 1. Afinal, dos 34 projectos do Roteiro da Reforma da Administração Pública, 33 foram concluídos. Só há um inacabado. Qual? Encontramos isto: a revisão do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil saiu do exosqueleto, como a cigarra. Resta apenas o exosqueleto. Já passaram os anos de 2007, 2008 e 2009, e ficou apenas um exosqueleto. Mas ainda vai ter de aplicar o regime de recrutamento centralizado dos trabalhadores da função pública e de aperfeiçoar o regime de consulta para políticas públicas.

Fazendo bem as contas, deixa cá ver... Ah, encontrei o Código de Processo Penal! Este código é um dos 15 projectos da área da Justiça referidos no relatório das LAG. Espero vê-los finalizados nos finais deste ano. No entanto, nos 15 projectos não vejo o Código de Processo Civil. Ou seja, não tem a certeza se consegue ou não finalizar no próximo ano este projecto. Dos 15 projectos não constam a regulação do licenciamento dos mediadores imobiliários, a venda de fracções em construção e a lei do acidente médico. A revisão da Lei de Terras também não consta dos 15 projectos a concretizar no próximo ano. Em suma, alguns estão lá, outros não. O regime de recrutamento centralizado foi aprovado em 2009, mas não prepararam nada para a sua aplicação, de forma que este ano ainda não vão conseguir fazer o recrutamento centralizado das carreiras gerais, passando-o para o próximo ano. Bem, assim, já não se fala nas carreiras especiais. Porque é que isto acontece?

Prometeram aperfeiçoar o regime de consulta de políticas públicas. Nos anos de 2007 a 2009 deveriam ter revisto este regime, mas só

agora é que vão iniciar a auscultação sobre um conjunto de normas a lançar. Esse conjunto de normas resolverá os problemas? Sinceramente, acho que se não permitisse a integração de Deputados eleitos por sufrágio directo por sector funcional nesse conselho consultivo, e se não concedesse a Deputados eleitos por sufrágio directo por freguesias o direito de participação nos assuntos cívicos, seria difícil aperfeiçoar o regime de consulta de políticas públicas. Falta ainda fazer muito!

Assim, acredito que no próximo ano o Governo vai conseguir lançar o regime de recrutamento centralizado dos trabalhadores dos serviços públicos. Mas qual foi o preço que a sociedade pagou? Os meus colegas já falaram nesta questão. Nos últimos anos o que sucedeu? O número de trabalhadores da função pública aumentou. O que quer dizer isto? Ou seja, contornando o regime de recrutamento centralizado, procederam a mais contratações através de práticas de nepotismo. Portanto, antes da entrada em vigor desse regime, admitem todos trabalhadores que quisessem. Perceberam!?

Nos anos anteriores à entrada em vigor do regime de acesso, quem tinha “padrinho” beneficiou desta mobilidade do pessoal e acesso. Só depois disto é que foi criado o regime de acesso tardio. Só fazem o recrutamento para as carreiras gerais? E as carreiras especiais?

O regime de consulta de políticas públicas continua a não ser revisto há anos, e isso prejudicou a popularidade do Governo.

O que significa a suspensão da revisão da Lei de Terras? Todos os terrenos foram concessionados! Deve continuar-se com essa revisão, uma vez que ainda vai servir para os aterros novos! Não parem de rever a Lei de Terras! Os terrenos foram partilhados entre diversos concessionários, aproveitando esse atraso. A isso se chama contemplar o exosqueleto da cigarra! Como implementar o regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos? Como conseguir que assumam responsabilidades?

Por falar em assumir a responsabilidade, quando vemos uma cigarra a sair do exosqueleto ocorre-nos a expressão popular chinesa que refere a opção entre sucessão não hereditária ou abdicação. Um dirigente incompetente que, segundo a “lei Parkinson”, provocou a “inflação” dos serviços públicos, e não mostra capacidade para executar tarefas de acordo com as prioridades, deveria demitir-se. É a única forma de reformar de vez o mecanismo, e assim se calhar tudo será diferente para melhor. Em prol da situação global e de um melhor futuro de Macau, não será necessário dar mais atenção à “sucessão não hereditária”?

Em relação ao exosqueleto da cigarra, é muito simples: a ideia é “enterrar o velho para trazer o novo”! Como enterrar o velho para trazer o novo? O que quer dizer o “velho”? Quer dizer o padrão desactualizado! O padrão desactualizado quer dizer que em Macau, num território pequeno, as pessoas sabem de tudo, mas quando se tratam de matérias de suma importância por resolver, a forma de actuação é: estar atento, estudar, acompanhar; estar atento, estudar e acompanhar. Portanto, arrastam-nas ano após ano. “Enterrar o velho para trazer o novo”, quer dizer abandonar esse padrão desactualizado, especificando os problemas para os resolver em tempo útil, em vez de os arrastar, ano após ano. Há matérias cuja execução leva anos, nem sempre todas as matérias são de execução urgente, mas há matérias que devem ser feitas em tempo útil.

“Enterrar o velho para trazer o novo” ainda tem outro significado. Isto é, há coisas precisando de ser “varridas”, caso contrário ficam

para sempre. Por exemplo, há pessoas que estão a comer almoços políticos gratuitos, essas pessoas têm direito de participação em tudo, e mais ninguém tem. Se lhes perguntarem: para se ser justo é melhor participarem todos? Eles responderão logo: devagar, vamos reflectindo. Portanto, nem daqui a 50 anos se conseguiria avançar com alguma coisa, se dependesse do “sim” dessas mesmas pessoas.

Portanto, há muitas matérias que carecem mesmo de ser resolvidas em tempo útil, incluindo o atraso na legislação. A reforma política não pode continuar a atrasar-se. O não atraso na reforma política significaria que o Governo teria de apresentar rapidamente uma solução que fosse aprovada à força? Não é essa, de forma nenhuma, a ideia! O não atraso na reforma política quer dizer que se deve “enterrar o velho para trazer o novo”, permitindo a todos participar, pronunciar-se, liberalizar o poder decisório. Não se deve dar ouvidos a quem diga: fazer a reforma política? Está bem, vamos ouvir as comissões eleitorais, Deputados, e os que tenham direito ao sufrágio indirecto, para chegar a um consenso. Não é isso! A reforma política é: tendo em conta a justiça, todos podem participar; nos termos da LB todos têm o direito de participar e eleger. Portanto, deve convidar-se todos os residentes adultos da RAEM a pronunciarem-se; devem facultar-lhes informações, para que eles tenham oportunidades justas para se pronunciar, no sentido de chegar a um consenso da sociedade. Não devem perguntar a um pequeno círculo de pessoas que tenham interesses envolvidos, porque a resposta deles seria sempre esta: “Tenham calma, tenham mais cautela”. Porquê? A resposta é muito simples, porque só eles é que podem participar e mais ninguém. Se lhes perguntassem: não seria melhor se fosse mais justo? Então, parecia mal se negassem, e diriam: vamos reflectir melhor; é melhor mais tarde, quando eu me reformar. Portanto, agradeço a resposta da Sra. Secretária sobre como conseguir “enterrar o velho para trazer o novo”, no âmbito da reforma jurídica, da reforma política, da reforma da Administração Pública? Como ultrapassar o círculo de “estar atento, estudar, acompanhar; estar atento, estudar acompanhar”, para resolver problemas em tempo útil? Tendo em conta a situação global da RAEM, que venha mesmo a “enterrar o velho para trazer o novo”, criando uma nova conjuntura, está bem?

Obrigado.

Presidente: Bem, Srs. Deputados:

Embora nos restem ainda 5 minutos, declaro encerrado o Plenário de hoje, e amanhã vamos continuar com o Plenário.

(Interrupção do Plenário)

Presidente: Sra. Secretária, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Prossigamos a ordem do dia de ontem, que é o debate das LAG da área da Administração e Justiça para o ano de 2011. Hoje, ainda temos 13 Srs. Deputados para usar da palavra na primeira ronda. Tem a palavra o Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo:

Hoje sou o primeiro a usar da palavra na segunda ronda. Sinto-me com alguma pressão, pois sou Deputado eleito por sufrágio directo. Se fizesse um espectáculo, não me parecia ser necessário. Mas se

não o fizesse, parecia faltar empenho. Bem, de qualquer forma trabalho no “palco” e as pessoas vêm de fora. Por outras palavras, tenho a consciência tranquila, trabalhando com pragmatismo, Sra. Secretária.

Uma região administrativa especial equivale à governação de uma sociedade. Há dias já disse ao “Sang Gó”, há sujeito, objecto e conteúdo. Ou seja, o sujeito é a RAEM, o conteúdo são as acções governativas e o objecto é a população. Na página 33 das LAG da Sra. Secretária refere-se a coordenação das funções da estrutura. Está muito bem! A reforma da Administração Pública obriga a actualizar as funções. Com esta mentalidade, faz-se a fusão entre o Gabinete para a Reforma Jurídica e o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional. Embora haja divergências sobre esta fusão, a meu ver, é positivo. Como ontem não ouvi bem, quero perguntar à Sra. Secretária: depois da fusão destes dois gabinetes, como será a posição da DSAJ? Não haverá lugar a uma “inflação”?

Há ainda por fazer a optimização dos outros organismos, por exemplo, o Gabinete para os Recursos Humanos e a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais; a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental e o Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Enérgico; o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas e o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, etc. Não seria uma “inflação”? Como será a coordenação? Parece que está a haver uma “inflação”.

Há serviços públicos com falta de competências, por exemplo, o Conselho de Consumidores e o Instituto de Habitação. A política de habitação tem maior importância, pois está ligada ao sustento da população. Terão estes serviços competências suficientes? A Sra. Secretária tutela a área da Administração e Justiça, mas estes serviços não são da sua área. Ontem um colega meu perguntou: perante esta situação, como é que a Sra. Secretária coordena? Gostava de ouvir a sua resposta.

Há dias, afirmei dar o meu apoio ao aumento do subsídio e ao aumento salarial dos funcionários públicos, mas há uma coisa que merece maior atenção. Entre 1999 e hoje, o número de funcionários públicos passou de 17,239 para 22,500. O Sr. Director dos SAEP esclareceu que os 22,500 incluem os contratados em regime do quadro e além do quadro. Só que os últimos dados mostram que até Setembro o número é de 22,777. Ou seja, de 2005 para cá, aumentou 32%, perdão, desde o retorno à Pátria para cá aumentou 32%; de 2005 para cá aumentou 24%. Em termos demográficos, de entre 4,2 habitantes, 1 é funcionário público; dos 22,777, os trabalhadores da área da Sra. Secretária representam 12,77%, o equivalente a 2,908 trabalhadores. Este número conta apenas com os que são contratados em regime do quadro. Só que a AL só tem 74 trabalhadores, o menor serviço de todos. Vejamos mais: nos nove meses entre 2009 e 2010, foram contratados 91 trabalhadores com o índice entre 800 a 899, um aumento de 99%; foram contratados mais de 400 trabalhadores com o índice entre 200 a 299. Devemos examinar estes números. Estou de acordo que o desenvolvimento social requer funcionários públicos com alta qualidade. Para o bem-estar da sociedade, o aumento é inevitável.

A seguir, falo na responsabilização e integridade dos membros do Governo. Antes de mais, faço uma citação da 2ª questão – integridade – do discurso do Primeiro-Ministro Wen, no encontro com os titulares dos principais cargos de Macau: “Na sociedade de Macau é indispensável ser-se íntegro, especialmente no caso dos governantes, que devem merecer o respeito dos cidadãos, não pelos

cargos que ocupam, mas como pessoas incorruptas, e agir de forma justa e imparcial para estes terem uma noção clara dos factos. A dignidade vem da integridade, e com esta a confiança das pessoas. O respeito das pessoas conquista-se com a coerência dos actos e das palavras”. Portanto, é absolutamente necessário o regime de responsabilização dos governantes. É absolutamente preciso. Mas, no relatório das LAG de 2010, o Chefe do Executivo referiu três responsabilidades. Uma responsabilidade está referida nestas LAG para o próximo ano, mas a Sra. Secretária só refere nas LAG o reforço da responsabilização dos governantes com umas expressões simples. Quero saber como funciona essa responsabilização? Nas LAG para o ano de 2010 referiu-se liderar pelo exemplo, mas nas LAG para o ano 2011, para o próximo ano, não se vê nada disso. Já falei na questão da integridade, através da citação do discurso do Primeiro-Ministro Wen. Nas LAG da Sra. Secretária, para o ano 2011, gastaram-se apenas 295 caracteres chineses para explicar o reforço da integridade, com sugestões, recomendações, sensibilização e aprofundamento do conhecimento, etc. Queria que a Sra. Secretária explicasse como conseguir que os mais de 20 mil funcionários públicos sejam íntegros? Nos últimos dias, os meus colegas já colocaram dúvidas sobre a integridade em Macau, podendo afirmar-se até que em alguns serviços a situação é bem grave.

Na página 36 das LAG, a Sra. Secretária fala na tradução sino-portuguesa. Durante a visita a Macau, estando presente no *Forum* sino-português, o Primeiro-Ministro Wen revelou seis ideias. Na 4ª ideia salientou-se o apoio à criação de um centro de formação de tradutores de chinês-português. No seu discurso, referiu que em Macau funciona um sistema financeiro livre, dispõe-se de muitas pessoas bilingues em chinês-português, o que constitui uma plataforma importante para a cooperação na economia e comércio entre a China e os países lusófonos. Bem, quero perguntar à Sra. Secretária: de quantos tradutores de chinês-português com alta qualidade dispõe? São suficientes? Como será a política a curto e longo prazo? Nas LAG, a Sra. Secretária revelou concluir em três anos a verificação da tradução da legislação deixada pela história. De quantos tradutores dispõe? São suficientes? No próximo ano vão dar formação a mais de vinte magistrados, como será isso feito? Gostava que a Sra. Secretária explicasse esta questão.

O que disse o Primeiro-Ministro Wen na área da Justiça? Estas foram as palavras dele: “Encontra-se sujidade escondida nos espaços invisíveis. É imperativo aperfeiçoar constantemente a legislação, orientar e educar as pessoas para criar o espírito moral, valorizar a justiça social, e desfazer os factores instáveis na sociedade”. Ele disse ainda que “o aperfeiçoamento jurídico deve começar pela moralidade”. Bem, nas LAG para o ano 2011 a Sra. Secretária afirmou dar prioridade aos projectos legislativos que se relacionam com a vida da população. Acho isso muito bem! Acabei de dizer aos jornalistas que umas fracções do Edifício “Hong On” funcionam como pensão ilegal. Sei que para as combater os funcionários públicos trabalharam de forma zelosa, desde o dia 13 de Agosto. Mas, apesar do combate iniciado nessa data, acho que a lei que regula as pensões ilegais não é suficiente. Uma vez que esta matéria envolve o sustento da população, carece de mais leis, tal como os projectos legislativos que estão inscritos nas LAG, a fazer no ano 2011. Porém, quero perguntar: os artigos 1313º a 1372º, do Código Civil, regulam as matérias dos assuntos cíveis... mas vejam, por exemplo, a disputa no complexo “La Baie Du Noble”, e noutros, onde foram criadas duas associações de condóminos e duas comissões de administração do condomínio. Será que esses problemas sucederam só agora? Não, são problemas de anos. Estes

problemas estão ligados ao sustento da população. Depósito toda a minha esperança nas LAG para o ano 2011, com vista a ver os projectos legislativos implementados verdadeiramente. Estou à espera. Disputas como a do complexo “La Baie Du Noble” são muitas e têm muitos anos.

Nas LAG fala-se na comunicação com a AL, na articulação com a AL. Fiquei muito satisfeito! Na RAEM funcionam os três poderes e, no âmbito da predominância do poder executivo, ao órgão legislativo cumpre aperfeiçoar a legislação, que é sua função principal. Não entra em contradição com o poder executivo. Portanto, afigura-se ser de toda a necessidade assegurar uma cooperação sincera. Assim, fiquei muito satisfeito! Todos os projectos legislativos agendados já se encontram inscritos nas LAG. Espero que os trabalhos sigam esta agenda. Quanto à resposta às interpelações escritas, compreendo as dificuldades de encontrar bons tradutores de chinês-português, por exemplo, vejam na página electrónica da AL, onde se encontram colocadas as interpelações escritas só em chinês, sem a versão portuguesa. Embora os colegas ao meu lado saibam ler chinês, outros precisam da versão em português. Acho necessário reforçar este aspecto.

Quanto às interpelações escritas apresentadas pelos Srs. Deputados, fui ver na *Internet*, a Sra. Deputada Leong On Kei e eu apresentámos interpelações escritas em Janeiro e Fevereiro, e não nos responderam; algumas interpelações apresentadas em 28 de Abril, 15 de Março, 12 de Janeiro e 7 de Maio, não receberam respostas. Tenho muito prazer em ver a Sra. Secretária afirmar a necessidade de estreitar a cooperação com os Srs. Deputados à AL, para levar a bom porto os projectos legislativos. Caso contrário, para avançar com a democratização do sistema político, que opinião o cidadão teria em relação a nós? Seria naturalmente esta: “Ó Sr. Deputado Ung Choi Kun, não fez nada na AL, porque o elegemos? Não valeria mais eleger outro?”. Portanto, deve haver uma cooperação sincera entre o Governo e o órgão legislativo.

Falo a seguir nos órgãos judiciais. Na cerimónia da abertura do ano judicial deste ano, o Procurador-Geral do Ministério Público e o Presidente do Tribunal de Última Instância revelaram as dificuldades no âmbito da administração da Justiça. Nas LAG, a Sra. Secretária refere a articulação com os órgãos judiciais, em termos da administração da Justiça. Quero reiterar a necessidade de reforçar a administração da Justiça, nomeadamente continuando a ministrar cursos de formação de magistrados no próximo ano.

Nas LAG, a Sra. Secretária refere também que a pedido da Associação de Advogados de Macau ir-se-á ministrar cursos de formação para advogados e advogados estagiários, no âmbito do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal. Não estou mesmo a perceber, agradecia um esclarecimento da Sra. Secretária. No Estatuto da Associação dos Advogados de Macau encontrei isto: “é uma associação pública”. Então, ela é igual à Associação dos Arquitectos de Macau, à Associação de Desenhistas de Macau e à Associação dos Contabilistas de Macau. São todas associações públicas. Quanto à definição de “associação pública”, gostava que me esclarecesse: por que razão aquela associação pode solicitar ao poder executivo que ministre cursos de formação para advogados? Sendo advogados, podem exercer a advocacia, faltando apenas passar nas provas... de magistrados... É muito estranho, por que é que os advogados precisam de frequentar cursos de formação complementares? Não estou mesmo a perceber nada, agradeço um esclarecimento da Sra. Secretária.

A seguir, falo na divulgação da LB. Na página 43 das LAG, a Sra. Secretária refere reforçar a divulgação da LB. É necessária essa divulgação! A LB é uma importante lei de Macau, tudo deve obedecer à LB. Isto é normal. Ontem a Sra. Secretária revelou ter sido divulgada a LB no exterior de Macau. Sim, assisti a essa actividade, que correu muito bem. Mas quero saber como está a divulgação da LB dentro de Macau? Como divulgar a LB junto dos alunos do ensino primário, secundário e superior? Como é essa divulgação? O que quero dizer é: pensou em incluir a LB nos materiais pedagógicos? Até porque se trata de um princípio!

Quanto ao aspecto electrónico, estava no meu plano intervir sobre a DSAJ, uma vez que ainda há muitas leis por rever, mas já se esgotou o meu tempo. Sra. Secretária, pode verificar porque a DSAJ ainda tem muitas leis por rever.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, caros Colegas:

Ontem, devido à falta do tempo, o Governo não teve tempo para responder às questões do Sr. Deputado Ng Kuok Cheong, e passa a responder e esclarecer hoje as questões sobre a sobreposição de competências dos serviços públicos e das pessoas com vários cargos.

De acordo com o Compêndio de Matéria Médica, o exosqueleto de cigarra serve para curar a visão fraca. Espero que os exosqueletos de cigarra que o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong ofereceu ontem à Sra. Secretária consigam produzir bons efeitos, para que não tenha visão fraca na área da Administração e Justiça.

Eis algumas questões substanciais a que quero dar seguimento. A primeira incide sobre a isenção de vistos nos passaportes da RAEM. Actualmente, há mais de 140 países que concedem ao passaporte da RAEHK isenção de visto de turista, mas só pouco mais de 80 países é que concedem à RAEM a isenção de visto. Recentemente mais países concederam ao passaporte da RAEHK a isenção de visto, tais como a Rússia e a Ucrânia. No entanto, o passaporte de Macau não consegue acompanhar isto, o que significa que o Governo não é tão progressista como Hong Kong. Até os residentes do interior da China, titulares do passaporte chinês, podem viajar para Guam com isenção de visto. Assim, alguns cidadãos ficaram preocupados com o facto de o passaporte da RAEM ficar para trás. É de aplaudir a implementação do passaporte electrónico, mas é lamentável que esta medida não tenha produzido efeitos.

Outra questão incide sobre a melhoria da vida da população. Como encurtar a diferença dos preços, entre Zhuhai e Macau, de cereais, óleos e outros géneros alimentícios? Como resolver o monopólio do mercado grossista? Reparem que não se ouviu a resposta da Sra. Secretária. Mais logo espero uma resposta da Sra. Secretária.

Quanto ao recrutamento centralizado, parece que a Sra. Secretária também não respondeu à questão do Sr. Deputado Pereira Coutinho: porque é que alguns funcionários públicos incompetentes foram promovidos? A meu ver, o Governo deve ser firme em matéria de princípios, cumprindo as respectivas normas no recrutamento de pessoal. Porque, na prática, as normas não são respeitadas. Durante o debate da proposta de lei das carreiras gerais, fizeram chegar-me muitas queixas e reivindicações relacionadas com a dispensa de

habilitações académicas. Bem, para alguns, sem “apoios”, o Governo actuou sem piedade, não lhes concedendo dispensa; para outros candidatos, alguns governantes abriram a “porta das traseiras”. Por exemplo, o anterior presidente do Instituto do Desporto contratou um candidato sem respeitar as normas. A meu ver, para se fazer um recrutamento publicitado, justo e imparcial, além de reforçar o mecanismo de recrutamento centralizado, deve ainda criar-se um serviço com competência para reconhecer habilitações académicas, evitando desta forma uma actuação individualizada e o nepotismo.

Qual o número de trabalhadores públicos considerado racional? Na minha opinião, aquando da constituição de um Governo servidor do público, o mais importante é fazer-se uma avaliação do desempenho, com vista a maximizar os benefícios dos recursos investidos pelo Governo; o que não traz benefício deve ser eliminado. Entretanto, tendo em conta o resultado da avaliação do desempenho, deve proceder-se à reforma do regime do pessoal, otimizar-se a reorganização dos diversos serviços públicos; deve administrar-se os serviços públicos estabelecendo metas, e os que não conseguem atingir as metas devem ser objecto de reorganização; tendo o resultado da avaliação do desempenho como directriz, transformar a prestação de serviços ao público num mercado; deve ter-se em mente o grau de satisfação do cidadão como parâmetro, em vez da opinião do pessoal de direcção.

Levanto agora outra questão sobre a área da Administração e Justiça. Alguns colegas acham que é uma tendência mundial desenvolver a democratização do sistema político. Bem, 11 anos contados desde o retorno à Pátria, penso que ninguém contraria a discussão sobre a rota a ser dada ao desenvolvimento da democratização do sistema político. A questão que se coloca é: a área da Justiça chegou ou não estudar e planear a reforma do sistema político, no sentido de proporcionar ao público mais informações, permitindo um debate público sobre a alteração do sistema político de Macau?

Agora, o Governo da RAEM deve estar empenhado, com iniciativa e zelo, em auscultar e recolher opiniões da sociedade sobre a reforma política, com vista a preparar uma proposta de reforma política para o debate público, em vez de recolher, às escondidas, opiniões de um grupo pequeno de pessoas; deve arrancar gradualmente com as etapas da reforma política, em vez de estar inerte, atribuindo a responsabilidade ao público.

Quanto à comparticipação pecuniária, bem, para umas pessoas, 2 mil patacas representam uma aposta no casino, ou uma refeição, mas para uma família numerosa, 2 mil patacas servem de bóia de salvação para contrariar a inflação persistente. Como foi possível que o Governo não desse atenção a este aspecto, na implementação do Plano de Comparticipação Pecuniária do próximo ano? Na segunda-feira passada, coloquei ao Secretário para a Economia e Finanças esta questão: tendo receitas bem avultadas no próximo ano, por que razão reduziu o valor da comparticipação pecuniária, em vez de a aumentar? De que política eficaz o Governo dispõe para contrariar a inflação? Na altura, o Sr. Secretário Tam manifestou apenas estar atento e a dar articulação à política do Governo. Bem, compreendo a posição dele, pois ele não faz parte do Conselho Executivo, compete-lhe apenas executar as políticas do Governo. Então, pergunto: sendo membro do Conselho Executivo, a Sra. Secretária chegou a pensar no sentimento dos residentes, ao discutir e estudar a implementação do Plano de Comparticipação Pecuniária do próximo ano? Não se pode confundir o Regime de Poupança Central com a comparticipação pecuniária, tendo cada uma delas

finalidade diferente. Quando a mentalidade está fora da realidade, quando os canais de auscultação estão bloqueados, como é possível saber com precisão a opinião do público?

O Sr. Secretário Tam revelou que em Fevereiro do próximo ano terá lugar o pagamento da comparticipação pecuniária; na primeira metade do próximo ano, irá examinar a taxa de inflação, com vista a adoptar as medidas necessárias. Perguntei ao Sr. Secretário Tam quais os mecanismos de acção concreta? Ele não conseguiu responder, pois responsabiliza-se apenas pela aplicação de políticas. O “cérebro” da RAEM está no Conselho Executivo, mas a Sra. Secretária faz parte do Conselho Executivo. Então, quero perguntar à Sra. Secretária: no próximo meio ano, de que mecanismos dispõe? Quais são os governantes responsáveis? De que boas políticas dispõe? Diga-nos, concretamente! O Sr. Secretário Tam não conseguiu responder, mas sendo membro do Conselho Executivo, a Sra. Secretária pode revelá-los concretamente?

Quanto à rota definida para as acções governativas da área da Administração e Justiça, ofereço três caracteres chineses à Sra. Secretária: “mar, grande e peixe”. A Sra. Secretária deve liderar o desenvolvimento da política ecológica de Macau, deixando de estar na água estagnada do lago Nam Van, e indo rumo ao mar do Sul da China, em direcção à governação democrática, ao encontro da tendência mundial; no entanto, deve ter um coração generoso, acolhendo verdadeiramente a opinião pública. Tal como disse o Primeiro-Ministro Wen, deve ter-se em mente a situação global, não ficando obcecada com os grupos de “interesses ocultos” e, no final, deve lembrar-se que é um peixe, e a população é a água. O peixe não sobrevive sem água. A “água” dos grupos pequenos é água estagnada, não é água fresca. Portanto, a Sra. Secretária deve contar com a colaboração estreita do cidadão, e assim irá conseguir fazer alguma coisa na área da Administração e Justiça.

A Sra. Secretária não está nesse cargo para prestar um trabalho voluntário, podendo ainda fazer algo de bom. Portanto, espero ver na área da Administração e Justiça uma árvore onde os pássaros pousem, em vez de uma figueira amaldiçoada.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Mei Yi.

Chan Mei Yi: Obrigada Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Refere-se na página 22 das LAG da Sra. Secretária que “a elaboração do primeiro relatório sobre a parte da RAEM no cumprimento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências na China se encontra já concluída”. No aviso do Chefe do Executivo n.º 2/2009, lê-se que a Convenção entrou internacionalmente em vigor na República Popular da China, incluindo na sua Região Administrativa Especial de Macau, em 31 de Agosto de 2008. Estamos nos finais de Novembro de 2010, quero perguntar à Sra. Secretária se dispõe ou não de um plano concreto para aplicar esta Convenção? E qual é o calendário?

Sei que esta convenção abrange áreas bem vastas, envolvendo as áreas dos outros Secretários. Por exemplo, as estradas são da área do Secretário Lau. Como é que a Sra. Secretária coordena isto com outros Secretários? Como define as atribuições de cada Secretário? Tal como se refere na página 33 das LAG... “efectuar a revisão e o

aperfeiçoamento do mecanismo de coordenação interserviços nas estruturas do Governo, nomeadamente no que se refere à distribuição das atribuições.”.

De notar que a realidade de Macau é esta: a implementação de uma política implica as áreas de diferentes Secretários. Por exemplo, em Hong Kong, o combate à subida dos preços dos imóveis compete ao Secretário para as Finanças, que deve produzir e divulgar as respectivas políticas. Mas em Macau compete ao Secretário Lau aplicar as “dez medidas do Lau”. O combate à subida dos preços dos imóveis envolve a área das Finanças, uma vez que uma das “dez medidas do Lau” tem a ver com a hipoteca bancária. Esta matéria deveria ser da competência da Secretaria para a Economia e Finanças. Quanto a isso, que papel desempenha o Sr. Tam, o Secretário para a Economia e Finanças? O facto de ser o Secretário Lau a emitir as medidas significaria que ele teria toda a competência para isso? E no caso de falhar esse combate, seria o Secretário Lau o responsável?

Com este exemplo, quero levantar outra questão: o regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos. Numa companhia cada empregado tem de assumir as suas responsabilidades, devendo desempenhar devidamente as suas funções, muito mais o devem fazer os funcionários públicos, que servem mais de 500 mil habitantes. Mas cumpre esclarecer isto: o regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos visa dizer aos governantes quais são as suas responsabilidades, para servirem melhor a população, em vez os eximir dos erros graves cometidos no exercício das suas funções. Não é esta a nossa intenção. Convém corrigir esta mensagem errada, evitando conflitos entre o cidadão e os governantes. Sra. Secretária, é importante definir claramente as responsabilidades de cada Secretário. Sem uma definição clara entre as competências e as responsabilidades, quem assumiria a responsabilidade? Todos sacudiam a água do capote e no final ninguém assumiria a responsabilidade.

Nas LAG da Sra. Secretária refere-se a Lei de Terras. Falo nisto de propósito, uma vez que em Julho apresentei uma interpelação escrita sobre a Lei de Terras. Em Agosto, o Director Carion, da DSSOPT, respondeu: “para que, após a revisão, a Lei de Terras tenha maior operacionalidade e adaptação à realidade da sociedade, a proposta de lei será concluída neste ano, e depois será colocada em consulta pública, para recolha de opiniões”. Ou seja, estamos em Novembro, talvez no próximo mês tenha lugar a consulta pública. Nas suas LAG, a Senhora refere também a revisão da Lei de Terras. Pode garantir que a proposta de lei é submetida à AL no próximo ano e entra em vigor também no próximo ano? Acredito que não é possível para a Sra. Secretária responder-nos hoje. No caso de não ser possível apresentar essa proposta de lei, nós, Deputados, censuráramos a sua falha?

Por que razão digo isto? Porque a nossa actuação está a ser fiscalizada pelo cidadão. Perante as nossas falhas, o cidadão dir-nos-ia logo: como fiscalizaram o trabalho do Governo? Nada fizeram! Assim, de seguida, zangávamo-nos com a Sra. Secretária? Assim, dando voltas e mais voltas... e quem assume a responsabilidade? Espero que na elaboração do regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos a Sra. Secretária reflecta mesmo sobre como implementar efectivamente este regime, sem desapontar o cidadão, pois a responsabilização não se limita ao cumprimento do “período de nojo”.

Levanto uma terceira questão. Muitos colegas falaram no

recrutamento e acesso centralizado, pois isto tem muito a ver com a garantia de qualidade dos serviços a prestar pelos funcionários públicos no futuro. Quanto a isto, gostava que a Sra. Secretária nos apresentasse o conteúdo e a sua aplicação. Segundo as informações do Governo, a maioria dos trabalhadores foram contratados em regime além do quadro, para carreiras de vária ordem e diversas funções. No futuro, como abrangerão tantas áreas nas provas e acesso a realizar pela comissão? De notar que Macau é uma cidade pequena, as pessoas conhecem-se entre si, de forma que o relacionamento pessoal é muito próximo. Pergunto: como funciona o regime de impedimento nas provas? Como é que a Sra. Secretária resolverá isso? Como assegurar a imparcialidade, evitando gerar dúvidas? Gostava que a Sra. Secretária nos esclarecesse sobre a sua implementação.

Quarta questão. Quero manifestar as minhas opiniões sobre a formação do pessoal judicial. Dez anos depois do retorno à Pátria, continua a haver queixas por falta de pessoal judicial. É sabido que em Macau se aplica a legislação portuguesa. Se se pretender realizar uma reforma jurídica para satisfazer as necessidades de Macau acho que é preciso dispor de pessoas que tenham bom domínio da língua portuguesa e bom nível jurídico, porque só com essas pessoas é que se produzem políticas aptas aos residentes de Macau. Acho que o atraso na aprendizagem da língua portuguesa é mais grave do que o atraso legislativo, uma vez que, dez anos depois do retorno à Pátria, a aprendizagem da língua portuguesa não mereceu a atenção devida nas escolas. Agora, a língua chinesa é a língua oficial e a sociedade de Macau é uma sociedade de chineses; e como todos falam chinês, por causa disso, há poucas pessoas interessadas em aprender a língua portuguesa. Ontem alguns colegas apontaram a importância dos tradutores. Para assegurar a tradução, os tradutores devem ter um bom domínio da língua portuguesa e chinesa. Se não houver pessoas com bom domínio da língua portuguesa como será possível formar pessoal judicial? Assim, apresento esta sugestão: porque é que a Sra. Secretária não propõe a outro Secretário, ou seja, ao Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, que seja ensinada a língua portuguesa nas escolas? Tal como o Primeiro-Ministro Wen disse: o *Forum Macau* serve de plataforma. Neste contexto, existem muitas oportunidades para os jovens. O Governo deve divulgá-las. Segundo o meu conhecimento, muitas empresas do interior da China investem nos países lusófonos, tendo muita necessidade de contratar pessoas com bom domínio da língua portuguesa e chinesa. Se esta informação for amplamente divulgada junto dos jovens, estes terão mais saídas profissionais. É bom para eles. Acho que a essa informação não foi suficientemente divulgada. Todos têm a opinião de que não serve para nada aprender a língua portuguesa e, se for assim, com o passar do tempo haverá poucos interessados em aprender a língua portuguesa. Espero que a Sra. Secretária aborde esta matéria com outro Secretário. Embora Macau seja uma plataforma, poucas pessoas aqui aprendem a língua portuguesa. Por este andar, esta plataforma deixará de existir substancialmente, dificultando que Macau aproveite esse valor. Agradeço que a Sra. Secretária preste mais atenção a este assunto.

A quinta questão incide sobre as residências dos funcionários públicos. Nas LAG vemos que o Governo está muito atento aos problemas habitacionais dos residentes. Mas, segundo os meus dados, os funcionários públicos podem aceder às certas residências. Os meus dados mostram que há mais de 300 casas que se encontram devolutas. Não deverá o Governo racionalizar o uso dessas casas? Não deverá concedê-las aos funcionários públicos? Acho que a Sra. Secretária deve dar mais atenção a isto. O Governo não deve desperdiçar esses imóveis existentes. Sei que cabe à Direcção dos

Serviços de Finanças gerir o património público. Só que os trabalhadores públicos estão sob a tutela da Sra. Secretária. Não deverá tentar ajudá-los? Há 300 unidades devolutas, por que razão não ajuda a atribuí-las aos funcionários públicos? Aquelas casas não estão a servir para nada. De notar que os funcionários públicos, quer de nível baixo, quer de nível alto, não beneficiam nada da política de habitação. Como há casas devolutas, deve pensar em encontrar uma boa solução.

Última questão: ontem, muitos colegas manifestaram o seu ponto de vista sobre a democratização do sistema político. Aproveitando esta oportunidade, quero também expressar-me sobre esta matéria.

O que é a democracia? A meu ver, a democracia significa a liberdade de expressão, a fiscalização do povo sobre o Governo. A isso chamo democracia. Que tipo de sistema é bom? A resposta é: este sistema deve ser adequado aos seus residentes. Assim sendo, um sistema só é considerado adequado para um país ou território quando é adequado para os seus habitantes. Por que razão digo isto? Em muitos territórios e países elabora-se legislação ou sistemas adequados aos mesmos, tendo em mente as culturas locais. Estas culturas locais abrangem a religião. Quero dizer que Macau é um território onde vigora a liberdade de expressão, de constituição de associações. E Macau é caracterizado pela existência de associações. Se concordarmos que o andamento da democracia deve ser gradual, proponho que se realize um debate pelas associações. Chegando a um consenso, as associações poderão apresentar sugestões à Sra. Secretária. Se fosse o Governo que liderasse esta matéria os cidadãos poderiam não gostar, se fossem obrigados a seguir o Governo. Os cidadãos poderiam criticar: porque temos de dar ouvidos ao Governo? A minha ideia é: as associações podem tomar a iniciativa de realizar um debate, e quando obtiverem um consenso apresentarão ao Governo uma proposta. Estas são as minhas opiniões.

Como ainda me resta algum tempo, quero falar no IACM. Muitos serviços públicos promovem a protecção ambiental, a importância da família e o desporto para todos, etc. Segundo muitos residentes, após o retorno à Pátria, o IACM tem trabalhado com empenho nas zonas verdes, tendo construído jardins destinados às crianças e aos cidadãos. Tenho uma sugestão a dar: construir nas ilhas uma ciclovia em boas condições, para as famílias se divertirem nos feriados e, por outro lado, promover a prática do desporto. Agradeço que o Sr. Presidente Tam esteja mais atento a esta matéria.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Devido ao agravamento da inflação, os preços de bens de consumo passaram a ser preocupação comum. Ontem alguns colegas culpam o monopólio artificial pela subida destes preços. Segundo o meu entendimento, com o estabelecimento da República Popular da China, o fornecimento de produtos vivos ou frescos foi sempre assegurado pelas companhias chinesas instaladas em Macau. Estas companhias organizam permanentemente o envio de produtos vivos ou frescos do interior da China, para garantir a estabilidade de fornecimento a Macau, com preços estáveis, independentemente de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, ocorridos no interior da China. Trata-se de uma política do nosso país aplicada

a Macau. Quanto às companhias que fornecem produtos a Macau, a sua forma de venda é esta: entregam os produtos aos distribuidores para comercialização. Depois da venda, tirando 3% e 1.5% das comissões, que perfazem um total não superior a 4.5%, os distribuidores mandam todo o dinheiro da venda dos produtos para o interior da China. Isso é muito claro, não houve um aumento adicional do preço. Esta é a forma como decorre, por grosso, o fornecimento a Macau de produtos do interior da China.

Quanto à diferença dos preços entre Zhuhai e Macau, esta diferença tem origem na história, não se verificando hoje. O índice de preços no consumidor e os custos diferentes definiam esta disparidade, ao longo de anos, o que não sucede actualmente. Que eu saiba, no prazo de 10 anos, a contar de 1998, o preço da carne suína era o seguinte: 100 cates custavam 1.100 patacas, ou seja perto de 11 patacas um cate; até 2006, os preços desceram: 100 cates custavam 900 patacas; desde 2007, devido a factores como as calamidades naturais, começou a instalar-se uma pressão sobre o fornecimento a Macau de produtos do interior da China. Em 2009, o preço passou para 1.300 patacas por 100 cates; entre Janeiro e Outubro do corrente ano, o preço de 1.300 patacas mantém-se inalterado. De 1 a 22 deste mês, este preço continuou a manter-se: 1.300 patacas por 100 cates. Não foi alterado. Estas são as informações às quais tenho acesso. Devido à inflação, no interior da China sofre-se também a pressão do aumento dos preços. Por outras palavras, os preços poderão subir. Que eu saiba, os fornecedores adoptaram medidas para estabilizar, por enquanto, os preços.

Quanto ao monopólio artificial, o contributo daquelas companhias que asseguraram sempre o fornecimento estável de produtos a Macau é considerado um monopólio artificial? Essa classificação seria justa? Na era da Administração portuguesa, o Governo de então manifestou o reconhecimento pelo contributo das companhias que asseguraram sempre o fornecimento de produtos vivos ou frescos. Hoje, que atitude o Governo e os cidadãos deveriam ter? Espero dar uma avaliação racionalizada.

Findo este aspecto, falo nas LAG. Logo no início, a Sra. Secretária reiterou a intenção de servir melhor a população, tomar decisões de forma científica e construir um Governo transparente, de entre uma série de medidas. Acredito que estas LAG foram elaboradas tendo em conta as experiências da condução das acções governativas ao longo de 10 anos e as opiniões recolhidas na sociedade. Nas LAG encontram-se inscritas muitas medidas, o que demonstra a determinação do Governo para fazer reformas.

A implementação destas medidas requer, essencialmente, pessoas e legislação. Falo primeiro nas pessoas. Sabemos que nas LAG se reitera que os trabalhadores dos serviços públicos são activos valiosos da RAEM. De notar que os trabalhadores dos serviços públicos contribuíram significativamente, com o seu suor e sabedoria, para o desenvolvimento socioeconómico, de forma que o Governo deve valorizá-los e investir neles mais recursos, realizando acções de formação, para que os trabalhadores dos serviços públicos prestem melhor serviço aos cidadãos.

É pena que o regime dos funcionários públicos... estou a falar no regime de aposentação e sobrevivência... Alguns trabalhadores com muitos anos de serviço efectivo, que lhes permita a reforma, podem optar pela aposentação, para usufruir das garantias proporcionadas por esse regime. A isso se chama popularmente “vencimento permanente”. Não se exclui esta possibilidade: nos anos precedentes à data da aposentação, alguns desses trabalhadores podem ficar com

um espírito de “semi-aposentados”. Assim, o entusiasmo pelo trabalho ficará reduzido, causando um mau ambiente no trabalho. Por isso, tenho receio que na aplicação desse regime haja alguns trabalhadores bons que não queiram ficar e outros maus que queiram ficar. Em relação aos trabalhadores prestes a reformar-se, que prestaram muitos anos serviço ao Governo e que tenham muita experiência e conhecimentos da Administração Pública... o Governo, a meu ver, deve procurar manter os trabalhadores que tenham entusiasmo pelo trabalho, bom desempenho, para servir melhor o Governo e a sociedade. Por outro lado, eles podem ainda orientar os recém-ingressados na Função Pública, para que esses funcionários com pouca experiência possam aprender um bom modelo de trabalho e partilhar experiências profissionais.

Ontem, o Sr. Deputado Chui Sai Cheong e outros Srs. Deputados levantaram a questão sobre o reforço da formação do pessoal jurídico, nomeadamente pessoal jurídico bilingue. A baixa eficácia judicial foi alvo das críticas da sociedade nos últimos anos: processos amontoados de forma grave, morosidade nos julgamentos, falta de pessoal judicial, etc. O Governo tem afirmado que está a reforçar a formação de mais magistrados e advogados, mas poucos melhoramentos foram feitos. Embora nas LAG se refira outra vez este aspecto, além do sector do jogo e turismo, é preciso desenvolver adequadamente a diversificação. Acredito que agora se trata de uma fase em que é preciso construir a base. Assim, afigura-se urgente formar e ter em reserva mais pessoas qualificadas, em quantidade suficiente. Como os últimos dez anos foram anos perdidos, torna-se ainda mais necessário fazer mais esforços para recuperar as insuficiências existentes. Estou de acordo com o Sr. Deputado Chui Sai Cheong e outros colegas: é preciso acelerar a formação de mais tradutores. Espero que todas as áreas do Governo venham a dar a sua cooperação à elaboração e implementação das respectivas medidas, para preparar melhor o futuro desenvolvimento socioeconómico.

Falando na legislação, no relatório das LAG do Chefe do Executivo referem-se 15 projectos legislativos a concretizar, e nas LAG da área da Sra. Secretária refere-se também continuar a promover a produção jurídica. Embora seja criado um organismo central responsável pela organização e coordenação da reforma jurídica, tal como os meus colegas referiram, parece que as acções da reforma jurídica não estão agendadas como prioridades.

Cito como exemplo o serviço *one stop*. Ontem alguns colegas perguntaram sobre o efeito produzido pelo serviço *one stop*. Sabemos que com este serviço os cidadãos poupam tempo, não tendo se deslocar a vários serviços. Só que ao longo do decurso das formalidades, no caso de interrupção, o cidadão não tem meio de saber onde é que o processo parou. Isto não acontecia antigamente. Quando o cidadão, sozinho, tratava de uma formalidade, sabia em que serviço ela estava parada. Agora nada se sabe. Os serviços públicos têm todos conhecimentos jurídicos? Não há obstáculos? Não há contradição entre as leis? O Governo chegou a examinar as leis relacionadas com isto? Por exemplo, quando estamos a debater uma lei, ou a tratar de um assunto, pode acontecer isto: esta lei não permite isto, ou aquela lei impede aquilo, e se calhar só é viável aplicar outra lei. Já nos deparámos com coisas deste género. Agora alguns códigos ou leis estão desactualizados, mas sabemos bem que eles estão interligados. Como levar adiante a reforma jurídica? Como acelerar o andamento da reforma jurídica? Acho que aqui importa definir uma meta. Que resultado se pretende obter? Por onde começar a reforma jurídica? Como atingir os objectivos pretendidos com a reforma jurídica? Tudo isto implica ter ideias e uma forma de pensar global. Não se pode alterar o que se quiser. É preciso definir

bem como! Os cinco grandes códigos, e muitas leis, encontram-se obsoletos, e esse facto atrasa o ritmo do desenvolvimento económico. Como simplificar as formalidades administrativas e aumentar a eficácia da condução de acções governativas, de forma a responder às reivindicações da sociedade? Espero que o Governo pense mais na reforma jurídica, acelerando o andamento do trabalho neste sentido.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Antes de mais, quero falar acerca da liberalização do mercado de produtos alimentares. Tenho muitos colegas que moram em Zhuhai e que se deslocam de manhã a Macau para trabalhar. Segundo eles, nos produtos alimentares de Zhuhai encontraram-se cabelos no molho de soja, resíduos industriais no óleo de cozinha e carne de porco podre. Portanto deve-se pensar muito bem ao liberalizar o mercado. Isso pode constituir um problema grave na inspecção sanitária. Quero manifestar aqui o meu agradecimento ao pessoal da linha da frente do IACM pelo apertado controlo na barreira sanitária.

É sabido que nos termos da Lei Básica o sistema político de Macau caracteriza-se pela predominância do poder executivo. Para a RAEM, segundo peritos e estudiosos, na predominância do poder executivo é importante o relacionamento entre o Governo e a AL, com o apoio e articulação recíprocas, bem como controlo e fiscalização. Em relação às LAG da área da Administração e Justiça, levanto três questões a debater com a Sra. Secretária. É verdade, porque chamamos a isso debate? No fundo, é perguntar e responder. Bem, debate... pronto.

Primeira questão: quero agradecer à Sra. Secretária... até que enfim os trabalhadores da Função Pública vêem os seus vencimentos aumentados! Parabéns à Sra. Secretária! Finalmente apercebeu-se das dificuldades dos trabalhadores dos serviços públicos.

Segunda questão: os cidadãos queixaram-se do nepotismo no recrutamento de pessoal, e muitos jovens ficaram desanimados, deixando de aperfeiçoar os seus conhecimentos.

Terceira questão: deve-se aumentar a ideia de cumprir as leis e localizar as leis. Aprendemos com os ocidentais, por exemplo, Napoleão, grande homem da França, quando se tornou imperador mandou os seus subordinados redigir um código chamado Código Napoleónico, um código que até os camponeses sabiam ler. Quando é que as gentes de Macau vão também ter leis que saibam ler?

Mais uma vez, agradeço à Sra. Secretária o aumento salarial dos trabalhadores da Função Pública. No início do ano, no Plenário de apresentação do relatório das LAG, eu disse: as LAG podem ser lindamente redigidas, pois falar é fácil, fazer é difícil. Não é difícil preparar as LAG, o mais difícil é executá-las. A sua execução depende dos trabalhadores da Função Pública, de forma que se afigura muito importante a moral dos mesmos. É necessário aumentar vencimentos e com rapidez. Estas foram as minhas palavras, proferidas no início do ano. Finalmente aumentaram os vencimentos, mas cumpre aplicar com rapidez o regime de responsabilização. Muitos funcionários contaram-me: o Governo

queria que nós trabalhássemos bem sem aumentar vencimentos; a Sra. Secretária coloca exigências rigorosas aos funcionários públicos, exige grande eficácia, quer que tudo seja feito rapidamente, não admite atrasos. Bem, na minha opinião, até concordo que o ponto de partida foi bom, uma vez que a falta de “força explosiva” não dava para servir bem a população.

Devido à falta de tempo, cito uns exemplos. Por exemplo, a escolha de nomes para os pandas. Do início até ao fim, levou-se pouco tempo para mobilizar as pessoas de Macau para participar nesta iniciativa... com grande eficácia. Portanto, isto merece elogios. Outro exemplo, em 2009 o Governo aumentou consideravelmente os índices salariais do pessoal de direcção e chefia, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007. O processo legislativo desta proposta de lei foi rápido, com espírito de equipa e grande eficácia. As zonas verdes em Macau estão bem planeadas. Participei no Dia da Árvore, realizado este ano pelo IACM. Os trabalhadores da linha da frente trabalham arduamente, são criativos na planificação das zonas verdes. Outro exemplo, os comerciantes do Mercado Municipal de São Lourenço queixaram-se da alta temperatura dentro do mercado. Depois de dialogar com os responsáveis do IACM, o problema ficou rapidamente resolvido. Afinal, uma boa comunicação ajuda a aumentar a eficácia. Esses comerciantes apresentaram sugestões para fazer melhorias. Resumindo, a qualidade da maioria dos trabalhadores da Função Pública é boa. Desde que haja um bom mecanismo, bons incentivos, bons canais de comunicações, Macau terá um bom futuro! Outro exemplo, a Direcção dos Serviços de Identificação faz também um bom trabalho! Segundo os casos que me foram apresentados, ajuda com sinceridade e boas maneiras. Isso está certo, pois nós, os Deputados, somos uma ponte que liga o Governo e aos cidadãos. Não damos ouvidos só a um lado, mas sim aos dois lados.

Se o Governo trabalhasse com a mesma eficácia, como na escolha de nomes para os pandas e no aumento salarial do pessoal de direcção e chefia, os cidadãos e os funcionários públicos não ficariam descontentes. No início do ano propus a actualização salarial dos funcionários públicos. O Governo levou mais de meio ano a estudar, e finalmente está decidido. Mas durante esse meio ano os funcionários públicos sofreram bastante pressão: todos têm de sustentar sua família, e enfrentam a forte valorização do Yuan e os altos preços de bens de consumo, tanto em Zhuhai como em Macau. Finalmente vão ver os vencimentos aumentados, mas só em 1 de Janeiro de 2011. Tudo bem, não faz mal, finalmente o Governo compreendeu as dificuldades dos mesmos: vão ter os vencimentos aumentados! É bom! Mas se tivessem aumentado mais cedo o Governo não tinha caído numa situação aborrecida. Porquê? Porque o aumento salarial dos funcionários públicos e a redução do valor da comparticipação pecuniária aconteceram ao mesmo tempo. Os cidadãos ficaram com esta sensação: “os funcionários públicos vão ter aumento salarial e nós recebemos menos, não está certo”. Bem, assim não é justo para os funcionários públicos. Acho que é devido esse aumento salarial. Mas têm de se sujeitar ao regime de responsabilização. Segundo alguns cidadãos esse aumento salarial é devido, mas os responsáveis de alto nível não mereciam um aumento salarial, deveriam assumir as suas responsabilidades. Porque não têm eles de se sujeitar à responsabilização? Quem tem direitos também tem deveres.

Voltando ao regime de responsabilização, perguntei a um governante sobre o subsídio de residência, este respondeu: “o valor é igual para todos, 1.500 patacas, independentemente da carreira”. Eu perguntei: “porque não 1.600, 1.700 ou 2.000? Dispõe de dados para

justificar?”. Ele respondeu: “sim, há, mas ainda não os vi”. Para mim, se fosse justo... por que razão os titulares dos principais cargos vivem em casarões? Para ser justo deveriam ficar com um subsídio no valor de 1.000 ou 1.500 patacas! Todos nós queremos saber o porquê disto.

Falando no nepotismo, de facto muitos colegas falaram nisto. Falo nisto de forma simples, porque só se realizam provas para ingresso nas carreiras gerais? E os Chefes de Divisão, de Departamento e os Directores de Serviços, não têm de se sujeitar às provas? Acho que se deviam fazer provas. Não seria melhor escolher os que sejam admitidos nas provas? Assim teriam elites de reserva. Os governantes têm de se sujeitar à responsabilidade e podem ser demitidos. Perdão, não é demissão, podem ser sancionados de acordo com a gravidade dos erros cometidos. Assim, outros teriam oportunidades de promoção.

As provas devem ter mais em conta a moralidade e a conduta, e o coração bem generoso. O caso Ao Man Long serve de exemplo, e devemos livrar-nos desse fardo e olhar para a frente. Os governantes devem ter moralidade e boa conduta, coração generoso, conseguindo ouvir opiniões diferentes. Não queremos ver mais um caso semelhante de Ao Man Long.

Volto à legislação. Em relação às leis de Macau, segundo muitos cidadãos, muitas pessoas sabem ler chinês mas não percebem a ideia, também não sabem ler português. Portanto, como cumprir as leis? Por exemplo, alguns colegas meus da AL pediram explicações a diferentes assessores jurídicos sobre uma mesma lei, mas obtiveram esta resposta: a ideia em chinês é diferente da ideia em português. Tão complicado. Como é que o cidadão cumpre as leis? Como podem os responsáveis do Governo aplicar as leis com imparcialidade? Assim todos alegam ter actuado nos termos legais. Por exemplo, recentemente foram detectadas irregularidades administrativas cometidas por alguns serviços, mas antes os seus responsáveis tinham declarado ter actuado nos termos legais. Então, quando é que Macau tem leis perceptíveis por todas as gentes de Macau?

Em relação à eficácia administrativa... não levanto esta questão porque tenho mania de levantar questões. Tenho sugestões racionais para dar ao Governo, e estas sugestões foram-me dadas por peritos e estudiosos. Na página 19 das LAG refere-se: a taxa de resposta a interpelações escritas dos Srs. Deputados é de 84%. Estive a ler a Resolução n.º 03/09, o artigo 13.º diz: “O Governo deve responder, por escrito, no prazo de trinta dias a contar da data da recepção do requerimento pelo Chefe do Executivo”. Quanto a isso, tenho algo a dizer. Sendo Deputados, representantes da opinião pública, interpelamos o Governo, servindo de ponte entre o cidadão e o Governo. A taxa de resposta nestas LAG não bate certo com os dados que tenho à mão. Até 15 de Novembro, das 536 interpelações escritas, 424 foram respondidas, o que correspondente a 79%; as interpelações respondidas no prazo definido foram apenas 65. Num ano todo, apresentei duas interpelações escritas, e só ontem recebi a resposta. De um modo geral, as interpelações escritas respondidas no prazo definido foram 12%, inferior a 13%. De resto, as interpelações foram respondidas num prazo superior a 30 dias, ou 60 dias. Temos mesmo de dialogar bem. Posso distribuir os meus dados. Se estiverem interessados, posso dar-lhes estes dados.

De um modo geral, Sra. Secretária, perante as mudanças sociais, perante o desenvolvimento económico drástico, o desempenho dos funcionários público é bastante bom! Acho que a qualidade da

maioria dos funcionários públicos é boa. Como reforçar as comunicações? Tenho umas sugestões a dar. Publiquei um artigo no jornal diário “Ou Mun”, na coluna chamada “Praça de Lótus”, com o título: “Criar-se um mecanismo para promover a interacção entre o órgão legislativo e o órgão executivo”. No referido artigo apresentei umas sugestões que me tinham sido dadas por peritos e residentes. Compilei-as e publiquei-as, para reflectir sobre a inércia do poder executivo. Estas sugestões foram fruto de muitos dos meus colegas, peritos, estudiosos e cidadãos. É preciso criar condições para a classe média crescer. Muitos funcionários públicos são da classe média. Tenho sugestões a dar ao Governo. Faço votos para que o Governo venha a proceder a uma maior interacção. De qualquer forma, quero agradecer mais uma vez aos serviços públicos que acabei de referir, e aos serviços públicos tutelados por outros secretários, pelo bom trabalho. Importa reforçar as comunicações. Por exemplo, Macau tem mesmo a necessidade de uma ciclovía, sendo uma cidade de turismo. Recentemente a única ciclovía foi bloqueada devido à execução de uma obra. Proponho construir uma ciclovía ao longo do mar, junto à zona do mangal. Sendo Centro Mundial de Turismo e Lazer, Macau precisa de realizar isto, pensando nas necessidades do cidadão. Do ponto de vista económico, cultural, e tendo em conta as reivindicações, deve pensar em construir essa ciclovía.

Isto é para entregar à Sra. Secretária.

Obrigado.

Tenho comigo os dados, posso dar aos meus colegas que estejam interessados.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

No decurso do desenvolvimento social o Governo da RAEM desempenha um papel importante. À medida que a sociedade se desenvolve, a sociedade exige cada vez mais ao Governo, em termos de capacidade e a nível da governação da RAEM. Como melhorar a capacidade da governação? Mediante a reforma da Administração Pública? Este é um aspecto essencial, de forma que, aproveitando esta oportunidade, levanto umas questões em torno da reforma da Administração Pública.

Tendo em conta que ontem muitos colegas levantaram já muitas questões na área da Administração Pública, tento levantar hoje questões diferentes das questões colocadas ontem, na medida do possível.

A sociedade é dinâmica, estando continuamente a desenvolver-se, de forma que no mundo não existe um regime de Administração Pública que seja permanente e absolutamente eficaz. Assim se justifica a necessidade de fazer permanentemente a reforma da Administração Pública. Devido ao desenvolvimento social e às reivindicações diversificadas do cidadão, as exigências e as expectativas em relação ao Governo estão a aumentar, em termos de capacidade da governação e nível de prestação de serviços. As condições sociais e as reivindicações da população mudam sem parar, de modo que um Governo com alta eficácia e boa governação deve possuir um conceito de dinâmica. Só através da optimização e

ajustamento constantes dos assuntos governamentais o Governo consegue não ficar atrás do avanço da sociedade. Embora a opinião pública seja oscilante, com várias reivindicações, se os governantes auscultarem e analisarem a opinião pública de forma dinâmica, antes de traçar políticas, criando condições favoráveis para o desenvolvimento social, o resultado será bom. De notar que não se pode esperar que o Governo faça só uma reforma e todos os problemas sociais fiquem resolvidos.

A reforma da Administração Pública avança continuamente no decurso da prática, de erros, uma vez que o progresso da sociedade carece do balanço das experiências da história. Em 2007, a modernização da Administração Pública passou a ser a meta e a rota do desenvolvimento do Governo da RAEM. A apresentação do Roteiro da Reforma da Administração Pública foi o início, em seguida, a sociedade de Macau sofreu mudanças dramáticas, levando a que o sentido do valor social mude também. De um ponto de vista, os esforços e práticas dos últimos três anos conseguiram obter certos resultados; de outro ponto de vista, se se pretender ultrapassar todas as restrições que prendem a mentalidade... é um processo de que é fácil falar mas é difícil fazer. Por exemplo, quando se introduz um novo mecanismo para a reforma, por motivos diversos, muitas reivindicações da sociedade derivadas do desenvolvimento acelerado não foram resolvidas adequadamente.

Ontem, na apresentação das LAG, a Sra. Secretária reiterou os 10 projectos prioritários na área da Administração Pública. Nas questões colocadas pelos meus colegas à AL, referiram-se directa e indirectamente os problemas derivados da reforma da Administração Pública: o cruzamento confuso das funções, a falta de comunicações horizontais na aplicação e tomada de decisões, do recrutamento centralizado no âmbito do regime da Função Pública, o regime de responsabilização dos titulares dos principais cargos, promoção da integridade e melhoramento dos mecanismos consultivos, etc. De um modo geral, estes são os problemas de há longa data em Macau. A não resolução radical destes problemas prende-se com isto: em toda a equipa da governação, a mentalidade tradicional da governação limita o resultado introduzido pelo mecanismo da reforma. Como aprofundar e optimizar o resultado do mecanismo da reforma? O mais importante é alterar a mentalidade da equipa da governação, aumentar o sentido de missão e de responsabilidade dos funcionários públicos. Esta constitui uma parte nuclear da reforma.

Para aprofundar e optimizar o regime da reforma da Administração Pública, para aumentar o sentido de missão e responsabilidade dos funcionários públicos para servir a população, o papel e as funções de gestores da sociedade deve mudar para o papel de promover o desenvolvimento da sociedade, através da construção de um Governo servidor do público... e impulsionar a articulação empenhada dos funcionários públicos, desenvolvendo-se rumo a um Governo modernizado, que tenha mais exigências em relação ao desempenho. Aumentar a eficácia administrativa não visa só dar maior facilidade ao desempenho de funções pelos funcionários públicos, o mais importante é proporcionar um regime de melhor qualidade, permitindo que os funcionários públicos sirvam o cidadão com dedicação.

Constituir um regime e políticas de forma oportuna e racional pode ser considerado um acto de inovação. A Administração, em si, tem uma natureza pública, muito ligada ao cidadão. Assim, para renovar este regime, além dos esforços do Governo, a sociedade deve também apoiar e compreender. No decurso dessa renovação, testes e ajustamentos, embora o sucesso da renovação e da reforma

traga benefícios à sociedade, é inevitável que eventualmente se cometem falhas. Ao aparecerem riscos imprevisíveis, a sociedade e os cidadãos devem no entanto apoiar os governantes que sejam ousados a tentar inovações, ser mais pacientes e tolerantes, em vez de teimar em criticar parcialmente ou exagerar sem limites os erros cometidos ao longo desses testes e ajustamentos.

Através da promoção de um modelo da Administração Pública – Governo servidor do público – do conceito “lutar pelo interesse público”, da obtenção do acordo da sociedade e do cidadão, para um maior apoio à condução das acções governativas, acredita-se profundamente que será melhorado o espírito de equipa dos funcionários públicos, trazendo o máximo proveito para a sociedade.

Além de criar um conjunto de mecanismos de incentivos eficazes (por exemplo, vencimentos, regalias de acesso, provas, etc.), deve-se usar incentivos e sanções, premiar os trabalhadores honestos, com bom desempenho, sancionar os culpados, elevar o espírito do primado do Direito, recorrer-se a um bom regime para estimular inovações com zelo. Para a equipa dos funcionários públicos, deve interligar-se a elaboração de uma política da Administração Pública com as reivindicações do cidadão, em paridade com o desenvolvimento social. Quanto à simplificação e aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, deve dar-se maior facilidade à participação do cidadão e dos funcionários públicos, e promover a condução de acções governativas com transparência. Não se deve considerar a participação do cidadão como uma espécie de fiscalização. Deve-se valorizar a eficácia de produção de políticas, de forma a responder com rapidez às solicitações do cidadão. A atitude passiva pode fazer com que se fique atrás das mudanças da sociedade. O ajustamento de políticas carece de estudos aprofundados, levando o tempo que seja necessário. Deve-se aumentar a eficácia na revisão e produção de leis, encurtando o tempo necessário; deve-se definir as tarefas prioritárias, de forma a dar uma resposta rápida, resolvendo com prioridade as solicitações do cidadão. Deve-se salientar o sentido do valor da sociedade: o interesse da sociedade prevalece sobre o interesse particular.

Com vista a resolver radicalmente os problemas que impeçam a reforma da Administração Pública, além de se recorrer à mudança da mentalidade da equipa de governação acima referida, a elaboração e implementação das políticas desempenha igualmente um papel importante no decurso desta reforma. Nas LAG para o ano 2011, na área da Administração e Justiça, referem-se diversas medidas sobre o que se deve estimular. Mas poderão essas medidas ser implementadas totalmente? Assim, apresento várias questões quanto à sua implementação:

Primeira questão: no regime de recrutamento centralizado, que papel desempenham os serviços que precisam de contratar pessoal? O recrutamento centralizado deve ter como meta controlar a quantidade e qualidade dos trabalhadores a contratar. É preciso ter bons conhecimentos quanto ao desempenho e capacidade dos funcionários públicos, para uma mobilidade flexível. No decurso do recrutamento, é preciso saber bem as exigências, critérios e mentalidade, dos serviços que precisam de contratar pessoal, realizar os trabalhos preparatórios e as comunicações prévias ao recrutamento; não se devem uniformizar os critérios para recrutamento, devendo servir-se bem o utente. O recrutamento em si não significa apenas exercer o poder de recrutar, no recrutamento centralizado deve ainda ter-se em consideração as necessidades dos serviços que precisam de contratar pessoal, de forma a aumentar a taxa de sucesso de compatibilização da

procura e da oferta de emprego.

Segunda questão: poderão reforçar-se as funções da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça do CCAC? É preciso reforçar a construção de um Governo transparente e de uma governação de forma científica, devem resolver-se os problemas com transparência. O mecanismo de Provedoria de Justiça vigente permite duas formas, sendo a primeira a reclamação, a segunda os recursos hierárquicos. Na primeira, as queixas são apresentadas ao superior hierárquico e na segunda as queixas são apresentadas à chefia do superior hierárquico. Proponho potenciar a função da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça do CCAC, para tratar com independência as queixas. Devido à independência sem interferência, nela se podem admitir individualidades da sociedade para ajudar aos trabalhos relativos à Provedoria de Justiça. Assim, além de se aumentar a transparência e credibilidade pública, deve estimular-se os serviços públicos para evitar decidir internamente queixas, aumentando a eficácia vinculativa da DSPJ.

Terceira questão. Poder-se-á simplificar os processos de revisão de leis, para facilitar que se chegue a consenso? A revisão jurídica abrange áreas vastas, sendo um grande consumidor de tempo. Assim, não consegue responder às exigências da sociedade em termos de eficácia. Não é mau andar atrás de uma grande qualidade, mas a revisão jurídica muitas vezes cai numa situação de impasse. Portanto, proponho que se concentre em tarefas prioritárias para as concluir rapidamente. Por exemplo, podem-se rever leis avulsas parcialmente, tendo em conta uma determinada matéria, um determinado conjunto de pessoas. Assim será mais fácil atingir-se um consenso, adoptando medidas mais flexíveis, directas e específicas, para chegar a consenso sobre problemas de níveis diferentes, reduzindo a perda de tempo provocada pelo atraso, aumentando a eficácia da governação.

Última questão. No decurso da elaboração de políticas, devem-se reforçar as comunicações com os funcionários públicos de base e, ao mesmo tempo, reforçar a participação dos mesmos nas diversas consultas públicas. Recordo-me que ontem muitos colegas referiam a necessidade de melhorar o relacionamento horizontal. Além de melhorar o relacionamento horizontal... quanto ao relacionamento vertical, acho que os trabalhadores da Função Pública de base têm melhor conhecimento da linha da frente, devido às suas funções na linha da frente. Assim, é aconselhável introduzir-se um mecanismo que permita as comunicações verticais, para que os de base possam pronunciar-se. Desta forma será alta a taxa de execução das políticas, em termos de importância, sentido e objectivos finais.

Por sua vez, proponho que o pessoal técnico de base e da linha da frente venham a participar mais nas actividades consultivas, uma vez que, devido aos seus contactos com o cidadão, o pessoal da linha da frente e o pessoal técnico de base conhecem melhor as suas reivindicações. Por outro lado, as consultas são interactivas, ou seja, além auscultar o cidadão, o pessoal da linha da frente poderia fazer em tempo útil o *feedback* destinado ao cidadão, sobre os problemas encontrados no exercício das funções. Acredito que o resultado seria melhor.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados:

Seis Srs. Deputados usaram da palavra na primeira parte do plenário de hoje. Incluindo o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong, que usou da palavra ontem, no total foram sete. Ainda temos sete Srs.

Deputados que não usaram da palavra. O quê? Sei que está inscrito. Bem, passo a palavra ao Governo e a seguir vamos entrar na segunda ronda. Tem a palavra a Sra. Secretária Chan.

Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan:
Obrigada Sr. Presidente.

Agradeço aos Srs. Deputados pelas questões valiosas colocadas, na área da reforma da Administração Pública e na área da Justiça. Vamos estudá-las uma a uma, de forma aprofundada. Para acolher algumas sugestões, teremos de proceder a ajustamentos durante a condução das acções governativas.

Respondendo às vossas questões: em primeiro lugar, hoje tenho de reiterar mais uma vez que o Governo da RAEM adopta medidas visando estabilizar o preço dos bens de consumo. Devido à subida dos preços dos bens de consumo verificada nos últimos tempos, esta matéria passou a ser uma preocupação de todos. De forma que quero reiterar mais uma vez que o Governo da RAEM está a dar uma grande atenção e acompanhamento ao impacto negativo provocado pela inflação na vida dos residentes. Foram aplicadas as medidas correspondentes, envolvendo diversas áreas, incluindo a área da economia, das obras públicas e a minha área, com vista a aliviar efectivamente as pressões provocadas pela inflação sobre os residentes, nomeadamente a comunidade carenciada.

O Sr. Chefe do Executivo apresentou no relatório das LAG uma série de medidas aliviadoras das pressões que recaem sobre os residentes, incluindo medidas novas e as já existentes. Continuamos a aplicar o Programa de Apoio Alimentar de Curto Prazo, em cooperação com as associações cívicas, no sentido de dar continuidade ao mesmo Programa de Apoio.

Por sua vez, atribuímos mais um mês de subsídio às famílias beneficiárias de apoio económico, do qual beneficiam um total de 5.300 famílias, representando despesas de cerca de 18 milhões de patacas.

Por outro lado, através do Instituto de Acção Social, continuamos a conceder mais um mês de subsídio especial às três categorias de famílias em situação vulnerável, do qual beneficiam 3.500 famílias, representando despesas no valor de 9 milhões.

Para além disso, propomos isentar de três meses de renda os inquilinos de habitações sociais, representando uma despesa de 13 milhões de patacas, e da qual beneficiam cerca de 6.000 inquilinos.

Quanto à Educação, o Governo irá também acomodar mais recursos. Por exemplo, iremos lançar o “Programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo”, atribuindo, no prazo de três anos, a cada residente de Macau com quinze anos completos, um subsídio máximo de cinco mil patacas. Estima-se que as despesas governamentais com este programa atinjam cerca de 500 milhões de patacas.

Por sua vez, é também atribuído um desconto aos alunos nas deslocações em transportes públicos: a tarifa era de 1,5 patacas e passou para 1 pataca, estimando-se que isto implique uma despesa de cerca de 11 milhões de patacas.

Igualmente, pretendemos manter a redução fiscal, por exemplo, o imposto profissional. Aumentamos em 25% o limite de isenção do imposto profissional de toda a população activa, com o limite de

isenção em 144.000 patacas (anteriormente era de 95.000 patacas), bem como a política de isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, e da renda das bancas dos mercados municipais.

Quanto à contribuição predial, continuaremos com a isenção até 3.500 patacas; aumentamos o valor, de 32.000 patacas para 200.000 patacas, da matéria colectável a beneficiar de isenção do imposto complementar sobre rendimentos.

Quero salientar mais uma vez que iremos gastar um montante de cerca de 200 milhões de patacas, no âmbito do plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social que preencham os requisitos.

Prevê-se que as isenções e subsídios a atribuir implicarão um montante de 7,48 mil milhões de patacas.

Perguntaram sobre a comparticipação pecuniária. Acredito que o Sr. Secretário Tam vai ainda explicar os pormenores. Aliás, o Sr. Chefe do Executivo já anunciou na AL que, na definição da política, o Governo da RAEM estava muito atento e acompanhava de perto cada medida, tendo em conta a situação e as necessidades efectivas. Se calhar a sociedade percebeu que o plano de comparticipação pecuniária é uma medida provisória que já foi implementado durante três anos... nós percebemos, devido à inflação... mas não se pode estabelecer uma ligação directa entre as 10 mil e a redução de 6 mil para 4 mil. O Governo da RAEM quer dizer claramente ao cidadão: a dotação do próximo ano, no valor de 10 mil patacas, é considerada como verba de activação, e foi transferida para a conta individual dos residentes que preencham os requisitos legais. Ou seja, o Governo da RAEM injecta o valor de 10 mil patacas para cada conta aberta. De notar que não se trata de uma verba regular, é apenas transferida esta verba para a conta dos residentes que preencham os requisitos legais. Esperamos transformar gradualmente o plano de comparticipação pecuniária (era uma medida provisória) num regime. Esta proposta já foi debatida em sede de Conselho Executivo. Com este regime esperamos dar maiores garantias na velhice aos residentes de Macau. Assim, propomos no próximo ano injectar 6 mil patacas nas contas dos residentes permanentes que preencham os requisitos legais. Se nos anos posteriores tivermos saldos que permitam a injeção de mais apoio, iremos definir, por ano, um determinado valor a injectar nas contas acima referidas. Acho que devemos saber que o facto de uma medida provisória passar para um mecanismo permanente quer dizer dar mais garantias na velhice aos residentes de Macau. Quanto à comparticipação pecuniária, auscultámos as vozes da sociedade... a comparticipação pecuniária era para ser implementada em Agosto e Setembro, no entanto, tendo em conta as necessidades e as vozes da sociedade, decidimos antecipar a atribuição da comparticipação pecuniária para Março, no próximo ano. Continuaremos a estar bem atentos para ver que tipos de medidas fazem falta, além das medidas já inscritas. Com estas medidas, o volume de trabalho aumentará. Ouvi muitos Srs. Deputados falando na eficácia e iniciativa dos trabalhadores dos serviços públicos. Estes trabalhos podem espelhar o que disseram.

Continuando com o preço dos bens de consumo, embora ontem tenha falado nesta matéria, quero partilhar isto com os Srs. Deputados: iremos com toda a certeza continuar a aperfeiçoar os mecanismos de concorrência do mercado, evitando a subida irracional dos preços na etapa grossista e a retalho. O Governo da RAEM vai, com toda a certeza, dar importância e acompanhar e analisar os preços de bens de consumo de grande importância.

Quanto à matéria sobre o fornecimento de bens de consumo do interior da China, iremos arrancar com o respectivo mecanismo e aplicar as medidas correspondentes. Ontem revelei a criação de um grupo que vai negociar com o Ministério do Comércio e a Administração de Controlo de Qualidade dos Alimentos, no sentido de garantir as fontes de fornecimento. Esperamos alargar as fontes de fornecimento. Entretanto, de acordo com os trabalhos feitos pelos Serviços de Economia... uma vez que em Macau vigora a liberdade de comércio... embora a maior parte provenha do interior da China, aplica-se a liberdade de comércio, e é bem-vinda a introdução de mais fontes de fornecimento de outros países e territórios. Os Serviços de Economia vão trabalhar para estabilizar as fontes e os preços.

Em relação a Macau, além de explorar novas fontes de fornecimento, iremos aumentar o grau de transparência dos preços e etapas que acabei de referir, iremos também cooperar estreitamente com o Conselho de Consumidores, no âmbito da divulgação de informação com mais transparência, com mais clareza, para que fique bem claro para o cidadão as várias etapas do circuito, e assim este tenha mais opções. Na medida do possível, vamos aplicar medidas mais eficazes no âmbito da venda a retalho, das etapas do circuito envolvidas e dos preços. De qualquer forma, tendo a cooperação dos Srs. Deputados à AL e da sociedade, iremos resolver com prioridades as dificuldades do cidadão provocadas pela inflação. Bem, as LAG este ano têm também como prioridades as matérias relativas às políticas no âmbito do sustento da população, nomeadamente as dificuldades do seu sustento. Todos estão a enfrentar esta dificuldade e estão todos preocupados. Vamos cooperar e promover a implementação das medidas que apresentámos. No entanto, estamos a par da evolução da situação.

Por sua vez, alguns Srs. Deputados levantaram questões sobre o desenvolvimento do sistema político. Ontem auscultámos as vossas opiniões em pleno, e também demos a entender as nossas opiniões. De qualquer forma quero reiterar que é opinião de todos que se deve continuar a abordar este assunto, incluindo as formas diferentes referidas por alguns Srs. Deputados. Mas, de facto, afigura-se mesmo necessário potenciar a educação cívica, utilizar a rede como plataforma e rentáveis os diversos canais. Acolhemos todas estas formas para que a sociedade possa pronunciar-se em pleno sobre esta matéria. O Governo da RAEM promove, com sentido de responsabilidade, avanços nesta matéria, tal como a Sra. Deputada Chan Mei Yi referiu, ao propor que as associações e as escolas venham a tomar a iniciativa de debater esta matéria. Estamos atentos, e podem contar com o nosso apoio. Esta é a resposta às questões sobre o sistema político.

Quando acabar a minha resposta às questões sobre as comunicações com a AL, Sr. Presidente, permita-me convidar mais logo o Sr. Director para responder a várias questões levantadas.

Quanto às comunicações com a AL, e no que diz respeito às respostas às interpelações escritas... O Sr. Deputado Ung Choi Kun e o Sr. Deputado Mak Soi Kun apresentaram os dados. Bem, também temos à mão alguns dados. Emitimos orientações internas interserviços para esta matéria. Na realidade, deparámo-nos com dificuldades quando se trata de interpelações escritas exigindo resposta interdepartamental. Portanto, vamos melhorar a coordenação. Temos já orientações emitidas: devem responder sempre às interpelações escritas, por mais tempo que demore; depois da coordenação, devem responder aos Srs. Deputados. Tenho comigo estes dados: até finais de Outubro, recebemos 402 interpelações

escritas, apresentadas pelos Srs. Deputados. Não sei se os meus dados batem certo com os dos Srs. Deputados. 170 interpelações foram respondidas dentro do prazo, o que corresponde a 43%. As interpelações respondidas antes do prazo não foram muitas: 40, ou seja, 10%; e 168 foram respondidas fora do prazo. Acredito que essas interpelações foram sobre matéria envolvendo a coordenação interdepartamental; temos 24, com o prazo já expirado, a que não respondemos. Quero salientar mais uma vez, com sentido de responsabilidade: por um lado, temos de coordenar bem as respostas às interpelações escritas dos Srs. Deputados, a nível temporal e também a nível qualitativo. Fomos criticados por alguns Srs. Deputados pelo facto de as respostas não responderem directamente às interpelações. De notar que respondermos às interpelações com seriedade, procurando coordenar, não só o cumprimento do prazo, como também responder às interpelações com boa qualidade. Na realidade, é nossa responsabilidade inalienável manter uma boa cooperação com a AL. Apresentamos à AL o calendário das propostas de lei, para que a AL possa exercer a fiscalização sobre o nosso trabalho.

Em primeiro lugar, convido o Sr. Director dos SAFF a esclarecer o decurso do Roteiro da Reforma da Administração Pública... por exemplo, o Sr. Deputado Sio Chi Wai levantou esta questão. Estamos de acordo com a necessidade de examinar os procedimentos administrativos depois de 11 anos, uma vez que os procedimentos administrativos variam em função de tempos diferentes. Em razão disto, temos de proceder a ajustamentos. Por exemplo, para o próximo ano apresentámos 15 projectos legislativos e iremos fazer uma avaliação intercalar para analisar a eventual necessidade de fazer ajustamentos. Estes trabalhos são variáveis e permanentes. Por exemplo, nos primeiros dez anos o que fizemos para a reforma da Administração Pública? Então, isso significaria o fim da reforma? Não. Ontem o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong perguntou: já foram finalizados os projectos inscritos no Roteiro e continuam a fazer mais? Pois claro. Por exemplo, a formação dos trabalhadores dos serviços públicos, a coordenação das atribuições dos serviços públicos, a carta de qualidade, o serviço *one stop*, a “ISO”... Todos estes são trabalhos carecem de ser revistos e realizados permanentemente, de acordo com a realidade da sociedade de Macau, sendo uma “obra” sistemática.

Passo primeiro a palavra ao Sr. Director Chu, para responder às questões sobre o aumento do pessoal na Função Pública. Portanto, agradeço que o Sr. Director Chu esclareça isto. Mostraram atenção ao mecanismo de coordenação central da reforma jurídica. Quanto à eventual sobreposição das atribuições da DSAJ. Ontem já respondi que não há lugar a sobreposição, mas sim cooperação e divisão de tarefas. Quanto a isso, vou convidar a Sra. Coordenadora Chu Lam Lam a explicar os trabalhos no âmbito da coordenação central da reforma jurídica; a seguir, vou convidar o Sr. Director Lai a explicar a matéria sobre a isenção de vistos; ah... vou ainda convidar a Sra. Coordenadora Chu a explicar a matéria sobre a administração predial, pois o Sr. Deputado Ung Choi Kun levantou uma questão sobre a administração predial. Perante os problemas sociais, os Srs. Deputados ficaram preocupados. A Sra. Coordenadora Chu vai explicar-lhes os nossos trabalhos.

Quanto ao regime de responsabilização, posso dizer-lhes mais: além de estar a ser feita uma série de documentos normativos, estamos de acordo com o reforço do exercício da fiscalização, para levar efectivamente a um bom porto a responsabilização. Os trabalhos a respeito disto são de carácter permanente.

Sr. Presidente:

Queria agora convidar o Sr. Director Chu a intervir.

Presidente: Agradecia uma apresentação mais resumida.

Tem a palavra o Sr. Director Chu.

Director dos Serviços de Administração e Função Pública, José Chu: Obrigado Sr. Presidente.

Srs. Deputados:

Quanto ao recrutamento centralizado programado nas LAG para o próximo ano, a Sra. Secretária já apresentou aos Srs. Deputados a rota a ser dada. A seguir, vou apresentar os trabalhos feitos ao longo destes tempos, todos no âmbito do recrutamento centralizado.

Tendo consultado as experiências de alguns territórios e países, e para iniciar sem problemas o recrutamento centralizado no próximo ano, e para contratar pessoas com qualidade para trabalhar na RAEM de forma justa, imparcial e publicitada, realizámos os trabalhos preparatórios no âmbito da nossa organização, regulamento, operacionalidade, etc.

Na sequência da publicação da Lei n.º 14/2009, a reestruturação dos SAFP será concluída no início do próximo ano. Com esta reestruturação, os SAFP passarão a ter atribuições no âmbito do recrutamento centralizado e serão indicadas quais as subunidades que executarão estas tarefas.

O regulamento administrativo e o despacho do Chefe do Executivo, previstos no artigo 11º da Lei n.º 14/209, quanto aos processos de recrutamento e selecção sujeitos à gestão centralizada, serão publicados sucessivamente no início do próximo ano.

Já se encontra concluída a base de provas dos concursos ao recrutamento centralizado, bem como se encontra instalado o sistema informático sobre os ditos concursos; iremos iniciar sucessivamente a preparação de orientações para o pessoal encarregado pelos concursos do recrutamento centralizado, o plano de recrutamento e a formação do referido pessoal.

Após a publicação, no início do próximo ano, do regulamento administrativo e do despacho do Chefe do Executivo para o efeito, começaremos por coordenar e comunicar com todos os serviços públicos, no sentido de recolher os dados ligados ao número dos trabalhadores a recrutar, a nível das carreiras e categorias diferentes... destinados a traçar os planos de recrutamento. De acordo com os respectivos dados, aplicamos os princípios da premência e maximização da quantidade, desejando que o concurso ao recrutamento centralizado se abra sem sobressalto.

Devido à diferença de conteúdo funcional e ao facto de as carreiras gerais abrangerem seis carreiras, no início do próximo ano iremos realizar concursos para recrutamento centralizado de pessoal do nível 1º a 4º, sob o princípio de observar as necessidades e premência dos serviços públicos. Estas provas serão constituídas por provas de conhecimento profissional e análise dos *curricula* dos candidatos. Quanto a isso, iremos publicar um aviso de concurso. Prevemos que na última metade do próximo ano seja finalizado o processo de selecção, e depois os candidatos admitidos serão distribuídos pelos diversos serviços públicos relativos.

Quanto ao pessoal do nível 5º e 6º, o pessoal desta carreira deve possuir conhecimentos diferentes e executar funções das áreas profissionais respectivas, portanto, além de provas gerais de conhecimento, os candidatos terão de se sujeitar a provas profissionais de conhecimento, entrevista profissional, análise curricular e outros meios de selecção. O aviso dos concursos será igualmente publicado, bem como as listas de avaliação. Prevemos que na última metade do próximo ano os candidatos admitidos serão distribuídos pelos diversos serviços públicos atinentes.

Quanto ao acesso centralizado, os relativos trabalhos estão em curso, incluindo cursos de formação de recrutamento centralizado destinados ao pessoal das diferentes carreiras, publicação de regulamentos que regulam o acesso centralizado, gestão centralizada dos trabalhadores dos serviços públicos, sessões de esclarecimentos para os trabalhadores de todos os serviços públicos e seus responsáveis, sobre o mecanismo de acesso centralizado; nessas sessões esclareceremos o fluxograma, e os processos e formação do mecanismo de acesso centralizado, com vista a permitir uma articulação dos serviços públicos. Entretanto, iremos emitir orientações para os serviços públicos.

A Sra. Deputada Chan perguntou sobre as provas, em termos da imparcialidade e do regime de impedimento. Bem, em conformidade com o Código do Procedimento Administrativo e as orientações para a selecção e as provas, o pessoal em causa e o júri devem obedecer a essas regras. Estes trabalhos fazem parte do nosso plano.

Pelo grande volume de trabalho, precisamos de uma equipa de apoio ao recrutamento centralizado. Esta equipa é constituída dentro dos SAFP, ou seja, dentro dos SAFP serão convocados alguns funcionários e a estes será dada a devida formação, e vão também saber as orientações de trabalho. Esta equipa prestará apoio a todos os trabalhos no âmbito do recrutamento centralizado. Tratando-se estes trabalhos de uma reforma do recrutamento e acesso dos trabalhadores dos serviços públicos, acredita-se que serão radicalmente corrigidos os vícios contidos no regime de recrutamento anterior, passando para um novo modelo. Assim, daremos formação e esclarecimentos ao pessoal encarregado pelo recrutamento centralizado, de forma a permitir executar e finalizar os trabalhos com eficácia.

Este é o ponto da situação dos respectivos trabalhos. Por sua vez, na realidade, os nossos trabalhos... a Sra. Secretária referiu a questão sobre os trabalhadores dos serviços públicos. Na realidade, agora nós... Perdão, estava à procura de dados para responder à questão dos Srs. Deputados sobre o número dos trabalhadores na Função Pública. Bem, de 2003 a 2010 o número dos trabalhadores era de 17.496, e até Junho, contamos com 22.558 trabalhadores, um aumento de 29%. No entanto, todos sabem como está o desenvolvimento social e ontem a Sra. Secretária já explicou isto, pois os turistas aumentaram, as reivindicações da população aos serviços públicos aumentaram. Acrescentámos já novos serviços, a serem prestados nos centros de prestação de serviços ao público. Nestes centros estão concentrados mais de 20 serviços públicos, para prestar mais de 100 itens de serviço ao público. Estes serviços significam grande carga de trabalho. Os cidadãos acolhem bem estes serviços. O resultado de um inquérito sobre o grau de satisfação do cidadão, realizado recentemente junto da zona norte, especialmente dentro do Centro de Prestação de Serviços ao Público na Rua Nova da Areia Preta, mostra que a maior parte dos inquiridos ficaram satisfeitos com as facilidades oferecidas pelo Governo e também

pediram para acrescentar novos serviços, por exemplo, serviços ao público no âmbito da segurança social, e outros serviços públicos que já fazem parte do nosso plano de actividades para o próximo ano.

Iremos acrescentar ao nosso plano de actividades novos itens de serviços ao público. Nos próximos dois anos, todos os serviços publicados que prestam serviços ao público serão concentrados no Centro de Prestação de Serviços ao Público, situado na Rua Nova da Areia Preta, na zona norte. Serão instalados balcões exclusivos para serviços no âmbito da segurança social e da candidatura à habitação pública, com vista a desconcentrar pedidos directos ao Fundo de Segurança Social. Sabe-se que em cada conta serão injectadas 10 mil patacas e que a maior parte dos residentes estão habilitados. O número total de contas é de perto de meio milhão, de forma que o volume de carga de trabalho é bem assustador. Agora, por incumbência dos serviços públicos competentes, as associações cívicas prestam a sua colaboração na aceitação de pedidos e, ao tempo, outros serviços públicos também iniciaram estes trabalhos em locais diferentes. Em suma, os itens de trabalho estão a aumentar.

Vejam: o número dos itens de serviços a prestar ao público, a resposta às reivindicações do cidadão, o aumento de turistas, e o número elevado de passageiros nas fronteiras, traduzem-se numa elevada carga de trabalho, sendo necessários mais trabalhadores na Função Pública. Sim, reconhecemos que contratar mais trabalhadores não é o único meio. Na realidade, estamos a trabalhar na optimização dos fluxos, na promoção dos serviços electrónicos e no aumento da qualidade de serviços. Portanto, contratar mais pessoal não é o único meio. Tenho comigo estes dados: muitos itens de serviços aumentaram em 100% ou 200%. O aumento de trabalhadores é um aumento adequado. Com este aumento esperamos responder às reivindicações da maior parte dos cidadãos. Tal como referiram alguns Srs. Deputados, iremos, na medida do possível, trabalhar melhor na mobilidade e distribuição do pessoal. Na realidade, em resposta ao desenvolvimento socioeconómico, o aumento de trabalhadores na Função Pública está muito longe... se comparado com o crescimento económico. Portanto, em relação ao aumento do pessoal, isso não nos permite afirmar se é suficiente ou não, mas vamos continuar a analisar de forma científica os itens dos serviços a prestar ao público pelos diversos serviços públicos, bem como as reivindicações do cidadão. Posso facultar os respectivos dados para a vossa referência, se necessário. Mas, de 2003 até à presente data, sabe-se bem que a nossa economia e o nosso GDP tem crescido muito, e que é muito superior ao aumento dos trabalhadores na Função Pública. Na realidade, por um lado, temos de nos esforçar por responder às reivindicações do cidadão, por outro lado, temos de limitar a velocidade do aumento do pessoal na Função Pública. Estes são os trabalhos em curso.

Obrigado Sr. Presidente.

Coordenadora do Gabinete para a Reforma Jurídica, Chu Lam Lam: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Em primeiro lugar, respondo às questões relativas à coordenação central da reforma jurídica. Acredito que é sabido que em Macau os diplomas legais são produzidos de forma dispersa, ou seja, cada serviço público... os serviços públicos de maior dimensão possuem já uma subunidade jurídica; os serviços públicos de menor dimensão possuem os seus juristas. Portanto, os serviços públicos redigem diplomas legais que regulam as actividades sob sua fiscalização ou sob as suas próprias atribuições. Nós adoptámos o modelo disperso de redacção de diplomas legais.

Este modelo apresenta vantagens e desvantagens. As vantagens são: tendo bom conhecimento das actividades, os serviços públicos sabem reagir bem, os seus juristas são mais profissionais no âmbito das actividades que administram, e os diplomas legais que redigem são mais específicos. Este modelo é praticado noutros territórios. Mas este modelo apresenta margens para melhoria, por exemplo, como se trata de um modelo disperso para produzir diplomas legais, há uma falta de uma ponderação global, de um plano global, pois cada serviço público tem melhor conhecimento das suas próprias actividades, sem compreender bem toda a política do Governo.

Face a esta situação, enquanto se mantêm as vantagens deste modelo disperso de produção de diplomas legais, o Governo é de opinião que é necessário constituir um mecanismo de coordenação central da reforma jurídica. Como desempenha o seu papel o mecanismo de coordenação central da reforma jurídica? A resposta é: a manter-se a situação actual, precisamos de criar um serviço que tenha esta competência para coadjuvar o Governo na definição de um plano legislativo global. Este plano legislativo não é um plano de itens legislativos de um determinado serviço público, mas sim um plano legislativo global do Governo. O dirigente máximo do Governo irá ponderar a ordenação prioritária das políticas a produzir, as necessidades da sociedade, a aceitação da AL e a capacidade de acolhimento da sociedade, etc., para definir o plano legislativo.

Como definir o plano legislativo? Solicitamos a cada serviço público que nos sejam apresentados itens de diplomas legais a produzir. Os serviços públicos terão de analisar tudo isto a nível técnico: se realizaram ou não estudos adequados; se fizeram auscultação ou não e se reuniam ou não maturidade para redigir o articulado. Finda a análise técnica, os serviços públicos em causa terão de entregar os itens ao nível máximo do Governo. Reparámos ontem que foi levantada esta dúvida pelos Srs. Deputados: a Sra. Secretária tutela apenas a área da Administração e Justiça, então como consegue coordenar os projectos das outras áreas? Face a esta questão, e consultando a prática de Hong Kong e da Província de Guangdong, onde, para resolver este tipo de problema, se adopta o modelo “na ordenação das prioridades dos projectos legislativos intervém o nível máximo do Governo”, entendemos que este modelo pode ser aplicado em Macau.

Assim, propomos realizar reuniões de coordenação, lideradas e participadas pelo Chefe do Executivo, pelos conselheiros do Conselho Executivo, pelos Secretários e pelo organismo coordenador. Eles apreciarão e farão a ordenação da prioridade dos projectos que se considere terem reunido, pelos respectivos serviços públicos, as condições de maturidade e técnicas; por outro lado, permitir-nos-á uma melhor coordenação com a AL em termos do agendamento de Plenários; em fases diferentes, apresentar-se-ão propostas de leis e desenvolver-se-ão eficazmente os recursos humanos do Governo. Esta é uma das atribuições do mecanismo central de coordenação da reforma jurídica: coordenar o Governo na elaboração do plano legislativo anual. Esta é uma nova atribuição.

Além desta atribuição... Ontem os Srs. Deputados questionaram: “sim, está feito o plano legislativo, mas tem de se pensar na sua implementação, caso contrário este seria inútil”. Assim, o mecanismo central de coordenação da reforma jurídica tem outra atribuição muito importante, que é supervisionar se os serviços públicos responsáveis pela produção de diplomas legais conseguem ou não concluir os projectos no prazo definido, e se foram entregues ou não as respectivas proposta de lei à AL. Quanto à fiscalização,

além do mecanismo regular vigente, temos também novos mecanismos. Por exemplo, o mecanismo central de coordenação da reforma jurídica tem competência para emitir orientações, convocar reuniões com os serviços públicos, solicitar-lhes a entrega de informações e relatórios, para ficar a par do andamento da redacção dos diplomas legais em causa. Vantagens? As vantagens são: serão possivelmente detectados em tempo útil os problemas, uma vez que o atraso de um projecto pode ter vários factores, por exemplo, factores de carácter político ou técnico. Caso os problemas sejam detectados em tempo útil, será possível aplicar uma solução específica, por exemplo, no caso de factores técnicos, cuja origem poderia ser a falta de recursos humanos. Para este tipo de situação, se o projecto em causa é ordenado com prioridade, poderíamos mobilizar os recursos humanos de outros serviços públicos para prestar colaboração; no caso de factores políticos, há situações que só podem ser decididas por vários Secretários ou até pelo Chefe do Executivo. Caso os problemas sejam detectados em tempo útil, os mesmos poderão ser submetidos a ponderação a nível superior.

Resumindo e recapitulando, o mecanismo de coordenação central da reforma jurídica possui estas duas atribuições importantes: primeira, coadjuvar o Governo na elaboração de um plano legislativo anual; segunda, supervisionar a execução efectiva do plano legislativo. No futuro, tendo um plano legislativo, os projectos legislativos excluídos deste plano não serão apresentados à AL, com excepção das situações especiais e imprevisíveis de suma importância. Nestes casos, o nível máximo do Governo terá o poder de alterar a ordenação do plano legislativo, acrescentando itens no referido plano.

Como se tratam de atribuições completamente novas, não há sobreposição de atribuições com a DSAJ, ou as de outros serviços públicos, pois são atribuições totalmente novas.

Foram igualmente levantadas questões pelos Srs. Deputados sobre... Com vista a coordenar melhor a estrutura da Administração e poupar recursos humanos, propomos proceder à fusão do Gabinete para a Reforma Jurídica com o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional. Com esta fusão dos dois gabinetes, as suas atribuições vão continuar a ser exercidas pelo mecanismo de coordenação central da reforma jurídica. Quanto às atribuições do Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional, penso que os Srs. Deputados não ficaram com dúvidas: não há sobreposição das atribuições com a DSAJ. Pois o GADI trata essencialmente dos assuntos do Direito Internacional. Quanto às atribuições do GRJ, as mesmas serão continuamente exercidas pelo mecanismo de coordenação central da reforma jurídica. Daí que se levante uma dúvida: então não haverá sobreposição com as atribuições da DSAJ? Bem, no início já expliquei que em Macau está em vigor o modelo de produção de diplomas legais disperso, ou seja, cada serviço público prepara a redacção dos diplomas legais relacionados com sua actividade. Por exemplo, a DSAJ prepara a redacção de diplomas legais relativos ao registo notarial e outros relacionados com as suas atribuições; o Instituto de Habitação prepara a redacção de regimes jurídicos relacionados com a habitação económica e o centro de arbitragem de administração predial. Perante esta situação, para os grandes códigos, por exemplo, o Código de Processo Civil, o Código de Processo Penal, o Código Civil, ou o Código Comercial, é muito difícil atribuir a responsabilidade da sua revisão a um determinado serviço público. Portanto, a revisão destes grandes códigos e dos regimes jurídicos será passada para o mecanismo de coordenação central da reforma jurídica, o que é actualmente uma função do Gabinete para a Reforma Jurídica.

A nosso ver, no futuro mecanismo central de coordenação central da reforma jurídica não vai ter sobreposição de competências com a DSAJ, trabalharão ambos em separado e em cooperação. Temos esperança de fazer um bom trabalho na área da Justiça.

Além do mecanismo de cooperação central da reforma jurídica, há ainda outra questão sobre a administração predial que preocupa muito os Srs. Deputados, e o Governo também.

Acredito que é sabido que não é fácil, mas sim bastante complicado, fazer uma boa administração predial em Macau, com destaque para a administração dos prédios particulares, uma vez que envolvem medidas complementares e políticas interserviços. No mínimo, envolve a área da Justiça, envolve a gestão da habitação ou política de habitação, etc. Quanto a isso, o GRJ e o IH têm trabalhado em cooperação com vista a melhorar o estado da administração predial, através de diferentes canais.

Após uma abordagem e estudo, entendemos que para o melhoramento do estado da administração predial se deve trabalhar em pelo menos três vertentes no âmbito da revisão de leis. Primeira vertente, sabem os Srs. Deputados... Um Sr. Deputado apontou este problema: num prédio constituem-se duas companhias de administração predial, ou colocam-se dúvidas quanto à legalidade das associações de administração de condomínio constituídas. Para esta série de problemas... às vezes com a intervenção do IH estes problemas são resolvidos, caso contrário, as partes limitam-se a recorrer ao tribunal para resolver as disputas. No caso de se recorrer ao tribunal para resolver as disputas... sabe-se que actualmente não existem procedimentos especiais para este género de disputas, portanto, terão de ficar numa fila longa à espera, tal como outros casos habituais. Quando há lugar a recurso, ainda se leva muito mais tempo. Estamos cientes de que as disputas sobre administração predial estão ligadas ao sustento da população e ao dia-a-dia da sociedade. Assim, foi criado o Centro de Arbitragem de Administração Predial, com vista a proporcionar aos interessados mais um canal para resolver disputas através dos meios arbitrais, encurtando o tempo.

Além de proporcionar mais um canal de resolução... A qualidade das companhias de administração predial ou a qualidade dos profissionais de administração predial têm um papel importante na qualidade administração predial. Assim, é intenção do Governo regulamentar as companhias de administração predial e as qualificações dos profissionais de administração de condomínio.

Além das duas medidas acima referidas... o Código Civil prevê o regime de propriedade horizontal, onde se encontram previstos os direitos e deveres dos condóminos, das companhias de administração predial e o estatuto das últimas, etc. Em relação aos novos condomínios fechados em Macau, pergunta-se: então o regime definido antes de 1999 é aplicável? Bem, situações como esta, teremos de analisar. Assim, dependente do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, foi criado um grupo de peritos encarregados da revisão do regime de propriedade horizontal previsto no Código Civil. De acordo com o plano, no próximo ano, em 2011, este grupo apresentará um relatório de onde constarão as soluções propostas para situações concretas e iremos também realizar uma consulta pública sobre esta matéria.

Presidente: Sr. Director Lai, faça o favor de falar nos vistos em passaporte.

Director dos Serviços de Identificação, Lai Ieng Kit: Obrigado Sr. Presidente.

Srs. Deputados:

Em relação às negociações de isenção de vistos em passaporte da RAEM, de facto, o Governo da RAEM tem dado muita importância a estas negociações. Com o apoio do Governo Central, desde o retorno à Pátria temos um total de 87 países e territórios que nos concederam isenção de vistos ou obtenção de vistos à entrada no país. Os países que nos concederam isenção de vistos são para onde viajam mais os residentes de Macau, por exemplo, o Japão, a Coreia do Sul, a maioria dos países do sudeste asiático; no médio oriente, Israel; em África, a África do Sul e o Egipto; e todos os membros da União Europeia. Em 2008, foi-nos concedida a isenção de vistos pelo México que é o “quintal das traseiras”... dos Estados Unidos. A concessão de isenção de vistos pelo México tem muito significado, para promover as negociações com os países do Sul da América sobre a isenção de vistos.

O Sr. Deputado Chan referiu que o número de países que concederam isenção de vistos a Hong Kong é superior ao de Macau, incluindo o Canadá, para onde viajam muitos residentes de Macau, a Nova Zelândia e a Ilha de Guam, território norte-americano. Na realidade, o Governo da RAEM tem-se esforçado por negociar a concessão de isenção de vistos pelos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Austrália. Por sinal, os residentes pensam que temos isenção de visto na Austrália. A Austrália é um país algo especial, que não concede isenção de vistos, mas permite a obtenção de vistos electrónicos a certos países ou territórios, ou seja, vistos simplificados. No caso da Austrália, foi sempre o nosso objectivo a facilitação de obtenção de vistos.

Quanto à isenção de vistos, o acordo de concessão de isenção recíproca de vistos depende totalmente da vontade das duas partes em negociações. Limitamo-nos a encurtar a distância entre ambas as partes, através de actividades promocionais ou *lobbying*, com vista a alcançar um consenso em benefício mútuo. A isenção recíproca de vistos é influenciada por vários factores, designadamente factores políticos, históricos, económicos, de segurança e oportunidade. Diz-se que o número de Hong Kong é superior ao de Macau, mas cumpre notar que Hong Kong antes do retorno à Pátria era membro da Commonwealth, que era integrada por 51 países. Tinha assim maior facilidade para negociar a concessão recíproca de isenção de vistos. No caso de Macau, começámos do zero as negociações com países e territórios da Commonwealth, como é o caso do Canadá, Nova Zelândia e Austrália.

Quanto a calendários, faço notar que a emissão de passaporte da RAEHK começou em Julho de 1997. Ao passo que a emissão de passaporte da RAEM se iniciou em Dezembro de 1999 e, infelizmente, menos de dois anos depois, ou seja, em 2001, ocorreram os atentados de 11 de Setembro. A partir desta data, devido à luta antiterrorista, muitos países começaram a apertar a política de migração, tendo concedido menos isenções de vistos. Em suma, a sequência de acontecimentos a nível mundial não nos ajudou.

Por sua vez, ao ponderar a política de migração a nível mundial, incluindo a isenção de vistos, muitos países e territórios estabelecem barreiras. Por exemplo, define-se um determinado número de pessoas a quem deva ser concedida isenção de vistos, ou pondera-se se há uma certa percentagem de estadias em excesso, avaliam-se

eventuais benefícios económicos que se poderiam obter. Estes são factores a ter em conta. Além disso, tem-se em consideração também a segurança, incluindo a segurança dos passaportes. O Sr. Deputado Chan referiu o passaporte electrónico. Para negociar com certos países a concessão de isenção de vistos, a emissão de vistos electrónicos é uma exigência mínima.

Quanto à dimensão da economia, sim, a nossa economia tem-se desenvolvido de forma bastante rápida. O Sr. Deputado Chan fez uma comparação entre os números de Hong Kong e de Macau, mas há uma diferença muito significativa de dimensão e modelo de economia entre ambos territórios.

Quanto ao número dos residentes de Macau que viajaram para o exterior, ou para certos países, o número é limitado. Cito o exemplo do Canadá: em 2009 registaram-se cerca de 300 residentes de Macau em viagem para o Canadá, via Aeroporto de Hong Kong. Estes dados de residentes que viajaram para o exterior não permitem avaliar os benefícios económicos trazidos pelos residentes de Macau para os países onde viajaram. Para alguns países este aspecto pesa muito. Portanto, o que podemos fazer é continuar a negociar com esses países.

Outra situação: em alguns países não é revista anualmente a política de migração. Os intervalos de revisão são bastante longos. Por exemplo, em alguns países a política de migração é revista de cinco em cinco anos, e se calhar noutros o intervalo é ainda maior. Por exemplo, se terminarmos as negociações com determinado país logo após uma revisão da sua política de imigração não é de esperar que as respectivas autoridades venham a alterar a legislação só por causa de Macau.

Estes foram os problemas e dificuldades com os quais nos deparámos. É evidente que se trata de nossa responsabilidade inalienável e estamos empenhados em resolver estas questões. Recordo-me que pouco tempo depois do retorno à Pátria um cidadão começou a escrever-me cartas anónimas... Ainda me lembro do estilo dos caracteres chineses dele. O cidadão em causa exortou os nossos serviços e o Governo da RAEM a trabalhar com empenho nesta matéria. De facto, lembro-me bem disto. Enviou-nos cartas durante três anos consecutivos e após a obtenção da isenção de vistos da União Europeia deixou de escrever. No entanto, isto não significa que baixámos os braços. O Governo da RAEM continua a esforçar-se por condições mais favoráveis, e a aplicabilidade de certos pactos internacionais em Macau ajuda-nos a negociar a concessão de isenção de vistos.

Outra actividade da nossa área tem a ver com a emissão do passaporte, tal como referiu o Sr. Deputado Chan. O nosso passaporte electrónico respeita as normas internacionais mais exigentes. Para divulgar o facto de os passaportes emitidos pela RAEM estarem em conformidade com as normas dos países mais exigentes obtivemos a certificação internacional. Para nós, a obtenção desta certificação internacional não significa apenas um acto de boa gestão. Tem ainda a finalidade de promover o nosso sistema de certificação.

Em Setembro deste ano aderimos oficialmente à *International Civil Aviation Organization Public Key Directory* sob o nome “Macau-China”. É de esperar que esta adesão venha a ajudar-nos a promover os passaportes da RAEM.

Há algumas iniciativas em curso que não foram divulgadas, por

não ser oportuno. Por exemplo, as negociações com a Rússia estão em curso. O Sr. Deputado Chan referiu a Rússia, o Brunei, o Peru e a Venezuela. Estes países já chegaram a um consenso connosco. Estava agendada uma deslocação a Macau de uma delegação de representantes da Rússia para negociar os pormenores connosco, mas por motivos diversos a visita foi adiada. Com o apoio do Governo Central, o Governo da RAEM continua a trabalhar com empenho nas negociações de isenção de vistos.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Está na hora do intervalo. O intervalo dura meia hora, e de seguida vão usar da palavra outros sete Srs. Deputados.

(Intervalo)

Presidente: Srs. Deputados:

Prossigamos o Plenário. Tem a palavra o Sr. Deputado Cheung Lup Kwan.

Cheung Lup Kwan: Obrigado Sr. Presidente.

Caros colegas:

“Estamos perante uma situação que obriga a enterrar o velho para trazer o novo”, esta foi uma ideia de alguns Srs. Deputados. Isso despertou-me sentimentos contraditórios. Bem, conheci a Sra. Secretária Chan há já muitos... Seria melhor não revelar quantos anos para não dar impressão de que a Sra. Secretária está velha... Bem, conheci-a há largos anos. Sei que cresceu numa família católica muito devota. Se bem me lembro, naquela altura você tinha uma secretária num gabinete da DSE. Naquela altura, devido às quotas... Sei muito bem como era... muitos pessoas ofereciam “leisi” aos funcionários da DSE, incluindo aos funcionários que faziam as limpezas. No Natal todos tentavam entregar envelopes à actual Sra. Secretária Chan e assisti a isto: quando lhe ofereciam um envelope ela mandava abrir dizendo: “abra esse envelope, aceito com prazer se for apenas um cartão, se for uma prenda, obrigada, mas não aceito.

Portanto, até hoje a Sra. Secretária Chan continua a ser católica devota. Uma pessoa tão íntegra foi censurada pelo tráfico de influências?! É incrível! A “cultura tradicional” que vigorava antes do retorno à Pátria deve ser do conhecimento de todos quantos estão aqui presentes, Sra. Secretária. Tenho uma fábrica, Sr. Deputado Pereira Coutinho... Segundo a cultura tradicional quem “não pagava um café” não sobreviveria na sociedade. Era obrigatório “pagar um café” e uma “cerveja”. Especialmente por parte de quem, como eu, possuía fábricas. Refiro estas “prendas” e “pagamentos” porque assim acontecia de facto.

Quando fazia um carregamento de mercadorias era preciso primeiro apresentar requerimento à DSE. A seguir, a DSE mandava inspectores para verificação. Se o “café” era suficiente, no dia seguinte dava autorização para fazer o carregamento. Se o “café” não satisfazia a sede, acontecia isto: às 6 horas estava marcado o carregamento, e às 7 horas os inspectores surgiam à porta do armazém ordenando a abertura de todas as embalagens. Assim ia ao “ar” um carregamento de mercadoria. Isto não acontece actualmente. Após o retorno à Pátria, com excepção do caso Ao, de um modo geral os funcionários públicos passaram a comportar-se devidamente. Espero que se lembrem do passado. De facto, em dez

anos registaram-se progressos muito significativos.

Vale a pena mencionar a Direcção dos Serviços de Identificação. Bem, tendo já uma idade avançada, não tenho de renovar frequentemente o meu BIR, que tem validade por muitos anos. Contaram-me muitos amigos que não é preciso formar filas na DSI, que aplicou medidas de facilitação do atendimento aos residentes através do serviço *one stop*. Idênticas medidas foram aplicadas no Centro de Serviços do IACM, nos Centros de Prestação de Serviço ao Público, no Centro de Serviços da RAEM e há diversos serviços electrónicos que são bem acolhidos pelos residentes.

De notar que muitos residentes não louvam o progresso feito pelos serviços públicos, por não terem usufruído destas medidas.

No entanto, as pessoas são estranhas: por um lado, exigem o reforço da prestação de serviços, por outro lado, censuram a “inflação” de funcionários públicos. Tal como o Sr. Director disse: anteriormente o número de turistas rondava os 2 milhões, era inferior a 3 milhões, mas agora atinge os 30 milhões; aumentou mais de dez vezes. Com este aumento não precisarão os Serviços de Migração e os Serviços de Turismo de mais pessoal? O aumento de turistas é muito superior ao aumento de 29% de funcionários públicos referido pelo Sr. Director. Por exemplo, o jogo é o sector basilar e as receitas fiscais na actualidade são muitíssimo mais elevadas do que antigamente. Consequentemente, a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos precisa de mais funcionários. Vale o mesmo para o Centro Hospitalar Conde de São Januário, que triplicou a oferta, enquanto os centros de saúde passaram de 6 para 11 postos, o que obriga à contratação de mais pessoas. A isso chamam “inflação”? O quadro de 18 mil funcionários públicos com que contávamos teve se ser ampliado. A contratação de mais pessoal tem por objectivo servir o cidadão.

De qualquer forma, importa aumentar os efectivos de forma racional, evitando excessos. Cumpre reforçar a gestão do pessoal e otimizar a prestação de serviços ao público. No entanto, a reforma deve realizar-se de forma gradual, não se devendo comparar a nossa situação com Hong Kong e Taiwan, uma vez que as condições são completamente diferentes. Por exemplo, em Taiwan há mais de 30 anos foi implementado um sistema muito avançado de recrutamento, mas em Macau continuam a aplicar-se as obsoletas regras da Administração portuguesa, de há muito desactualizadas mesmo em relação a outros países da Europa.

Os funcionários estavam satisfeitos com o anterior regime de promoção interna nos serviços públicos. Entretanto, as regalias aumentaram. Foram criados mais escalões no topo, proporcionando oportunidades de progressão acrescidas. Assim, face ao passado, regista-se um avanço.

Acho que estas LAG estão bem elaboradas, abrangendo medidas a longo prazo. Em relação à inflação, trata-se de um problema que todos têm de encarar. Nos Estados Unidos, muitos vencedores do Prémio Nobel apresentaram sem sucesso soluções diversas para enfrentar este problema. Contudo, as disponibilidades financeiras tão abundantes do Governo de Macau permitem-lhe minimizar as dificuldades do cidadão provocadas pela inflação.

Quanto à legislação, é verdade registarem-se atrasos. Sabemos todos que o circuito dos diplomas leais é este: Direcção de Serviços – Secretaria – DSAJ – AL. Portanto, a produção de um diploma legal dá voltas e mais voltas pelos serviços públicos, e passa

pelas mãos de diversas pessoas. Se os Srs. Deputados consideram haver atraso na legislação devem definir quais as matérias de maior urgência para os cidadãos. De seguida poderiam apresentar um projecto à AL para debatermos. O Sr. Presidente poderia apresentar esse projecto à Sra. Secretária, para estudo e reformulação. Deveria existir uma forma mais rápida para regulamentar matérias com urgência. Os Srs. Secretários ficam nos gabinetes, ao passo que os Srs. Deputados andam sempre pelas ruas e têm melhor percepção das necessidades dos residentes. Esta é a minha opinião pessoal que aqui vos deixo.

A proposta de lei sobre patrocínio jurídico para função pública foi chumbada devido ao artigo 4º. De notar que a intenção original desta proposta não visava restringir os *media*, mas sim dar garantias aos funcionários públicos da linha da frente. Por exemplo, polícia e médicos são obrigados a confrontar-se com muitos problemas. Os médicos, em particular, têm de atender frequentemente bêbados, doentes mentais... sofrem injúrias e até agressões físicas. Recordo-me de um médico que assinou uma certidão de óbito, foi processado, e teve de defender-se em tribunal com o dinheiro do seu próprio bolso. A proposta de lei em causa visa essencialmente dar uma garantia aos funcionários públicos que possam ter problemas provocados pelos riscos de contacto físico, e não procura restringir os *media*. A proposta de lei em causa foi aprovada na generalidade pela AL. Afigura-se a necessidade de oferecer garantias para evitar desperdício de dinheiro do erário público. Ao abrigo do Código Civil, os funcionários públicos de alto nível são protegidos, e por isso esta proposta de lei visa dar garantias aos trabalhadores da linha da frente.

Quanto à polémica das sepulturas perpétuas, este caso chocou-me muito. O pai da Sra. Secretária prestou serviço anos a fio à igreja, e faleceu em 1996. Sendo ele um católico devoto, a família pediu uma sepultura perpétua, o que foi deferido pela então Câmara Municipal. O pedido formulado antes do retorno à Pátria corresponde ao disposto no artigo 145º da Lei Básica. Na altura foram apresentados 500 pedidos. Em 2001 foram apresentados 10 pedidos para utilizar sepulturas perpétuas, e que foram deferidos pela Câmara Municipal Provisória. O deferimento foi concedido por muitos serviços públicos, incluindo departamentos onde se encontravam Senhores Deputados. No deferimento afirmaram não existir tratamento injusto, uma vez que existia igualdade de oportunidades para aceder a sepulturas perpétuas por sorteio anual. Declararam isto e devem ser coerentes.

Já não falo nos deveres de Deputado, mas, como homens, devemos apresentar-nos de consciência tranquila perante as nossas mulheres e filhos. Portanto, acusaram a Sra. Secretária de tráfico de influências, mas que provas têm? Certos Deputados tiveram atitudes contraditórias. Quais eram as suas segundas intenções? O artigo 29º da Lei Básica prevê: “(...) devendo presumir-se inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação pelo tribunal.”. O artigo 49º, do Código Penal, prevê a presunção de inocência. Alguns políticos com segundas intenções alimentaram repetidamente as especulações dos *media*; notícias imprecisas, para provocar o ressentimento público. Injuriaram e caluniaram. O caso das sepulturas está a ser acompanhado pelo Comissariado Contra a Corrupção. Este caso ainda não foi julgado pelo tribunal, mas a Senhora Secretária foi acusada de tráfico de influências. Portanto, este acto violou o disposto sobre a presunção de inocência, prejudicando gravemente o primado do Direito na RAEM.

A construção de uma sociedade harmoniosa e estável requer esforços constantes de todos nós. O entusiasmo excessivo, visão

curta e cega, ódio pelos governantes, constituem forças destrutivas, prejudicam o progresso e afectam negativamente os interesses dos cidadãos. Assim, apelo a certos Deputados para não alimentarem mais a confusão e o clima de suspeita, dividindo a sociedade. Devem antes deixar que a sociedade e o Governo concentrem energias, para trabalhar em prol do bem-estar da população.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo:

Vou manifestar as minhas ideias e opiniões sobre as LAG.

O Sr. Deputado Cheong Lap Kwan referiu problemas de vária ordem, incluindo a contratação de pessoal. O desenvolvimento social e a informatização aumentam as solicitações das pessoas. Os residentes exigem ao Governo cada vez mais serviços que podem ser difíceis de disponibilizar. São necessários mais recursos humanos para fazer face às solicitações crescentes do cidadão. Isto é compreensível. No entanto, actualmente, os procedimentos administrativos em vigor são, na minha óptica, muitos complicados e confusos, dificultando o funcionamento de toda a estrutura administrativa. É muito provável que alguns procedimentos diminuam a eficácia administrativa e redundem em desperdício de dinheiros públicos.

Caso a máquina da Administração funcione, bem pouco importa se o Governo é grande ou pequeno. O que nos interessa é ter um Governo com eficácia. Assim, o Governo deve reformar os procedimentos administrativos. Por esta razão abordo hoje este tema: o Governo electrónico.

Recordo que em 2000 o Governo da RAEM deu início à introdução do Governo electrónico. Foi constituído um grupo de trabalho de estudo no âmbito da promoção do “expediente electrónico” junto dos serviços públicos e da prestação ao cidadão de serviços electrónicos. Por exemplo, foi criado e aperfeiçoado o Portal do Governo e alargado o âmbito de aplicação do *e-Pass* e do *e-Form*, ou certificados electrónicos. Além disso foi implementado o Centro de Informação ao Público com vista a promover a automatização e a desmaterialização (sem papel) dos procedimentos administrativos e fluxos de trabalho. Os resultados foram bons. Mas, peço desculpa pela minha franqueza, ao longo de anos estas medidas foram introduzidas de forma superficial. O expediente electrónico em matéria de fluxos de trabalho distorce a ideia original do Governo electrónico.

O essencial do Governo electrónico abarca as actividades do Governo. Antes de lançar e proceder à introdução dos procedimentos electrónicos, deve fazer-se uma compilação das atribuições dos serviços públicos, coordenar a estrutura orgânica e otimizar os fluxos de trabalho. Caso contrário, a implementação, com os procedimentos administrativos existentes, será mais complicada, aumentará a carga de trabalho dos serviços e a pressão sobre o pessoal. Portanto, os prejuízos serão maiores do que as melhorias. Por exemplo, nos últimos anos o Executivo não parou de promover junto dos serviços públicos a obtenção da ISO. Acontece que a obtenção da ISO significa apenas que as respectivas actividades são concluídas de acordo com os processos programados, sem erros. A

ISO não leva em consideração se os processos são ou não racionais, se as tarefas são ou não repetidas, desde que sejam executados de acordo com normas técnicas definidas na ISO. Assim, podemos imaginar que quando os serviços públicos são levados a obter a ISO, com base nos procedimentos administrativos existentes, as formalidades interserviços tornam-se mais complicadas e conduzem até à “guerra dos *e-mail*”. Acredito que os responsáveis sentados na fila atrás de mim devem estar de acordo comigo. Todos trocam *e-mails* com frequência e, em caso de erros, a troca de *e-mails* serve de protecção a cada um dos intervenientes. Seria melhor não cometer erros, assim não viriam a ter de assumir responsabilidades. Portanto, os serviços públicos tentam declinar responsabilidades e a responsabilidade morre solteira.

Estes procedimentos administrativos complicados e pouco eficazes podem traduzir-se em desperdício de dinheiro do erário público e são um dos factores de aumento anual das despesas orçamentadas do Governo. Por exemplo, quantas folhas A4 são gastas por ano? Imprimir resmas de papel não é um acto amigo do ambiente.

Em primeiro lugar, para implementar o Governo electrónico importa reforçar a capacidade de fiscalização, proceder-se à reestruturação das atribuições dos serviços públicos e melhorar a coordenação interserviços. Em segundo lugar, é essencial otimizar os procedimentos e reduzir os custos administrativos, aumentando a eficácia do trabalho. Concretizadas estas tarefas, é possível começar a prestação de serviços electrónicos de uma forma eficaz. O Governo electrónico é caracterizado por quatro elementos: reestruturação das actividades, aceleração de fluxos, partilha de informações e organizações virtuais. A implementação do Governo electrónico poderá aumentar a eficácia do Governo, promover maior transparência e sentido de responsabilidade. Possibilita ainda uma boa interacção interserviços, entre a Administração e a sociedade, entre o Governo e o cidadão, aumentando a qualidade dos serviços prestados. Afinal, uma maior participação da sociedade reforça um Governo ao serviço do público.

Confesso ter muita pena da Sra. Secretária, uma vez que a implementação do Governo electrónico requer a reestruturação das atribuições dos serviços públicos, a optimização de procedimentos administrativos e a promoção da colaboração interserviços. Mas tudo isto não depende apenas da Secretária para a Administração e Justiça, sendo necessário o contributo de todo o Governo. Além disso, é ainda preciso apoio superior, ou seja, o apoio do Chefe do Executivo, que coordena a sua implementação. Consultámos os exemplos de outros países ou territórios e vemos, por exemplo, que a Correia do Sul obteve um sucesso fabuloso na implementação do Governo electrónico. Este sucesso foi conseguido graças ao apoio dado à implementação do Governo electrónico pelas mais altas instâncias do Estado. O Presidente é quem coordena a comissão especial para a implementação do Governo electrónico. No nosso país as iniciativas relativas ao Governo electrónico são levadas a cabo sob a coordenação do Primeiro-Ministro Wen Jiabao.

Face ao exposto, um dos factores decisivos do sucesso do Governo electrónico é o apoio e a coordenação do dirigente máximo. Tal contribui para promover acções substanciais de implementação do Governo electrónico e a transparência da Administração ao serviço do público.

Quero também abordar outro tema com a Sra. Secretária. Trata-se da inflação e de problemas alimentares que motivam

preocupação geral.

Alimentos vivos ou frescos, óleos alimentares, arroz, água, electricidade, gás, etc., são bens de consumo diário indispensáveis para todos os residentes. Recentemente, alguns países poderosos implementaram, de forma irresponsável e contínua, políticas monetárias expansionistas que agravaram a inflação mundial. A China foi um país que sofreu impactos graves, aos quais Macau não escapou. Portanto, o custo de vida aumentou, tendo-se registado uma subida no índice de preços no consumidor superior a 3,9%; os preços dos alimentos aumentaram de forma assustadora.

Existe permanentemente uma diferença bastante significativa no preço dos alimentos entre Zhuhai e Macau, não sendo novidade para ninguém. Esta diferença deu origem a um contrabando muito activo. Assim é difícil garantir a segurança alimentar, estando em risco a saúde dos residentes. Ante forte pressão inflacionária, o Governo deve, o mais depressa possível, examinar se os circuitos de fornecimento e venda de alimentos vivos ou frescos, cereais, óleos alimentícios e outros géneros alimentícios, estão em condições de garantir o funcionamento regular de mercado. Tal como referiu o Sr. Deputado Kou Hoi In, o fornecimento a Macau de alimentos vivos ou frescos está a cargo de organismos do interior da China. Durante a visita a Macau o Primeiro-Ministro Wen Jiabao deixou a promessa de garantir que os preços dos alimentos a fornecer a Macau seriam estáveis e razoáveis. Portanto, o preço elevado dos alimentos vivos ou frescos não tem origem na fonte de fornecimento. O problema é este: após saírem dos produtores, e até entrarem no mercado de Macau e chegarem à mão dos consumidores, os preços dos alimentos chegam a duplicar.

Por exemplo, 500 gramas de carne suína, ou seja, 1 cate, custa 8 yuans, a preços de grossista. Os fornecedores vendem a Macau por 10 yuans, mas o preço a retalho, no final, chega a 30 patacas! Tirando a diferença cambial, o preço duplicou. O que mostra que os problemas estão nos circuitos do mercado interno de Macau: distribuição, venda por grosso, matança, venda a retalho, etc. Além disso, há falta de transparência nos preços de mercado, e em cada fase de intermediação os custos aumentam, gerando lucros indevidos, de forma que, no final, os produtos chegam aos consumidores a preços muito elevados. Portanto, tem de ser regulamentado o funcionamento do mercado interno de Macau, sob pena de não ser possível manter preços estáveis e razoáveis. Alimentos vivos ou frescos passam por demasiados intermediários, entre o momento em que saem dos produtores e a altura em que são colocados à venda em Macau, e isso encarece muito os preços.

Assim, apelo ao Governo da RAEM para averiguar as causas, expor os abusos, e coordenar melhor o funcionamento do mercado, para que os preços a retalho regressem ao nível normal. Proponho a divulgação do preço dos alimentos provenientes do interior da China e a eliminação de circuitos desnecessários. Isso poderá ajudar a baixar os preços dos alimentos vivos ou frescos. Podemos também tomar como referência o exemplo da Singapura, onde existem empresas que exploram supermercados para garantir o fornecimento suficiente de bens de consumo diário a preço baixo. Para ajudar as pessoas de menores rendimentos deve optimizar-se o banco alimentar, oferecer maiores apoios, de acordo com a inflação, em particular aos beneficiários das “medidas provisórias do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho”. Antes, nos tempos difíceis, representantes dos interesses laborais e patronais uniram-se para vencer as dificuldades, e os empregados aceitaram uma redução de salários. Hoje, os patrões devem contribuir para uma relação

harmoniosa com os trabalhadores e aumentar os salários dos seus empregados para combater a inflação em conjunto.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Vong Hin Fai: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Em relação à execução das LAG da área da justiça para o ano de 2010, constatei que os projectos apresentados no âmbito das LAG, em Março deste ano, entraram em curso. Por exemplo, deram início à recensão e à adaptação da legislação; traçaram orientações para o fluxo de produção de projectos legislativos; criaram uma página electrónica para orientações de produção jurídica; foi realizada uma série de cursos de formação sobre a produção jurídica e procedimentos administrativos, destinados aos funcionários públicos; foram acolhidas as nossas sugestões apresentadas em Março deste ano, na ocasião do debate das LAG na AL – foram dadas oportunidades aos operadores do direito da função pública de participar efectivamente na reforma jurídica, através de grupos e orientação de peritos.

Por sua vez, com o poder delegado pelo Governo Central, o Governo da RAEM abordou a possibilidade de iniciar uma cooperação judiciária e jurídica com os países lusófonos, tais como Cabo Verde e o Brasil, de entre outros, e em seguida assinou com os esses países um acordo de cooperação jurídica e judiciária. Quanto à formação, no âmbito do registo notarial, Macau presta apoio a Timor-Leste. A meu ver, sob a fiscalização da AL e da sociedade, o Governo da RAEM fez um bom trabalho na área da Justiça, em mais de metade do ano corrente, especialmente no âmbito da cooperação jurídica e judiciária com os países lusófonos. Nesta cooperação o Governo da RAEM transmite-lhes as experiências viáveis e bem sucedidas. Isto significa que a legislação da RAEM possui, em si, um valor positivo. A legislação de Macau não é desactualizada, atrasada, confusa ou inútil, tal como certas pessoas a caracterizaram.

Ontem, ao criticar os serviços públicos pela sua “inflação”, alguns Srs. Deputados referiram as comissões e conselhos constituídos. Sendo membro de um conselho, quero dizer que os trabalhos destes organismos são de carácter voluntário. Já não falo no tempo perdido para preparar as reuniões, os seus membros precisam de apreciar documentos, fazer levantamento de dados, preparar discursos, apreciar actas finda cada reunião, assistir a reuniões que duram cada uma, no mínimo, 2 ou 3 horas; os membros não provenientes da função pública recebem senha de presença no valor de 590 patacas por cada reunião e os da função pública não recebem senha de presença nos termos legais. Por isso, não estou a perceber por que razão confundiram os custos de funcionamento destes organismos com os custos de funcionamento dos serviços públicos. Acho isso um mal-entendido, levando a que a sociedade fique com a ideia de que os membros destes organismos têm o mesmo ou igual tratamento que os funcionários públicos, o que não é justo para com os membros destes organismos que contribuem para as políticas dos assuntos públicos comunitários.

Nas LAG da área da Justiça para 2011 refere-se estar concluída a consulta sobre o mecanismo de conciliação central e o procedimento disciplinar central, e está em curso a elaboração da respectiva proposta de lei. Quando estiver elaborada a proposta de lei, eu

espero que o Governo faça outra consulta junto das associações dos funcionários públicos, no sentido de lhes fazer uma apresentação e recolher opiniões, reforçando a aceitação e a operacionalidade do novo regime.

Os SAFP serão a entidade competente para o novo regime. Agradeço que o Governo nos faça uma apresentação sobre os aspectos do *hardware* e *software*, incluindo por exemplo: os recursos humanos, a contratação e formação de mediadores, instrutores e pessoal de apoio, no âmbito do procedimento disciplinar central.

Quanto à recensão e adaptação da legislação, ontem a Sra. Secretária já nos revelou ter dado início aos respectivos trabalhos. Gostava que o Governo fizesse uma apresentação ainda mais detalhada. Para isso, já foi publicado um despacho do Chefe do Executivo no BO. Então, de que formas ou soluções dispõe para garantir a conclusão desses trabalho até Março de 2012?

Quanto à formação do pessoal judicial e de juristas, ontem e hoje os meus colegas na AL mostraram-se atentos a esta matéria. Nas LAG da área da Justiça refere-se: continuar a ministrar e organizar várias acções de formação, para ingresso na carreira, e acções de formação contínua. Mas essas acções de formação limitam-se aos procedimentos administrativos, aos contratos administrativos, ao regime jurídico dos direitos e deveres na Função Pública e ao regime de aquisição de bens e serviços. Nos últimos anos, devido ao melhor conhecimento no âmbito da protecção dos direitos, o cidadão sabe recorrer ao Provedor de Justiça em matéria de procedimentos administrativos, por exemplo, através de reclamações, recursos hierárquicos, bem como mediante recurso contencioso junto do Tribunal Administrativo ou do Tribunal de Segunda Instância. O Governo deve ministrar acções de formação mais específicas, com teoria e prática, para os juristas dos serviços públicos, para estes adquirirem mais conhecimentos teóricos e práticos, aumentando a eficácia administrativa do Governo.

Quanto à formação do pessoal judicial, nas LAG refere-se que foram ministrados três cursos de formação de magistrados. No 1º curso formaram-se 10 magistrados; no 2º curso, formaram-se 6 magistrados; o 3º curso está a decorrer, e é frequentado por 9 pessoas; o 4º curso vai ser aberto em meados do ano, contando com vagas para 30 pessoas. Estes cursos visam, através do aumento do pessoal judicial, resolver a longo prazo o problema da acumulação de processos nos tribunais. Mas o 4º curso irá mesmo admitir com sucesso 30 formandos? Quanto a isso, tenho certa reserva. Na realidade, os três cursos conseguiram admitir apenas 20 pessoas para cada curso. Apesar de se inscreverem mais de 200 candidatos na abertura de cada curso, a maior parte dos candidatos não passaram nas provas. Isto prende-se com o facto de os candidatos não terem satisfeito as exigências da respectiva comissão de avaliação, quanto ao conhecimento jurídico sobre Macau. Porque sucedeu isto?

Quanto às instituições superiores, por exemplo, da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, não saem por ano muitos licenciados para trabalhar na sociedade? O que vale mencionar é que em Macau, além das faculdades de Direito das instituições superiores que asseguram a formação de juristas, as instituições cívicas, por exemplo, a Fundação de Desenvolvimento de Ensino Superior, antes do retorno à Pátria, contribuiu imensamente para Macau, na formação de pessoas qualificadas em Direito, tendo concedido subsídios aos jovens de Macau para se licenciarem em direito em Portugal. O êxito é muito visível, pois actualmente muitos juizes, delegados do Ministério Público, advogados ou juristas,

foram beneficiários do programa de apoio.

Após o retorno à Pátria, apesar das instituições superiores públicas terem assumido a missão de assegurar a formação de pessoas qualificadas, em resposta às necessidades do desenvolvimento socioeconómico de Macau, segundo os exemplos que citei, na realidade, essas instituições não conseguiram formar pessoas com bom domínio do ordenamento jurídico de Macau. Nos anos seguintes ao retorno à Pátria, a Fundação de Desenvolvimento do Ensino Superior atribuiu mais subsídios aos jovens de Macau para tirarem cursos de Direito em Portugal e, por ano, mais de 20 pessoas beneficiaram deste apoio.

Por que razão ainda há tantos jovens que deixaram a sua terra para estudar Direito tão longe, em Portugal? Razões? Nos últimos anos, no debate das LAG da área da Justiça, os meus colegas à AL mostraram-se atentos, discutiram esta matéria e apresentaram sugestões construtivas. Por exemplo, é preciso gradualmente preparar a legislação local, documentação jurídica, livros jurídicos; criar uma equipa docente a tempo inteiro com bom conhecimento do ordenamento jurídico de Macau e da realidade de Macau; estimular estudiosos para proceder à investigação jurídica de Macau. Em 2006, a AL deu mais flexibilidade à Universidade de Macau a nível do seu funcionamento, através da aprovação do regime jurídico da UM. Por exemplo, a tutela administrativa, que era exercida pelo Executivo foi transferida para o Conselho da Universidade de Macau; o índice de reitor, vice-reitor e professor catedrático de mérito, pode ser superior ao índice máximo estabelecido no regime jurídico da função pública, com vista a atrair estudiosos conhecidos a nível internacional, para servir Macau, assegurando a formação de pessoas competentes.

Na sequência da alteração do regime jurídico da UM em 2006, a UM ficou determinada em fazer reformas, e para tal foi criada a Fundação para o Desenvolvimento da Universidade de Macau. No entanto, parece existir ainda muito espaço para fazer melhorias no que toca à formação da cultura jurídica local.

Por que razão tenho este ponto de vista? Em primeiro lugar, quanto aos livros de Direito, nos 4 anos entre 2006 e hoje, a UM editou apenas cerca de 30 livros em línguas chinesa, inglesa e portuguesa. Só que a maior parte deles são dissertações para a obtenção do grau de mestre ou de doutoramento, mas foram apenas editados 4 livros ou traduções sobre as matérias indispensáveis para a licenciatura em Direito, tais como Direito das Obrigações, Direitos Reais, Direito da Família, Direito Administrativo de entre outros.

Inversamente, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, tem-se esforçado nos últimos anos em editar livros: cerca de 15 no âmbito do Direito Administrativo, Código de Processo Administrativo, Código de Processo Civil e Código de Processo Penal, de entre outros. De notar que a maior parte dos autores foram funcionários judiciais efectivos, que aproveitaram o seu tempo livre para escrever ou traduzir esses livros. Aqui, quero manifestar-lhes a minha admiração.

Quanto à preparação docente, a Faculdade de Direito da UM dispõe de 38 docentes a tempo inteiro, dos quais 9 foram formados localmente. No entanto, a referida faculdade formou, desde 1993, os primeiros licenciados em Direito, só que decorridos 17 anos a UM só preparou 9 docentes em Direito para servir Macau! De notar que, além dos docentes a tempo inteiro, a Faculdade de Direito da UM dispõe de 31 docentes a tempo parcial, dos quais 11 foram formados localmente.

Recentemente, houve individualidades na sociedade, incluindo o Sr. Deputado Lee Chong Cheng, que no uso da palavra no período de antes da ordem do dia, num dos Plenário realizado há dias, considerou que as instituições locais não estão cientes de que existe uma falta de pessoas com bom domínio da legislação local e da realidade de Macau. Hoje, quase 11 anos a contar do retorno à Pátria, a formação de juristas locais continua a marcar passo. Por isso, partilho das opiniões do Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Se se pretender acelerar a formação de juristas, promover o desenvolvimento da legislação local, preparar uma equipa docente de Direito, local e a tempo inteiro, o Executivo deve pensar em coordenar os recursos jurídicos de todas as instituições superiores para criar um instituto ou uma universidade de Política e de Direito, em língua chinesa e portuguesa, com o objectivo de estudar a legislação local, com características locais. Assim, por um lado, seriam promovidos, a partir da origem, estudos sobre as teorias da legislação local e seria desenvolvida uma ciência jurídica local, formando teorias e valores jurídicos com as características próprias de Macau, reduzindo as divergências na legislação. Por outro lado, seria melhor representar as próprias vantagens produzidas pelo princípio “um país, dois sistemas”, e a sua integração diversificada em Macau, desenvolvendo melhor o papel de Macau como plataforma entre a China e os países lusófonos.

O que acabei de dizer foi a conclusão do uso da palavra do Sr. Deputado Lee Cheong Cheng no período de antes da ordem do dia. E estou completamente de acordo com o ponto de vista dele. Assim, espero que o Governo esteja mais atento a esta matéria e venha a dar uma resposta oportunamente.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado Sr. Presidente:

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Muitos colegas meus já usaram da palavra. Hoje quero manifestar as minhas opiniões sobre a área da Administração e Justiça.

Em primeiro lugar falo nas coisas boas, que não são visíveis para as pessoas de fora. Bem, em 2008 os SAFP fizeram duas coisas: uma chama-se “Plano Criativo para os Funcionários Públicos – 2008”, e a outra designa-se “Competições de Leitura”. Não se vê nada hoje, pela falta de certificados. Estes planos duraram dois anos e foram escritos muitos textos, dos quais muitos foram premiados. Os participantes foram os funcionários públicos da linha da frente que apresentaram sugestões para a reforma da Administração Pública. Mas as pessoas de fora não sabiam disso. Pois foram premiados e elogiados os trabalhos, e mais nada.

No mês passado, nos dias 22 e 23, foi realizado um seminário, subordinado ao tema “Administração Pública”, que durou dois dias, e neles foram divulgados muitos textos que serviam hoje para temas de debate. Todos passaram “receitas médicas” ao Governo, apontando onde estão as falhas. As “receitas médicas” estão ali, os textos estão ali. Isto sucedeu há pouco tempo.

A meu ver, para que se faz a reforma da Administração Pública? Que problemas tem a Administração Pública? Na minha opinião, a

nível da Administração, a nível de regime, a Administração Pública parece uma espécie de *puzzle*, pois falta uma compilação. Após o século XXI, a Administração Pública precisa de ser reorganizada, dado que o Governo é um corpo. O funcionamento interno do Governo é suportado por uma espécie rede sem buracos. Está assim agora? Por que razão os meus colegas criticaram a ineficácia do serviço *one stop*? As causas foram muito complicadas, mas o mais complicado é a falta de racionalização dos procedimentos internos estabelecidos. Uma vez que cada serviço público funciona em obediência aos procedimentos, por exemplo, este procedimento acabou mas o outro não, assim tudo fica parado. Ainda não tocaram nos problemas nucleares! Fizeram reformas dos procedimentos internos? Se fizeram, então, até que nível?

Os serviços públicos elogiados pelo cidadão fizeram reformas de muitos procedimentos internos. Por exemplo, há dez anos, o pedido de uma certidão de nascimento levava uma semana; 30 anos atrás não sei quanto tempo levava, mas agora leva apenas umas horas. A certidão é a mesma, nada foi alterado: é imprimida e é carimbada e pronto. Por que razão agora leva tão pouco tempo? A origem está nos procedimentos!

Ao fazer essa reforma em todo o Governo, é preciso fazer uma investigação. Quais as competências que os serviços públicos ultrapassam? Onde mandam em excesso? Em que é que não cabe ao Governo mandar? Há matérias que eram da competência de um terceiro serviço, ou de outra associação, e eles faziam um bom trabalho, mas o Governo quis mandar nestas matérias. Resultado? O terceiro serviço ficou “encolhido” e o Governo não fez um bom trabalho, mas desperdiçou dinheiro do erário público. Coisas assim sucedem todos os dias. Para certas matérias, cruzam-se os braços. Esta atitude é muito típica. Por exemplo, moro no bairro Toi San, temos de limpar o patamar das escadas do prédio onde moro de três em três meses. Porquê? Temos de perguntar porquê? Ao longo de anos a fio, o chão do patamar tem de ser varrido de três em três meses.

Actualmente muitos serviços públicos são divididos. Há sobreposição de competências? Não me parece. Não estou com intenção de criticar o Sr. Presidente Tam Wai Man, mas as atribuições do IACM abrangem muitas áreas, como por exemplo, a área da Cultura, da Educação, do Desporto, da Saúde, da Protecção Ambiental. O IACM não ultrapassa as suas atribuições, só que o IACM “apalpa” tudo. É esta a situação actual. O IACM não ultrapassa as suas atribuições. Por exemplo, o licenciamento é com o Sr. Presidente Tam. Está muito claro: quase todas as áreas estão relacionadas com o IACM. Porque é que isto acontece?

A natureza em termos da organização do IACM é muito estranha: é uma pessoa colectiva de direito público com administração indirecta. Acho que há de facto assuntos que merecem ser repensados: as atribuições dos serviços públicos. Há certos serviços públicos que se tentaram livrar de certas matérias, atribuindo-as ao IACM. E o IACM acolheu-as mas não sabe como fazer. Entupimento de esgotos é o exemplo mais típico. Em Macau é muito comum encontrar esgotos entupidos. Este tipo de situação não foi resolvido efectivamente. Então, com a reforma da Administração Pública, pretendem resolver o quê? Para quê, essa reforma? O que está em falta? Que tipo de Administração Pública o nosso Território precisa?

Muitas coisas foram herdadas, o que foi bom não foi herdado, mas sim o que foi mau. Querem “apalpar” tudo, parece que se o não

fizessem, não tinham poder. Bem, às vezes isto pode não ser bom, porque vem depois a responsabilidade que têm de assumir. Têm a responsabilidade às costas, mas não fizeram os trabalhos bem feitos, e depois? Então, continuam a seguir os procedimentos e, ao mesmo tempo, o cidadão anda todos os dias a protestar com os funcionários públicos da linha da frente, e fazem trabalhos procurando “passar a bola” aos outros. Tal como referiu o Sr. Deputado Lee Chong Cheng, sobre o Governo electrónico: nada de especial, só que todos usam o *e-mail*, o que serve de escudo para “defender lanças”. Não estão a contrariar a lei, mas sim a fazer de acordo com a lei. Este foi o resultado dos procedimentos. Estes problemas não foram analisados de forma detalhada.

Ao longo de dez anos, os serviços públicos tutelados pela Sra. Secretária sofreram mais alterações. Porquê, essas alterações? Chegaram a promover os aspectos positivos em comum, resultantes dessas alterações? Como? Agora existe uma divisão, e não uma compilação. Esta é a origem de todos os problemas. Como conseguir uma governação com uma boa rede de suporte? Este é o problema mais profundo que impede a reforma da Administração Pública.

Como fazer com que o cidadão admita que o Governo é um servidor do público? Se a reforma não começar pelos procedimentos, como? Os procedimentos são 10, são 20, e implicam a intervenção de muitos serviços públicos. Poder-se-á simplificá-los? Poder-se-á quantificá-los? Estes são os problemas derivados da reforma da Administração Pública, decorridos 11 anos. Não se deverá reflectir com calma, para resolver estes problemas?

Outra questão incide sobre a reforma jurídica. Que reforma vai fazer? Desde o ano passado, deram início à revisão da legislação publicada entre 1976 e 1999. Porquê, essa revisão? Qual o motivo? Primeiro, espero que essa revisão seja favorável à adaptação à realidade do nosso Território; segundo, espero que seja encontrado algo positivo para o futuro desenvolvimento; terceiro, espero que seja feito um aperfeiçoamento da legislação através desta revisão. Caso contrário, para que serviria essa revisão? Servia apenas para traduzir para português ou para chinês? A isso se chama revisão? Ao efectuar essa revisão, deve ainda aperfeiçoar-se o ordenamento jurídico de Macau, e não de Portugal, um ordenamento próprio de Macau. Porque o ordenamento jurídico actual é o somatório da legislação vigente antes de 1999 e depois de 1999. Os serviços públicos funcionam, tendo todas as leis completas? Os problemas, esses, devem ser resolvidos durante essa revisão. Então, como está o Código Penal? E o Código Civil? E o Código Comercial? E o Código Administrativo? Essa falta deve ser colmatada, não podendo deixá-la afectar o funcionamento regular dos serviços, afectar o desenvolvimento social. Estes não são apenas problemas quantitativos, mas sim qualitativos.

Quanto se fala em reforma jurídica, é obrigatório alterar a legislação. Quanto à quantidade das leis alteradas, por exemplo, o Decreto-Lei n.º 40/95 foi revisto duas vezes, então são três decretos-lei? Os artigos alterados foram publicados três vezes em forma de decreto-lei, então podemos considerar o Decreto-Lei n.º 40/95 como três decretos-lei? O Decreto-Lei n.º 40/95 sofreu duas alterações, a isso se chama três decretos-lei? As duas alterações foram: na primeira vez, foi alterado o artigo 7º, e na segunda vez, foi alterado o artigo sobre indemnizações.

Quanto a essa revisão da legislação, actualmente produzem um outro diploma legal com base numa lei vigente. Especialmente quando algumas leis não são viáveis, fazem outro diploma legal. O

exemplo mais típico é a Lei de Bases da Política do Emprego e dos Direitos Laborais não consegue regulamentar certas situações, então, fizeram outro diploma legal. Mas o artigo 10º desta lei já prevê a respectiva competência, por que razão fizeram outro diploma legal? Portanto, quais as ideias que têm para a realização da reforma jurídica? A adaptação é boa, mas é preciso saber a que se adapta.

Espero que com a reforma da Administração Pública e a reforma jurídica se consigam alcançar estes objectivos: primeiro, estudar a realidade de Macau... de acordo com a realidade de Macau; segundo, estudar o desenvolvimento de Macau; terceiro, proceder ao seu aperfeiçoamento.

A reforma da Administração Pública não está apenas relacionada com os funcionários públicos. Os funcionários públicos são muito trabalhadores, mas estão sujeitos a um regime. Este regime não é favorável para o desenvolvimento de recursos humanos competentes, por ser um regime onde os funcionários progridem de forma institucional. Poderão mudar as coisas herdadas? Por onde se deve começar a mudar? Pelos funcionários públicos dos níveis 1 e 2 da área técnica? Mas onde se deve mudar, para que se destaquem os recursos humanos competentes? Não deveremos “partir” alguma coisa, para o bem-estar de Macau? Se se continuar a aplicar a mesma forma do acesso, que obriga ao acesso um a um, em fila, e que ninguém pode ultrapassar. Assim, nada adianta, a não ser continuar assim... para a frente.

Quanto aos problemas provocados pela inflação do preço dos produtos alimentares, espero que tenham ideias inovadoras. Porque temos o chamado “9+2”, ou seja, as 9 províncias e os 2 territórios deparam-se igualmente com o mesmo problema: o preço alto dos bens de consumo. Poderão combater estes problemas em conjunto? Não é só Macau que se esforça para tal. É preciso eliminar alguma coisa, na busca de coisas novas. Espero que tenham uma visão mais alargada. Estas são as minhas opiniões, para servir de referência.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Alves.

Leonel Alberto Alves: Sr. Presidente, Sra. Secretária, Colegas, e Assessores da Sra. Secretária:

Queria abordar alguns temas:

O primeiro tem a ver com a produção legislativa, ontem e hoje ouviram-se muitas afirmações sobre a produção legislativa ocorrida depois de 99 e registei algumas críticas, algumas justas, outras injustas.

Eu gostaria de aproveitar este momento para relembrar o seguinte:

Depois do retorno de Macau à China, e muitos colegas ainda estão aqui presentes, insistimos, a Assembleia insistiu muito para que o Governo apresentasse propostas de lei, porque sem propostas de lei os nossos Plenários não funcionam. Houve um período, salvo erro, de vários meses, em que não tivemos reuniões Plenárias e lembro-me também que na altura fizemos muita pressão para que o Governo apresentasse projectos de propostas de leis e uma listagem de diplomas... uma listagem de diplomas. Lembro-me, como membro da Mesa... o Senhor Presidente também estava, quando recebíamos algumas delegações consulares de países amigos, muitas vezes perguntavam a função da Assembleia Legislativa, que propostas ou

projectos pendentes havia, e havia sempre alguma dificuldade nessa altura, de explicar a relativa fraqueza da nossa actividade em termos de reprodução legislativa. Daí que a causa próxima do *road map* que se falou ontem, foi esta: portanto, havia necessidade do Governo, em diálogo com a Assembleia Legislativa, apresentar uma lista de propostas preconizadas pelos diversos serviços públicos. Não é? Cada área, cada tutela, tinha uma lista enorme de diplomas que eles pretendiam elaborar e nós, portanto, ficámos com esta lista, e o Governo depois chamou-lhe *road map*, ou reforma legislativa, não interessa, mas parece-me justo relembrar que esta listagem foi mais, digamos, a meu ver, um projecto de trabalho em cooperação com a Assembleia Legislativa do que... foi mais esse projecto de trabalho do que um compromisso do Governo e do Chefe... e do então Chefe do Executivo, no sentido de naquele ano, ou no ano seguinte, essas propostas serem apresentadas... para a Assembleia Legislativa, creio eu que não foi com esta intenção.

O tempo foi passando e podemos hoje concluir que esta listagem de diplomas foi feita, se me permite a expressão, “um bocado acriticamente”. Não é? Pelo menos não havia uma calendarização em termos de apresentação para esta Assembleia e em termos de publicação em Boletim Oficial, para vigorarem como leis.

Isto vem a propósito, também, do trabalho, do enorme trabalho, que foi feito ao longo destes últimos dez anos pelos juristas da Administração e também um “parêntesis”, quando as propostas vinham à Assembleia também os Deputados e os assessores jurídicos muito contribuíram para a perfeição e modernização do nosso ordenamento jurídico. Mas, como o motor da produção legislativa está com o Governo, é justo salientar que nestes últimos dez anos muito trabalho, efectivamente, foi feito pelos juristas da Administração, muitos deles juristas de formação local. Daí que ao longo destes anos, estatisticamente, foram aprovadas cento e cinquenta e seis leis (156) e trezentos e sessenta e três regulamentos administrativos (363). É obra, é obra... há que reconhecer que é obra! E é obra sobretudo... pelo menos nos últimos cinco anos, vê-se um grande esforço a nível do direito comparado. Pelo menos muitos diplomas que cá vêm, e muitos são projectos de regulamentos administrativos que recebo na minha outra função... Vejo que há um esforço muito grande, da parte da Administração, em proporcionar aos políticos, tanto quanto possível, elementos informativos sobre aquilo que se passa noutras regiões vizinhas: Hong Kong, Singapura, Taiwan, e um bocadinho mais longe, Europa, Portugal. Portanto, às vezes, com isto tudo... leva o seu tempo. Leva o seu tempo para se preparar e é justo salientar que neste *road map* foram aprovadas muitas propostas, designadamente propostas com um articulado extenso. Lembro-me, por exemplo, da Lei das Relações Laborais; lembro-me, por exemplo, do Regime Tutelar de Menores; lembro-me, por exemplo, da Lei do trânsito Rodoviário; e lembro-me também da complexidade técnica e política do diploma que regulamenta a matéria contida no artigo 23.º, da Lei Básica. Portanto, o trabalho foi feito. O trabalho foi feito fundamentalmente, ou exclusivamente, com os juristas locais. Isto vem a propósito de um outro tema: há críticas, ou, pelo menos, afirmações de que muitos projectos relevantes, por exemplo os Códigos, os chamados “grandes códigos”... há muitos anos que o Governo tem vindo a anunciar que algo será mexido nesses grandes códigos.

Permita-me este pensamento, nós temos uma equipa da Administração... de juristas, equipa relativamente jovem, mas sobretudo pequena, não temos em quantidade muitas pessoas que possam intervir rapidamente e acertadamente sobre matérias tão importantes, como o Código Civil, o Código de Processo Penal, etc.,

e pretendo dizer o seguinte: muitas vezes dizemos que Macau é uma terra pequena, tem apenas quinhentos mil habitantes, tudo isto é muito fácil. Mas não é! Tudo aquilo que se exige que o Governo faça é praticamente aquilo que se exige a um país para fazer, porque para alterar um código, qualquer um destes, de Processo Penal ou de Processo Civil, isto é matéria com uma dimensão e com uma profundidade enorme! É tarefa de um país e não de uma região com as características e as fragilidades de Macau, daí que eu compreendo o propósito do Governo de anunciar que há de facto matérias que devem ser mexidas. Uma coisa que eu gostava de perguntar ao Governo: “quando se fala em rever estes códigos, é rever pontualmente ou rever totalmente? Eu relembro aqui aos colegas que estes Códigos... O direito vigente em Macau não é assim tão antiquado, tão desactualizado! Olhem, o Código Civil, o Código Comercial, o Código de Processo Civil, foram todos aprovados e publicados em Boletim Oficial, um bocadinho antes do dia 20 de Dezembro de 1999. O Código de Processo Penal, salvo erro, é de 96, catorze anos; o Código Penal é de inícios da década de noventa. Não considero... claro, claro, estes grandes códigos são estruturas do nosso sistema jurídico que não podem ser modificados todos os anos, todos os dias, todos os meses, a bel-prazer, tem toda a sua lógica, tem toda a sua sistematização, tem a sua filosofia.

Portanto, tirando este aparte, estava a referir-me aos juristas locais, portanto, presto aqui homenagem aos juristas da Administração, mas, por outro lado, aproveito para falar da necessidade de pensar na formação de novos juristas, para preencher os nossos quadros no futuro. Os juristas de que falei... basicamente todos eles tiveram formação local e são bilíngues, formados no período de transição. Olhando para esta lista de presenças eu vejo, por exemplo, o Dr. José Chu, o Dr. André Cheong, a Dra. Chu Lam Lam, a Dra. Sofia... Quatro pessoas aqui. Se olharmos aqui para os Deputados, o Dr. Gabriel, o Dr. Vong Hin Fai e o Dr. Pereira Coutinho, também bilíngues, escrita e fala. Se olharmos para trás, está ali o Dr. Fong, Hung Choi Kun; e olhando um bocadinho mais para trás, os nossos quatro assessores que vieram do continente chinês, todos eles são bilíngues. E também relembro que dos cinco Secretários que nós temos quatro são bilíngues, a Dra. Florinda, o Engenheiro Lau, falam português, o Secretário para a Segurança, fala português; portanto, o bilinguismo foi útil para Macau, é útil para Macau e será útil para Macau! É esta a política que nós devemos desenvolver, e aproveito este momento na Assembleia Legislativa para enfatizar, porque estou muito satisfeito: desde 99, não há um ano em que não aborde esta mesma questão nas acções governativas e este ano vejo que colegas, como Chui Sai Cheong, a Sra. Melinda Chan, Kou Hoi In, entre outros, abordaram este tema, que é a importância do ensino do português no nosso sistema. E para formar bons quadros na Administração, a nível de juristas, não se pode esquecer a importância do conhecimento da língua portuguesa, é um factor importantíssimo. Devemos ter esta massa crítica, se isto não é da tutela directa da Sra. Secretária, pode eventualmente ter a ver com o Secretário para os Assuntos Sociais, Educação, etc. Mas devemos desenvolver esta massa crítica, sobretudo dizer aos jovens estudantes, que estão no ensino secundário, que o português é tão importante como o inglês. Se nós não desenvolvermos este pensamento, e o divulgarmos junto dos jovens, Macau está em risco de daqui a cinco, dez anos, ter mais bilíngues inglês-chinês, do que bilíngues português-chinês. Eu já o disse várias vezes nesta Assembleia, eu não consigo conceber como sendo possível, por exemplo, em Hong Kong, ensinar o Direito sem conhecer o inglês. Portanto, não basta formar juristas, temos de formar bons juristas, e para formar bons juristas a prova está feita, basta olhar para esta Assembleia, todos os juristas aqui presentes são bilíngues!

O tempo é pouco, faltam mais assuntos para desenvolver, e aproveito muito rapidamente falar na Justiça.

Na Justiça a questão básica é sempre a mesma, o Tribunal Judicial de Base continua num centro comercial; eu sei que há um projecto para deslocar esse Tribunal de Primeira Instância para outro local mais digno, torno a lembrar, e aproveito este instante para dizer que isto é de facto uma urgência, não se justifica a permanência tão prolongada de um tribunal num centro comercial.

Quanto ao Tribunal de Última Instância, e no âmbito da revisão dos dois Códigos Processuais, o Penal e o Civil, espero que seja posição clara do Governo... no sentido de flexibilizar ou alargar o âmbito dos recursos para o nosso Tribunal de Última Instância. Toda a população de Macau, desde 99 para cá, deposita no Tribunal de Última Instância uma grande esperança de, através dele, se fazer justiça, porque é o órgão judicial supremo aqui de Macau. Infelizmente os nossos Códigos Processuais tecem tantos... estabelecem tantos requisitos, que são muito poucos os processos que chegam a esta Última Instância e, se não estiver em erro, alguns dias atrás, há menos de um mês, alguém desabafou, a dizer que há muito tempo que não deu entrada no Tribunal de Última Instância nenhum processo novo. Isto é um desperdício dos nossos recursos humanos, isto é um certo desrespeito da própria Lei Básica, porque a Lei Básica prevê o Tribunal de Última Instância como órgão muito importante para a região e devemos dar-lhe mais trabalho.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Sra. Secretária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheong: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Hoje é o debate das LAG da área da Administração e Justiça. Preparei umas questões e opiniões para manifestar à Sra. Secretária. Vou falar obedecendo à ordem dos documentos distribuídos pelo Governo.

Em primeiro lugar, quanto à política relativa ao sustento da população, no domínio dos assuntos cívicos e municipais das LAG, a Sra. Secretária refere a preparação da criação por fases do “Centro de Segurança Alimentar”, avaliação de riscos, nomeadamente, relativamente à recolha de informações, à propagação de riscos, à recolha de amostras no mercado, à coordenação do tratamento de incidentes sobre a segurança alimentar, ao seguimento de incidentes, aos alertas e à divulgação de informações. Que eu saiba, os trabalhos acima referidos são bastante técnicos, tais como a inspecção alimentar, ou a gestão da segurança alimentar, cuja execução requer mais recursos humanos. Parece que nas instituições superiores locais não ministram cursos desse ramo. Então pergunto: quando estiver criado esse Centro, onde vão contratar os recursos humanos competentes necessários? Não sei se o Governo chegou ou não a fazer uma investigação deste aspecto. A criação está prestes a acontecer, e então, dispõe já dos recursos humanos competentes?

A segunda questão incide sobre o recrutamento centralizado. O Governo anunciou há já vários anos o recrutamento centralizado de trabalhadores na Função Pública. Fiquei satisfeito ao ler nas LAG, que a Sra. Secretária apresentou, uma referência às etapas dos trabalhos a fazer a este respeito. Fico com esperança que os trabalhos

a fazer no âmbito do recrutamento centralizado mereçam ser elogiados, tal como elogiou o Sr. Deputado Cheong Lap Kwan. Não iremos poupar elogios, pois são trabalhos muito importantes. Espero que estes trabalhos sejam efectivamente realizados no próximo ano.

A terceira questão incide sobre o Governo transparente. Na sequência da tomada de posse do 3º Governo, tem-se salientado a construção de um Governo transparente. Constatei que, ao longo deste ano, as medidas implementadas foram muitas, reforçando a transparência da governação e a participação pública na área administrativa. No entanto, em certas áreas, como por exemplo, na área da administração judicial, acredito haver ainda margens para fazer melhorias. Quanto a esta matéria, eu e o Sr. Deputado Vong Hin Fai já antes levantámos esta mesma questão na AL.

A quarta questão vai no sentido da reforma da estrutura da Administração Pública. Penso que o que dá mais nas vistas é a fusão entre o Gabinete para a Reforma Jurídica e o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional, com vista a potenciar a gestão e coordenação centralizada no âmbito de projectos legislativos e da reforma jurídica. Há instantes, a Sra. Coordenadora Chu esclareceu que não existe sobreposição das competências entre esse novo organismo e a DSAJ. Bem, é evidente que esse problema é o que preocupa mais o público. Mas as dúvidas e preocupações não se limitam a isso. Bem, no mínimo uma questão não ficou bem esclarecida pelo Governo: com essa fusão, os assuntos do Direito Internacional da competência do GADI serão devidamente tratados? Devamos lembrar que, com o apoio da Pátria, Macau tem cada vez mais oportunidades de participar nas organizações internacionais, nas cooperações internacionais, bilaterais, multilaterais, etc. Nas LAG a Sra. Secretária refere aperfeiçoar os assuntos do Direito Internacional. Perante estas tarefas pesadas, vão proceder a essa fusão. Espero que os assuntos do Direito Internacional venham a merecer maior atenção da Sra. Secretária, pois com a fusão dos dois Gabinetes, a importância destes assuntos vai aumentar, em vez de diminuir. Durante a visita a Macau, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao afirmou dar-nos apoio político no âmbito das novas missões que estão muito ligadas a esse organismo a criar.

Quanto aos assuntos da Justiça, com a fusão entre o GRJ e o GADI, o organismo a criar terá uma função bem importante. Espero que a Sra. Secretária ou o responsável do organismo a criar venham a ponderar: os trabalhos no âmbito dos estudos jurídicos, da reforma jurídica e dos assuntos da Justiça são grandes, o que requer operadores de Direito que tenham boa qualidade profissional, boa capacidade de investigação e bom conhecimento da realidade de Macau. Então, onde os vão buscar? Muitas pessoas passaram a “receita médica”: poder ir buscá-los aos Estados Unidos, à Inglaterra, à Austrália ou noutros países. Sim, decorridos anos, conseguiram ir buscar alguns, mas longe de satisfazer as necessidades. Se não conseguirem ir a sítio nenhum buscar mais, então, como será? Como dar formação aos recursos humanos competentes necessários? Ontem e há instantes, vários colegas contribuíram com as suas sugestões para o Governo. Espero que esta questão venha a merecer a atenção do Governo. Sem recursos humanos não se faz reforma. Não podem contar com a contratação de mais funcionários administrativos para fazer essa reforma, pois esta requer recursos humanos com capacidade e especializados.

Seria muito mais fácil se todas as leis e códigos fossem... tal como disse o Sr. Deputado Mak Soi Kun: até os camponeses sabiam ler o Código Napoleónico. Mas, para mim, tanto o Código Napoleónico, como os códigos de Macau, são apenas orientações para juízes

especializados, são orientações para juízes especializados, sendo todos de difícil compreensão. Aliás, não sei se tenho um bom conhecimento ou não... se calhar, os Srs. Deputado Leonel Alves, Vong Hin Fai, Pereira Coutinho, teriam de mudar de profissão para trabalhar como camponeses...

Para terminar, quero falar também na matéria sobre o sistema político. O Governo e os meus colegas já falaram nesta matéria nestes dias, cada um tinha as suas razões. Acho que por enquanto eu não conseguiria ultrapassar esse enquadramento das ideias manifestadas. Mas a meu ver, neste debate, não é importante apenas ter uma posição, é também importante manifestar opiniões em torno do tema correcto. Por exemplo, não se deve considerar que a reforma do sistema político equivale à opção ou não pela democracia. De notar que o sistema democrático varia de país para país. A sociedade de Macau é basicamente uma sociedade democrática. Com as garantias dadas pela Lei Básica, o nosso sistema político vai, com toda a certeza, desenvolver-se em boa ordem. Quanto às manifestações sobre o tema, admiro a intervenção da Sra. Deputada Chan Mei Yi, este é o desenvolvimento do sistema, não se deve obrigar o cidadão a escolher: democracia ou não democracia? Só duas opções? Portanto, sobre este tema, não nos devemos manifestar desta forma.

Por exemplo, sobre as consultas, de notar que todos os Deputados à AL, que foram eleitos directamente, indirectamente ou por nomeação, são representantes da opinião pública. Há quem ache que o Governo não realizou consulta. Então, eu quero perguntar ao Governo: chegou a auscultar seriamente os Deputados, representantes de toda a população, sobre o sistema político? Caso a resposta seja positiva, então, registaram as opiniões manifestadas? Além das opiniões manifestadas pelos Srs. Deputados, chegou também a auscultar outras associações cívicas, por exemplo, associações representativas. Não é possível auscultar os 550 mil habitantes. Portanto, as opiniões só podem ser manifestadas de uma forma organizada.

Na minha opinião, é preciso trabalhar nesta matéria de forma gradual. Estas são as minhas sugestões e perguntas colocadas à Sra. Secretária.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado.

Chan Chak Mo: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Quero perguntar ao Sr. Presidente, era eu o último a usar da palavra, agora passei a penúltimo?

Presidente: Ainda temos o Sr. Deputado Cheang Chi Keong, que se inscreveu para o uso da palavra.

Chan Chak Mo: Era para eu fazer o balanço, agora é a vez do Sr. Cheang. Assim sendo, devia deixar-lhe mais tempo. Obrigado. O tempo é muito?

Presidente: O máximo é 15 minutos.

Chan Chak Mo: Nestes dois dias muitos colegas falaram muito nas matérias da área da Sra. Secretária: o regime da Função Pública,

a reforma jurídica, os problemas relativos ao sustento da população, etc. Manifestaram elogios, críticas, sugestões e opiniões. Penso que o Governo vai ponderar isso.

Coloco umas questões com a esperança de obter uma resposta e mais informações.

A primeira questão incide sobre a consulta das políticas públicas. Nos últimos anos, a consulta das políticas públicas passou a ser um meio importante para o Governo tomar decisões sobre matérias importantes, tais como a construção do metro ligeiro, a segurança social a dois níveis, a obtenção da opinião pública e as solicitações da população. No entanto, as actividades e as formas de realização da consulta não foram regulamentadas, por exemplo, tipo de actividades da consulta das políticas, selecção das políticas a serem alvo de consulta, duração de uma consulta, formas e normas dos textos para consulta, etc. Portanto, com gasto de tempo e verbas, obtiveram o resultado previsto? Esta questão merece ser reflectida. Entretanto, presentemente, não há mecanismo que garanta que as opiniões da população recolhidas produzam efeitos sobre a tomada de decisões do Governo. Nas LAG para o próximo ano refere-se: “implementar de forma plena as Orientações Normativas para a Consulta das Políticas Públicas, executando rigorosamente os princípios a observar na consulta sobre políticas públicas, a sua coordenação, planeamento e *feedback*, bem como a publicação de um relatório final das consultas, dentro do prazo fixado”. Bem, estas são apenas orientações com carácter de princípio. Gostava de saber como executarão os serviços públicos esses princípios, na prática? Como garantir que as opiniões da população recolhidas nas consultas sejam acolhidas? Esta é a primeira questão.

A Segunda questão vai no sentido da segurança alimentar. O Sr. Deputado Tong Io Cheng já falou nesta matéria e eu quero aceder a mais informações a este respeito. O nosso país definiu o posicionamento de desenvolvimento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer. Portanto, a segurança alimentar e a sanidade pública constituem uma parte importante para os residentes e para os turistas. Os alimentos passam por vários circuitos desde a entrada em Macau, a venda e o seu consumo, envolvendo competências e responsabilidades. Estas questões devem ser bem pensadas pelos serviços competentes e pelo Centro de Segurança Alimentar. Em Junho deste ano, o IACM criou um grupo para preparar a criação do Centro de Segurança Alimentar. São já decorridos seis meses, e nas LAG para o próximo ano refere-se que estes trabalhos preparatórios estão a entrar na segunda fase. Quero saber o andamento desses trabalhos preparatórios para a criação do Centro de Segurança Alimentar. De qualquer forma, espero que venham a controlar melhor a origem da importação de alimentos, uma vez que as PME de venda a retalho não conseguem identificar a segurança dos alimentos.

Outra questão. O IACM tinha as atribuições no âmbito de controlo de descarga de poluentes, emissão de gases poluentes, caixas de gordura... e agora temos a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental. Sei que antes de emitir uma licença a DSPA é ouvida. Então, como é o relacionamento entre o IACM e a DSPA? Qual é a diferença da nova lei que regula a DSPA e a do IACM? As competências foram divididas? Gostava de saber disto.

11 minutos... Finda a colocação de questões, falo livremente noutros assuntos, pois o Sr. Presidente disse poder fazê-lo. Não deveria ser uma sessão de perguntas e respostas, mas sim de debate.

Falo nos diversos assuntos. Em primeiro lugar, falo na área da Sra. Secretária Chan. O Sr. Deputado Cheung Lup Kwan já falou sobre a Sra. Secretária. Ele foi-se embora. Ele costuma colocar questões e vai-se embora sem esperar pela resposta. As questões que acabei de colocar foram de um nível mais aprofundado, na qualidade de Deputado. Quero dizer que, do ponto de vista do cidadão, são de aplaudir os serviços prestados pelos serviços tutelados pela Sra. Secretária. Acho que esses serviços são muito bem prestados. Quero primeiro elogiar a Sra. Secretária, embora a conheça há só 11 ou 12 anos, muito menos anos quando comparando com a amizade de longa data entre o Sr. Deputado Cheong e a Sra. Secretária Chan.

Na minha opinião a Sra. Secretária é uma pessoa amável, simpática e bem-educada. Estes são, aparentemente, os requisitos fundamentais para ocupar um cargo de alto nível. Criticaram os serviços prestados no âmbito da Carta de Qualidade e o serviço *one stop*, pela inconveniência devido ao elevado número dos serviços públicos juntos. Isto é verdade. Há instantes o Sr. Deputado Lam Heong Sang apontou para a origem dos problemas: a falta de coordenação interserviços. Acho que o serviço *one stop* é muito útil para os cidadãos, especialmente a emissão rápida de licenças. Quanto à eficácia, comparado com outros serviços, no âmbito do serviço *one stop* as licenças emitem-se rapidamente, isto é, outros serviços de outro Secretário.

Quanto aos trabalhos feitos pelo IACM, muitos amigos de Hong Kong elogiaram Macau e é pouco frequente ouvir os residentes de Macau a elogiar Hong Kong. Nas conversas com amigos de Hong Kong, eles acharam que Macau é muito bom: uma cidade limpa, muitas zonas verdes bem arrançadas; jardins de lazer; festividades e eventos internacionais, contagem decrescente no final do ano, etc. A Sra. Deputada Chan Mei Yi referiu o índice de felicidade, acho que os cidadãos de Macau estão bastantes felizes. Agora sucedeu este problema: este ano o Governo atribuiu menos 2 mil patacas. Sendo cidadão de Macau, e para o bem-estar de Macau, não deveriam criticar esta redução de 2 mil patacas. Então conseguiram nos momentos difíceis e nos momentos bons é que não conseguem? Não era? Acho que esta redução foi muito bem pensada pelo Governo. Houve um Sr. Deputado que discordou de transferir o tal montante para outra finalidade. Sim, ele tinha razão, pois quem não gostaria do dinheiro? Quanto mais melhor. Mas deve ser assim? Isto tem a ver com a inteligência do Governo.

Depois de elogiar os serviços tutelados pela Sra. Secretária, quero também elogiar todo o Governo da RAEM. Para mim, o Governo da RAEM bateu um recorde mundial. É o que eu acho, mas podem não concordar comigo. Qual o recorde mundial? Com a excepção do imposto do jogo, Macau é uma cidade com muitas regalias, mas com a mais baixa taxa de impostos em todo o mundo. Acho isso um milagre! Como foi possível? Muitas pessoas enumeraram essas regalias, incluindo a Sra. Secretária: 15 anos de escolaridade gratuita – levo muito tempo para as ler, muito mais tempo para escrever – plano de apoio alimentar, isenção do pagamento de três meses de renda no arrendamento de habitação social; para contrariar a inflação, subsídios na água e electricidade, no transporte dos alunos, isenção fiscal para todos; ou seja, saem beneficiados as comunidades carenciadas, a classe média, os proprietários de imóveis, e os comerciantes; subsídios para idosos, aumento do valor do risco social, regime de segurança social a dois níveis, construção de habitação pública, bem, são numerosos.

Estas regalias são atribuídas somente nos países onde se praticam taxas de impostos de 50% a 60%, mas Macau consegue fazê-lo.

Sabe-se que as receitas são do sector do jogo. Acho que essa política deve ser elogiada. Seria feio se dissesse “roubar o rico para ajudar o pobre”, mas quem ganha mais deve pagar mais impostos, e facilmente, impostos que se destinam ao bem-comum da sociedade. Esta política merece ser elogiada e deve ser prosseguida.

Ser cidadão de Macau é uma felicidade. O que significa suficiente? O que significa insuficiente? Será que pela falta de 2 mil patacas, passavam a viver mal?

Disseram que a inflação é muito comum em todo o mundo. Estabeleceram uma ligação entre o aumento salarial dos funcionários públicos com o não aumento de subsídios dos cidadãos. Não diria que isso é ridículo, mas é irracional. Porque o Governo é o patrão dos funcionários públicos, e o Governo compreendeu as dificuldades dos funcionários públicos provocadas pela inflação, quer aumentar os seus salários. Está certo! Os cidadãos também têm patrão, poderiam pedir ao seu patrão que aumentasse os salários. Está certo também! Neste caso, o patrão respondia: os preços dos produtos importados estão muito elevados, quero aumentar os preços de venda, pronto, assim sucessivamente. Queriam aumentar o preço dos produtos que vendem. Já não falo nos contributos, os cidadãos cumprem apenas os seus deveres, mas não é possível que queiram também ter aumento de subsídios, devido ao aumento salarial dos funcionários públicos, como se fossem também funcionários públicos! O Governo é o patrão dos funcionários públicos, compreendendo as dificuldades dos mesmos, o Governo decidiu aumentar os seus salários. Os cidadãos devem também pedir ao seu patrão aumento salarial. Os cidadãos podiam trabalhar para outro patrão caso o seu patrão actual não queira aceitar o pedido de aumento salarial.

O Governo esforçou-se imenso para contrariar a inflação, mas sem resultado, uma vez que a inflação é importada.

Como ainda me resta algum tempo... estou com sede, será que foi a reacção da injeção que apanhei? Estou cheio de calor, sinto-me um pouco tonto...

Quero também falar na reforma do sistema político. Bem, este tema poderia levar 10 minutos, mas... deixa lá, como todos falaram, também quero falar neste tema.

Não sou especialista como o Sr. Tong Io Cheng, o Sr. Vong Hin Fai. Defenderam que a reforma do sistema político em Hong Kong já foi aprovada, por que razão não seguimos a prática de Hong Kong? Não acho que se deva seguir o exemplo de Hong Kong, pelas seguintes razões: o decurso da reforma do sistema político em Hong Kong foi penoso, tão penoso, que nem o queria ver na televisão; a sociedade ficou dividida, insultaram-se entre eles, alguns alegaram terem sido traídos pelo seu partido, cercaram o Conselho Legislativo, atiraram bananas, disseram palavrões... pronto, fizeram tudo que se pode imaginar. Deveríamos transformar a sociedade de Macau numa sociedade destas? Deveríamos seguir a cultura deles? Esta é a primeira questão.

Segunda questão: não sou jurista, mas fui ler a Lei Básica, que é totalmente diferente da de Hong Kong. A LB de Hong Kong prevê que “o objectivo final é a escolha do Chefe do Executivo através de sufrágio universal...”; mas no artigo 47º da LB de Macau diz-se: “O Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau é nomeado pelo Governo Popular Central, com base nos resultados de eleições ou consultas realizadas localmente”. Portanto, a LB de

Macau não diz expressamente que “o objectivo final é a escolha do Chefe do Executivo através de sufrágio universal...”

Quanto à constituição da AL, a LB diz que uma parte dos Deputados pode ser indicada por nomeação do Chefe do Executivo, não por sufrágio. Perguntei a alguns especialistas se haveria a necessidade de alterar a LB. Mas, devido à falta de tempo, não chegámos a estudar esta matéria de forma aprofundada. Sem alterar a LB não é possível ter como meta final eleger a AL e o Chefe do Executivo por sufrágio universal. Se não me engano, há com toda a certeza quem queira corrigir-me. Este é o primeiro ponto.

Segundo ponto, falo na situação actual: a Sra. Deputada Chan Mei Yi falou na “cultura associativa”. Quero dizer como está a situação actual; com a intenção de desempenhar as minhas funções, costume perguntar aos associados se têm algo para dizer no âmbito do desporto, cultura, legislação, regulamentos, procedimentos de candidatura a subsídios, ou diplomas que regulam o desporto, e pedi-lhes que me escrevessem, para eu colocar essas questões na AL. Mas ninguém me respondeu. Todos os anos é a mesma coisa. Não estou a dizer que eles não têm nada a dizer, se calhar estavam indiferentes, ou tinham tudo, não lhe faltava nada. Às vezes, nos jantares comemorativos realizados pelas associações, alguns queixam-se do Governo, peço que me escrevam, mas nada me chegou, apesar de esperar semanas.

Não estou a perceber porque é que alguns Srs. Deputados afirmaram que as associações tinham solicitações veementes, mas quando eu pedi que me apresentassem as solicitações deles ninguém me ligou. Não sei que solicitações são essas. Quanto às gentes de Macau, não sei como hei-de dizer, poderíamos achar que as gentes de Macau são harmoniosas, realistas, tolerantes. Esta é a “cultura” de Macau. Macau é um território pequeno, mas vejamos o exemplo de Singapura, onde há ainda menos democracia, face a Macau, no entanto a economia da Singapura foi sempre muito boa, porquê? Porque os que estão no poder, ou seja, o “circuito pequeno”, trabalham para o bem-estar do seu povo. Por exemplo, diz-se da nossa Pátria, onde governa o partido comunista, que é um país é poderoso. Que diferença há em relação a Macau? Seria bom para Macau ser como o território vizinho, tão barulhento? Não acho.

Face à realidade de Macau, por que razão não se faz um estudo sobre isto? O Sr. Director Chu referiu o relatório das últimas eleições, eu gostava de aceder a esse relatório. Será que esse relatório falava na falta de maturidade, nos problemas nas mesas de voto, na corrupção nas eleições? Sabe-se que muitos problemas poderiam ocorrer se os deputados à AL e o Chefe do Executivo fossem eleitos por sufrágio universal, pois o dinheiro faz girar o mundo, especialmente numa sociedade comercial. Vejam o que sucedeu na Tailândia: alguém foi derrotado e voltou ao poder através do dinheiro. Vejam nas Filipinas: o dirigente foi eleito por sufrágio universal... mas a corrupção nunca mais acaba. Portanto, a meu ver, quanto ao sistema político, o mais importante é cuidar bem da economia, do sustento da população, e vamos gradualmente procurar uma solução apta à reforma do nosso sistema político.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

Cheang Chi Keong: Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo, caros Colegas:

Há muito tempo que não ligava o meu microfone... já decorridos dois dias, devo cumprimentá-los... Boa noite, pois já são sete horas da noite.

Quanto à área da Sra. Secretária, nestes dois dias entrevistaram 27 Srs. Deputados, incluindo eu. Todos manifestaram as suas opiniões. Perguntei a um amigo se havia algo que não tivesse sido falado, ele respondeu que não havia... bem, coloco três questões para debate com a Sra. Secretária, e com todos. Coloco três questões, precisamente três ideias.

Em primeiro lugar, nestes dois dias falaram muito no preço dos alimentos. Ouvi falar nos elevados preços dos produtos vivos ou frescos, cereais e géneros alimentícios. Mas depois de ouvir uma afirmação, não consigo conter-me, tenho de desabafar, foi a seguinte: culpavam o monopólio, manipulado na importação, pelos preços elevados dos produtos vivos ou frescos, cereais e outros géneros alimentícios. Acho discutível essa afirmação. Devemos olhar para esta matéria de forma científica, objectiva, com apoio de dados. Tenho comigo um livro... como todos trouxeram uma “ferramenta”, também trouxe uma.

Este é o Boletim Mensal de Estatística emitido em Outubro pela DSEC. Acredito que todos os Srs. Deputados o receberam gratuitamente. Quero partilhar com vocês estes dados, quanto aos preços dos principais alimentos importados, por grosso e a retalho. Em 2008, o preço do frango vivo era de 16 patacas por um quilo; em 2009, era de 22 patacas em média. Segundo a estatística da DSEC, em Setembro, o preço é 22,9 de patacas na importação. Qual é o preço por grosso? Em 2008, era 22,3 patacas, em 2009 era 23,6 patacas, no último mês de Setembro é de 23,2 patacas. Ou seja, há pouca diferença entre os preços de importação e por grosso. A origem dos problemas está nos preços a retalho. Em 2008, o frango vivo custava 16 patacas por quilo, passou para 32 patacas/quilo, um aumento em dobro; nos finais de 2009, o frango vivo custava 22,7 patacas na importação, 38,7 patacas a retalho; em Setembro deste ano, o preço de importação de frango vivo é de 22,9 patacas, o preço por retalho é de 34,1 patacas.

Todos podem ver que em três anos consecutivos os preços de importação se têm mantido estáveis, sem aumento significativo. No entanto, os preços a retalho não pararam de aumentar. Como ainda tenho tempo, cito mais um exemplo.

Em 2008 o preço de importação de carne suína era de 16 patacas por quilo, o preço a retalho era de 54 patacas por quilo. Portanto, o preço de importação era 16 patacas e o preço a retalho era 54 patacas?! Onde está a origem dos problemas? Será na importação?

Cito outro exemplo, em 2009, o preço de importação de porco vivo era de 22,2 patacas por quilo. Sabem qual era o preço a retalho? 51,8 patacas! Sabem fazer contas. Qual era o preço em Setembro passado? O preço de importação de porco vivo era 22,1 patacas. O Sr. Deputado Kou Hoi In – que está ausente – deu-me alguns dados: em Setembro deste ano, o preço de porco vivo era 22,1 patacas, o preço a retalho era 51,7 patacas. Vejam bem estes dados. Acho importante analisar os dados de forma científica. Seria a importação a responsável pelo aumento dos preços dos produtos vivos ou frescos? Achem isto um monopólio manipulador? Acho que esta afirmação é ingrata e tem segunda intenção. Porque digo isto?

Antes do retorno à Pátria, com vista a estabilizar os preços dos

produtos vivos ou frescos, a Pátria fornecia a Macau produtos em quantidade abundante a preço bastante baixo. Depois do retorno à Pátria, ainda foram dadas maiores garantias a Macau nesse sentido. Os dados que acabei de apresentar mostram que os preços de importação se têm mantido estáveis. Quanto aos preços a retalho, teremos ainda que discutir isso com calma.

Finda a visita a Macau, o Primeiro-Ministro Wen deixou-nos a promessa de estabilizar os preços dos produtos. Contaram-me posteriormente que no dia seguinte o Primeiro-Ministro Wen se reuniu com os responsáveis do Ministério do Comércio e da Administração de Controlo de Qualidade de Alimentos. Portanto, foi logo concretizado. O que significa que deu muita importância a isto. Não é correcta essa afirmação de que o monopólio de importação é responsável pelo aumento dos preços dos produtos, podendo enganar os cidadãos. Tive que desabafar sem papas na língua. Essas expressões difamam os cuidados dados a Macau pela Pátria. Espero que tenham consciência do que estão a dizer.

Na realidade, a nossa vida quotidiana é garantida pelos produtos vivos ou frescos importados do interior da China, temos um fornecimento estável de produtos. Portanto, devemos ser gratos. Sim, é preciso pensar em resolver os preços altos. O Governo já aplicou muitas medidas e, no âmbito desta matéria, o Governo já tem planos de se deslocar ao interior da China, a curto prazo, para negociar com os responsáveis do Ministério do Comércio e da Administração de Controlo de Qualidade de Alimentos.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun disse bem: se fosse liberalizada a importação de produtos, sem sentido de responsabilidade, seria problemática a segurança alimentar. Por exemplo, e se os produtos não fossem inspeccionados pelos organismos competentes? Poderiam causar problemas. Se os vegetais contivessem ainda produtos químicos? Se os porcos fossem doentes? Como seria? Quem seria o responsável? Não podemos deixar de ser responsáveis perante os 550 mil habitantes de Macau!

Falando na segurança alimentar, quero também falar na criação do Centro de Segurança Alimentar. Reparei que na apresentação das LAG a Sra. Secretária falou na constituição do Centro de Segurança Alimentar. A segurança alimentar é fundamental, pois está muito relacionada com a vida dos residentes. Parece-me que os trabalhos preparatórios dessa criação entraram na 2ª fase. Não poderá acelerar esses trabalhos? Acho que deve acelerar os trabalhos a nível de *hardware* e de *software*. A nível de *hardware*, quer dizer disponibilizar equipamentos, contratação de pessoal, etc. A nível de *software*, quer dizer articulação das leis e diplomas relativos. Uma vez que a segurança alimentar tem muito a ver com o bem-estar das gentes de Macau, penso que nós estaríamos dispostos a trabalhar extraordinariamente para apreciar as propostas de lei em causa, se for esta a vontade do Governo. A falta de segurança alimentar poderá gerar problemas graves. O retorno à Pátria já tem 11 anos. Acho que esta matéria deve ser acelerada com prioridade. Por agora, começa-se primeiro pela criação do Centro de Segurança Alimentar. Agradecia à Sra. Secretária Chan que nos fizesse uma apresentação dessa criação, se tiver informações à mão. Estamos muito interessados em saber mais. Poderá antecipar o funcionamento desse Centro? De que mecanismo dispõe capaz de inspeccionar a segurança de todos os alimentos?

Para terminar, estou de acordo com a sugestão do Sr. Deputado Vong Hin Fai, quanto à criação de um Instituto de Política e Direito bilingue. Estou completamente de acordo, pois 21 anos atrás

participei nos trabalhos da fundação do Ensino Superior, que visava atribuir aos alunos do ensino secundário, ou aos universitários de Macau, bolsas de estudo e bolsas-empréstimo para estudar em Portugal. Decorridos 21 anos, regressaram a Macau muitas pessoas que estão a exercer as funções de juiz, de delegados do Ministério Público, de advocacia, etc. Portanto, foi um trabalho bem feito. A questão que se coloca é: sendo preciso enviar alunos para estudar no exterior, como teremos as condições necessárias e poderemos mobilizar os recursos? Poderá ser criado um Instituto de Política e Direito para preparar quadros na área da Administração e do Direito. Penso que todos estarão totalmente de acordo.

Quero ainda apresentar duas sugestões às considerações da Sra. Secretária. Primeira: poderá criar cursos de formação de tradução jurídica em português e chinês? Esta matéria já foi abordada pelo Sr. Deputado Leonel Alves. Imaginem se a AL não tivesse os tradutores que estão ali atrás... Como seria? Sem os intérpretes, como fazíamos nas reuniões, em sede de Comissão? Como apreciaríamos as propostas de lei? Como elaboraríamos pareceres? Tudo isto requer o apoio dos tradutores! Acontece que não dão importância à aprendizagem da língua portuguesa, ou até rejeitam aprender a língua portuguesa com o argumento: já retornámos à Pátria! A meu ver, por um lado, é preciso olhar para esta matéria com pragmatismo; por outro lado, temos de pensar a partir da realidade de Macau e das necessidades jurídicas. Proponho que no Instituto de Política e Direito, a criar, sejam ministrados cursos de tradução jurídica em chinês e português, com o grau equivalente ao de bacharel, no sentido de preparar tradutores. Acho isso extremamente importante! Li nas LAG... a Sra. Secretária refere a realização de cursos de tradução em chinês e português, em cooperação com a União Europeia. Se fosse criado o tal Instituto, não precisava de ir tão longe, podendo convidar especialistas para leccionar nos cursos, durante 3 anos, conferindo o grau equivalente a bacharel.

Se as medidas fossem efectivamente implementadas, no âmbito da administração, legislação e formação de tradutores, daqui a cinco anos teríamos um grupo de pessoas competentes. Assim, a situação seria completamente diferente, porque tínhamos pessoas competentes, construindo a base necessária à reforma jurídica. Este é o meu desejo.

Segunda sugestão: poderá pensar-se em atrair alunos, para estudar nesse Instituto a criar, que não sejam capazes de pagar a universidade, através da redução de propinas. Penso que com esta série de medidas a falta de pessoas competentes no sector jurídico seria colmatada.

Três ideias... Findo o uso da palavra, sinto-me aliviado.

Obrigado a todos.

Presidente: Ainda temos meia hora. Agora passo a palavra à Sra. Secretária para responder.

Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan: Obrigada Sr. Presidente.

Vamos tentar responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados dentro de meia hora, com vista a partilhar opiniões.

Quanto à quebra do monopólio, o Sr. Deputado acabou de defender isso com dados. Acho isso muito bem, porque é importante que esta realidade seja compreendida e debatida pelos Srs.

Deputados e pela sociedade. Isto é muito importante e é preciso também continuar a debater, nomeadamente, as matérias relativas aos circuitos de importação, da venda a retalho e por grosso, etc. Quanto a isso, o Governo está determinado aumentar a transparência, em cooperação com o Conselho de Consumidores. Temos à mão os respectivos dados e é importante fazer com que a sociedade fique melhor informada desta situação. Estamos decididos a reforçar estes trabalhos.

Falando na formação de juristas, há dias o Sr. Deputado Lee Chong Cheng levantou essa questão. Nós, os membros do Governo, incluindo o Chefe do Executivo, já nos demos conta da importância dessa formação. Será necessário criar uma Universidade de Política e Direito para dar formação jurídica bilingue, tal como sugeriu o Sr. Deputado Cheang Chi Keong?

Recentemente o Primeiro-Ministro Wen Jiabao falou na importância disso, no 3º *Forum* Macau. Temos de facto esta necessidade. Recorda-se que no início do retorno à Pátria foi instalado um receio de reforçar a aprendizagem da língua portuguesa. Mas agora esta necessidade é sentida. Aliás, o nosso país deu a Macau forte apoio para se desenvolver nesta direcção. Os Srs. Deputados Tong Io Cheng e Vong Hin Fai fizeram entender o seu ponto de vista sobre esta matéria e estamos completamente de acordo. Esta matéria está a ser debatida entre os Secretários e o Chefe do Executivo. Sentimos mesmo a sua urgência. Para o bem-estar da próxima geração, para o desenvolvimento sustentável de Macau, é preciso ter o nosso ordenamento jurídico próprio. O Sr. Deputado Vong Hin Fai falou na necessidade de ter legislação local, para isso é preciso criar um Instituto neste ramo. Espero poder contar com a sociedade, incluindo o pessoal da área jurídica, para avançar com este trabalho.

Falou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Macau, ao longo de anos foram formados apenas 9 docentes locais a tempo inteiro. Isto merece a nossa reflexão: porque sucedeu isto? O que devemos fazer? Quanto a isso, o Governo tem uma responsabilidade inalienável. O Sr. Deputado Cheang disse estar totalmente de acordo, nós também. Em prol do desenvolvimento a longo prazo dos quadros de Macau, da prosperidade e estabilidade de Macau, precisamos de continuar a debater esta matéria. Esperamos encontrar uma solução mais concreta através do debate, pois uns anos depois o resultado será visível. As gentes de Macau têm sorte, podemos desenvolver-nos nesta direcção. E, graças a Deus, temos a capacidade financeira para criar o tal Instituto, e poderemos pensar em reduzir as propinas dos alunos com menores recursos económicos, que estejam interessados em estudar no tal Instituto. Foram aplicadas as medidas destinadas ao pessoal docente e à escolaridade gratuita de 15 anos. Devemos promover estes trabalhos de forma aprofundada. Esta ideia não morre com o fim deste debate, esperamos avançar com estes trabalhos, pois todos têm esta intenção.

Respondo rapidamente à questão sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esta convenção é extensível a Macau. Compete não só a um serviço, mas vários, elaborarem um relatório sobre o seu cumprimento. De acordo com as exigências da referida Convenção, temos de aplicar os diplomas legais relativos. Tenho o prazer de revelar a todos que neste ano entrarão brevemente em processo legislativo duas propostas de lei: a primeira, sobre o “Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão”, que está quase pronta e brevemente será submetida ao Conselho Executivo; a segunda, é sobre o “Regime do subsídio de invalidez e dos cuidados de saúde prestados em regime

de gratuidade”. Na sociedade há vozes querendo promover este trabalho. Mas como o promover? Como articular estes trabalhos? A Convenção é extensível a Macau o que obriga uma articulação com as leis.

Quanto ao Governo electrónico, sim, temos esta necessidade. Os trabalhos desenvolvidos ao longo destes anos focaram a prestação de serviço “sem papel”, e com segurança. Recentemente foi criado o Centro de Dados Electrónicos, cuja maior preocupação se foca na segurança e protecção da privacidade. De notar que a informatização se torna cada vez mais complicada, de forma que perdemos mais tempo na segurança. Sim, temos de reforçar a prestação de serviços informatizados ao público.

Quanto aos serviços, por exemplo, o Sr. Deputado Lau Veng Seng propôs prolongar o horário de abertura das instalações afectas ao IACM, uma vez que muitas pessoas que trabalham em regime de turnos têm esta solicitação. Estamos a estudar para ver que instalações reúnem condições para prolongar o horário de abertura. Portanto, vamos fazer isto.

Presentemente moram nas ilhas cada vez mais habitantes. Face a isso, está em curso um estudo sobre a criação de um centro de prestação de serviços ao público, tal como o da zona norte. Portanto, vamos estudar esta criação.

Sr. Presidente:

Permita-me convidar o Sr. Presidente Raymond Tam a apresentar o Centro de Segurança Alimentar e, a seguir, o Sr. Director André Cheong a explicar a divulgação da Lei Básica, o que é uma tarefa importante. Caso o tempo o permita, o Sr. Director André Cheong vai ainda abordar outros temas com os Srs. Deputados.

Obrigada Sr. Presidente.

Presidente: Faça o favor.

Presidente do Conselho de Administração do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, Raymond Tam: Obrigado Sr. Presidente.

Respondo às questões sobre os trabalhos preparatórios da criação do Centro de Segurança Alimentar. A segurança alimentar está estreitamente ligada ao sustento da população. O Governo já decidiu criar o Centro de Segurança Alimentar, em relação ao qual o IACM tem atribuições, no âmbito da fiscalização e coordenação de forma integrada. Assim, o IACM deu já início aos respectivos trabalhos preparatórios. Através do Grupo de Trabalho Técnico que funciona na dependência do Grupo de Coordenação para a preparação da criação do Centro de Segurança Alimentar, foram examinadas todas as leis que regulam a segurança alimentar em vigor em Macau. Presentemente o IACM, os Serviços de Saúde, e os Serviços de Economia, têm competências de gestão de segurança alimentar. Portanto, antes de mais, vamos trabalhar para a criação do Centro de Segurança Alimentar, de forma faseada. Entendemos que esta forma de actuação é mais apta à realidade de Macau. Portanto, no final do ano vamos criar um mecanismo de operação conjunta interserviços, como ponto da partida, e compete ao IACM coordenar os respectivos trabalhos. Em cooperação com os Serviços de Saúde, os Serviços de Economia, os Serviços de Alfândega, os Serviços de Turismo e do Conselho de Consumidores, vamos trabalhar de forma integrada na fiscalização e coordenação. No âmbito da

disponibilização de informação de incidentes imprevisíveis, temos já o mecanismo criado.

Quanto à divisão das tarefas, o IACM e os Serviços de Saúde trabalham na análise laboratorial em separado, nesta fase; na divulgação e educação sobre a segurança alimentar, o IACM e os Serviços de Saúde vão trabalhar em conjunto. Iremos lançar uma série de campanhas, incluindo a segurança alimentar, desde os alimentos nos campos, até aos que são servidos à mesa.

Os trabalhos preparatórios da primeira fase sobre a criação do Centro de Segurança Alimentar encontram-se concluídos. O mecanismo de operação conjunta interserviços vai entrar em fase de ensaio; já temos as instalações prontas para funcionamento, começaremos faseadamente a contratação de pessoal e, a seguir, criaremos uma plataforma interserviços de troca de informações sobre a segurança alimentar, de forma a permitir que os Serviços de Saúde, os Serviços de Economia, o IACM e outros, tenham livre acesso a informação sobre segurança alimentar; findos estes trabalhos, iremos criar uma página electrónica do Centro de Segurança Alimentar. Portanto, vamos trabalhar de acordo com estes fluxos e divisão de tarefas.

No próximo ano, entrar-se-á na 2ª fase da preparação da criação do Centro de Segurança Alimentar. Iremos intensificar o respectivo mecanismo de operação conjunta. Quanto à organização dos trabalhos no âmbito da segurança alimentar, iremos definir as funções legais assumidas pelo Centro de Segurança Alimentar. Tendo como alicerce as acções já desenvolvidas, iremos promover a avaliação de riscos, nomeadamente relativamente à recolha de informações, à propagação de riscos, à recolha de amostras no mercado, à coordenação do tratamento de incidentes sobre a segurança alimentar, ao seguimento de incidentes, aos alertas e à divulgação de informações.

Está em curso a preparação da página electrónica do Centro de Segurança Alimentar, prevê-se entrar em funcionamento no próximo ano. Da página constarão informações sobre a segurança dos alimentos, para referência de todos.

Por sua vez, iremos elaborar a página electrónica do Centro de Segurança Alimentar, instituir um mecanismo de troca de informações interserviços e definir as suas formas de ligação informática, proceder ao estudo sobre o mecanismo interserviços, para dar resposta aos “grandes incidentes de segurança alimentar”, criar uma linha aberta para informações de incidentes, visando receber consultas e reclamações do público, reforçar a divulgação e educação, assim como encetar acções de consulta da Lei relativa aos estabelecimentos de géneros alimentícios perecíveis.

A 3.ª fase de acções consiste principalmente: no arranque da elaboração ou da revisão de uma série de diplomas, na integração sucessiva do aperfeiçoamento de diplomas na agenda legislativa, segundo a sua importância e ordem de urgência; bem como no início de estudos sobre a optimização e aperfeiçoamento dos critérios locais relativos aos géneros alimentícios, e dos diplomas complementares sobre a segurança alimentar, com o objectivo de assegurar um funcionamento maduro do Centro de Segurança Alimentar.

Respondendo à questão do Sr. Deputado Tong Io Cheng, quanto à eventual dificuldade de contratação de pessoal. De notar que no mercado de recursos humanos de Macau existem pessoas

especializadas no ramo: veterinários, pessoas especializadas em saúde pública, na área laboratorial, na área química, na área da microbiologia, na área da ciência alimentar... Estes profissionais são licenciados no interior da China ou no exterior. Portanto, nesta fase não temos dificuldades em contratar pessoal especializado nesta área, pois conseguimos contratar o pessoal necessário.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Cheong.

Director dos Serviços de Assuntos de Justiça, André Cheong: Obrigado Sr. Presidente.

Hoje vários Srs. Deputado levantaram a questão sobre a divulgação da Lei Básica, especialmente o Sr. Deputado Ung Choi Kun, que perguntou sobre a divulgação da LB junto das escolas.

Face à divulgação jurídica destinada aos alunos, a divulgação da LB é a parte mais importante. Quanto à divulgação jurídica destinada aos alunos no âmbito da LB, por exemplo, foram diversas as acções desenvolvidas este ano.

Em cada ano realizam-se concursos de perguntas e respostas sobre a LB e sobre a legislação da RAEM, por exemplo, participaram 13 escolas secundárias e 16 associações de juventude, que formaram 29 equipas com 145 participantes.

Por exemplo, realizou-se o concurso de pintura sobre a Lei Básica, para as escolas secundárias e primárias. Do concurso contámos com 300 trabalhos, e os trabalhos premiados foram exibidos na exposição sobre a Lei Básica.

Tendo em conta que a divulgação da LB junto das escolas é uma actividade muito importante, aproveitando a divulgação jurídica juntos das escolas secundárias, através de colóquios, a DSAJ adicionou também a divulgação da LB. Por exemplo, a divulgação da LB consiste na divulgação do sistema político e das disposições penais relativas aos jovens. Portanto, a divulgação da LB constitui uma actividade muito importante. Este ano foram realizados dez colóquios destinados aos alunos dos anos superiores ao 10º, contando com 1400 participantes.

O Sr. Deputado Ung perguntou sobre os materiais pedagógicos. Por enquanto a divulgação da LB e a realização de colóquios não tem matéria escolar formal. Os materiais que utilizámos foram folhetos informativos e brochuras, preparados ao longo de anos pela DSAJ e por outros organismos. Mas a partir de Setembro deste ano a DSAJ e a DSEJ, juntamente, começaram a preparar para o ensino secundário materiais escolares sobre a LB. Espero concluir estes materiais escolares a curto prazo, para as escolas secundárias usarem.

Quanto à divulgação da LB junto dos alunos, esta divulgação é mais ou menos igual à divulgação da LB juntos de outros destinatários. Já passaram 11 anos a contar do retorno à Pátria... Por exemplo, os concursos de respostas e perguntas sobre a LB realizam-se anualmente, e produzem efeitos, mas é preciso examiná-los oportunamente. As *Garden party*, os concursos de perguntas e respostas e os colóquios nas escolas, produziram bons efeitos? Como arranjar uma maneira mais atractiva capaz de permitir os alunos a adquirir melhor conhecimento sobre o sistema político previsto na LB? Quanto a isso, iremos proceder este ano, juntamente com os respectivos organismos, por exemplo, a DSEJ, o IACM e a

Associação Promotora da Lei Básica de Macau, a uma análise sobre a divulgação da LB, especialmente junto das escolas.

Manifestaram-se também interessados em saber como está a recensão e a adaptação da legislação. Na apresentação das LAG em Março foi oficialmente anunciado que iremos levar três anos para realizar a recensão e a adaptação da legislação previamente vigente em Macau. De notar que os trabalhos em causa não tiveram início em Março, mas sim há anos atrás, já começámos os trabalhos preparatórios, pois trata-se de uma “obra” bastante grandiosa. Foi anunciado este plano em Março, porque já tínhamos tudo melhor definido, incluindo os planos de actividades, os objectivos e o andamento previsto. Estamos a pensar em levar três anos, a contar de Março deste ano até Março de 2013. O alvo desta recensão e adaptação são as leis e decretos-lei promulgados no período compreendido entre o ano de 1976 e o dia 19 de Dezembro de 1999, uma vez que estas duas partes constituem a legislação principal previamente vigente em Macau.

Qual é o teor da recensão e adaptação da legislação? Consiste em três partes. Primeira, a análise e sistematização, quanto à situação de vigência, das leis e decretos-lei promulgados no período compreendido entre o ano de 1976 e o dia 19 de Dezembro de 1999. De notar que as leis e decretos-lei promulgados entre 1976 e 1999 foram muitos. Já fizemos as contas: entre 1976 e 1999 foram promulgados, no então chamado Boletim Oficial do Governo de Macau, 2.123 leis e decretos-lei. Antes já disse também que os que transitaram para a RAEM são cerca de 700. Portanto, a análise e sistematização quanto à situação de vigência destas leis e decretos-lei constituem os trabalhos de base no âmbito da recensão e adaptação da legislação, sem a qual não era possível ficar claro quais os que até 1999 continuavam vigentes; quais tinham perdido a vigência; quais os revogados; quais os não aplicados, sem terem sido revogados. Tudo isto não está bem claro no sector jurídico, especialmente para os diplomas que foram promulgados nas décadas 70 e 80 na área fiscal, uma área bastante complicada onde existe muito por esclarecer.

Em Março anunciámos que os trabalhos desta recensão visavam fazer um levantamento, ou seja, no mínimo, temos de saber quais as leis e decretos-lei previamente vigentes em Macau que continuam em vigor. Quais deixaram de estar vigentes? Quais foram revogados expressamente? Porque há leis e decretos-lei que não foram revogados expressamente mas sim tacitamente. Há alguns que perderam a validade; há outros que não foram revogados expressamente, não perderam a validade, não foram revogados tacitamente, continuando a existir, mas não são aplicados. Por exemplo, na década 70 a lei previa que a portagem da ponte antiga era de 5 patacas. Até à presente data esta lei não foi revogada, continuando a existir como lei, mas não é aplicada. Portanto, como fazer este levantamento? A que metodologia vamos recorrer? Propomos recorrer a um processo legislativo correspondente para proceder à sua revogação. Esta é uma tarefa de suma importância. A parte técnica relativa a esta tarefa foi já concluída, a seguir vamos precisar da articulação do organismo relativo. Caso se decida recorrer ao processo legislativo para esta revogação, entraremos em contactos com a AL para esta se pronunciar.

Quanto à adaptação da legislação, em conformidade com as resoluções do Congresso Nacional do Povo, e nos termos da Lei de Reunificação, iremos proceder a alterações correspondentes às expressões e designações constantes da legislação previamente vigente, e que não estejam conformes com o estatuto actual da

RAEM. Por exemplo, as designações de Governador e de alguns Conselhos Consultivos. De notar que só é possível que esta tarefa corra bem quando estiver feita a recensão, com eficácia. Quanto a isso, já demos início aos trabalhos de normalização dos diplomas de 1998 a 1999, e continuaremos a prosseguir essa tarefa.

Terceira parte, a verificação das versões em línguas chinesa e portuguesa dos grandes cinco códigos e da legislação de maior importância. Quanto aos grandes cinco códigos e à legislação de maior importância, cuja tradução possa conter divergências, o nosso objectivo não é melhorar a redacção em chinês, mas sim verificar eventuais divergências de tradução, no sentido de evitar problemas na sua adaptação.

São estas as três vertentes da recensão e adaptação da legislação.

Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan: Sr. Presidente:

Peço desculpas, respondo brevemente às questões colocadas por três Srs. Deputados, pois ainda não lhes respondi. Vou ser breve.

Primeira questão colocada pelo Sr. Deputado Leonel Alves sobre a revisão dos grandes códigos: vamos rever todos ao mesmo tempo ou parcialmente? A resposta é, um a um. Por exemplo, o Código Comercial está a ser revisto parcialmente, não sendo possível nem praticável rever todos ao mesmo tempo, o que poderia levar anos a fio. Portanto, a nossa estratégia é rever aquilo que se revele mais urgente e necessário.

A Sra. Deputada Chan Mei Yi perguntou sobre a atribuição aos funcionários públicos das fracções afectas ao Governo. Quanto a isso,

recentemente respondi a uma interpelação sobre esta matéria, onde disse que iremos estudar esta matéria, sobre arrendar estas casas aos funcionários públicos de base que não sejam proprietários de imóveis, com o Sr. Secretário Tam.

O Sr. Deputado Chan Chak Mo perguntou sobre o resultado obtido na consulta das políticas públicas. Actuamos em obediência à filosofia da governação do Chefe do Executivo, que é: um Governo transparente, tomada de decisões de forma científica e servir melhor a população. A tomada de decisões de forma científica obriga a um processo de consulta normalizada e planificada. Por exemplo, para uma consulta de uma política pública, temos de anunciar à sociedade: o prazo e o tempo para realizar a consulta; quando é que as opiniões são processadas, etc. Vamos, com toda a certeza, reforçar a transparência. Apelo e espero poder contar com a confiança do cidadão no Governo, e reforçar a comunicação, para podermos traçar políticas de acordo com os princípios “servir melhor a população, e “tomar decisões de forma científica”.

Obrigada Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados.

Decorrido o debate de dois dias, está finalmente terminado o debate sobre as LAG da área da Administração e Justiça. Amanhã, vamos continuar com o debate das LAG da área da Economia e Finanças.

Declaro encerrado o Plenário.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção